



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

MÁRCIO IGLÉSIAS ARAÚJO SILVA

COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA:

um agente de produção do espaço urbano teresinense (1954 – 1976)

Fortaleza – CE
2011



Apoio:



MÁRCIO IGLÉSIAS ARAÚJO SILVA

COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA:

um agente de produção do espaço urbano teresinense (1954 – 1976)

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

S586c

Silva, Márcio Iglésias Araújo

Colégio Agrícola de Teresina: um agente de produção do espaço urbano teresinense (1954 – 1976) / Márcio Iglésias Araújo Silva. — Fortaleza, 2011.

130 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Produção Espacial. 2. Expansão Urbana. 3. Ensino Agrícola. 4. Teresina. Colégio Agrícola de Teresina. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 911.3

MÁRCIO IGLÉSIAS ARAÚJO SILVA

COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA:

um agente de produção do espaço urbano teresinense (1954 – 1976)

Dissertação Examinada em 24 de fevereiro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – Orientador
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro – Examinador Externo
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues – Examinador Externo
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

“Alô, Márcio! É o seguinte. Deixa eu te dizer uma coisa: o que tu acha de vir fazer mestrado aqui em Fortaleza? Num te interessa não?!” É, foram essas palavras ditas, dessa maneira, sem poesia ou artificialidade, que comecei uma nova etapa em minha vida pessoal e acadêmica: o curso de Mestrado em Geografia, realizado na Universidade Estadual do Ceará – UECE, no biênio 2009/2010.

Aquelas primeiras palavras, lá na segunda quinzena do mês de novembro de 2008 renderam uma conversinha de alguns poucos minutos, mais precisamente vinte e oito minutos. A princípio, uma conversa sem maiores pretensões, mas que, com o desenrolar, se tornou a concretização de um sonho. A dona daquelas palavras, apesar de muitas vezes ser chata (logo porque, ninguém é perfeito né! rs), é um dos meus exemplos, referenciais em minha vida. Portanto, nada mais justo de minha parte que, “quebrando o protocolo” dos Agradecimentos, iniciá-los pela dona daquelas palavras que modificaram minha vida, mais uma vez.

A você **Samara** (ops, agora, Professora Doutora Samara Mendes! rs), meus maiores agradecimentos. Obrigado pelo companheirismo, insistência, atenção e dedicação despendidos a mim ao longo destes 27 meses (contados a partir da data da primeira conversa). Hoje, posso dizer que você não só é dona daquelas palavras que desencadearam uma nova etapa de minha vida, mas também responsável por um percentual dessa minha mais nova conquista.

Mas vamos às demais pessoas que merecem meus agradecimentos, pois, igualmente à Samara, foram e continuarão sendo merecedoras destes, a final, são aquelas que me ajudaram, incentivaram e apoiaram durante o curso.

Aos meus pais, **José Ribamar e Francisca Mendes**, dos quais sempre tive os melhores e mais sinceros sentimentos que podem existir nessa vida. Com paciência, dedicação, amor e carinho eles, sem dúvida nenhuma, são os maiores recompensados com esta minha nova conquista. **Mamãe**, com seu jeito doce e particular de me fazer cobranças sobre o texto final da dissertação: *“E aí, meu filho, o que foi que você já terminou!”*. **Papai**, com suas palavras demonstrando carinho e segurança ao dizer: *“É meu filho, se a oportunidade apareceu, agarre e aproveite-a!”* Mãe e pai, dessa vez, não foi o “Laranjinha”, o Fusca de nossa família, que conseguiu mais um diploma, pois tive que morar em Fortaleza e me separar de vocês, mas não tenham dúvidas, e que ninguém tenha: *vocês foram e sempre serão minha maior fortaleza!* Obrigado!

Ao **Hélio** (amigo-irmão), que me acompanhou em vários momentos do curso, chegando ao ponto de me ligar num domingo à tarde e dizer: *“Ei, vem aqui pra casa. Tô aqui fazendo um churrasco pra comemorar teu aniversário!”* O convite seria melhor ainda se eu não estivesse em Fortaleza, e o churrasco em Teresina .

Ao **Jean Charles** (amigo), que, em Fortaleza me deu suporte e companheirismo todas as vezes em que precisei, ajudando-me a preencher um certo vazio e diminuir a saudade dos amigos, parentes, **meninos** e conhecidos que deixei em Teresina. Todas as vezes que me ligava, avisava: *“Vamu ali na praia. Tô passando aí no apê!”*.

Ao **Leano Ribeiro** (amigo), que, por ocasião dos meus retornos a Teresina, sempre me estimulava, falando em tons de brincadeira e curtição: *“Vou ser é mestrando. É bom demais ficar só viajando, rs!”*.

Ao **Alessandro Castro**, ao **Leno Ribeiro**, ao **Mateus Júnior** e à **Marcela Lima** (amigos e amiga), os quais, pela distância quilométrica e dedicação ao mestrado, fomos privados, em certas ocasiões, da possibilidade de desfrutarmos juntos de momentos bons, alegres, divertidos. Mesmo sem perceberem, também fazem parte desta minha vitória. Eles sempre comentavam: *“É, Mestrado é isso. É dedicação e muito estudo!”*

A **Joana Leonara** (namorada e companheira), que, entre um clique e outro via internet e, também, pessoalmente, com paciência, dedicação e comprometimento, foi a grande responsável pela confecção dos mapas deste trabalho, além de auxiliar na seleção das fotografias e de me fazer cobranças sutis dizendo: *“E aí, escreveu quantas páginas hoje? rs”*.

A minha avó materna, **Maria Mendes**, que, de um jeito bem peculiar de estimular, dizia: *“Meu filho, pra que tanto estudo, heinh! Você vive pra estudar é?! Quando é que vai cuidar dessa veinha aqui, heinh?!”* A minha avó paterna, **Antônia Roza**, de cuja presença corporal Nosso Senhor nos privou no último mês de novembro. Quando nos encontrávamos, ela perguntava logo: *“Ô meu filho, como é que você tá? Tá bem? Num vá estudar muito não! Brinque um pouco também!”* Portanto, dois discursos um tanto antagônicos, mas que sempre me impulsionaram a continuar meus projetos pessoais.

Ao meu **Tio Chico** (Francisco), o qual, também por vontade divina, nos deixou em maio de 2009. Nele sempre me espelho para ver o lado alegre, divertido, descontraído dos acontecimentos mesmo quando não são tão bons. Com ele, tudo remetia a piadas e anedotas saudáveis e bem divertidas. Aprendi com ele esse modo de ser e de vida: sorrir sempre!

Ao senhor **Sinimbu**, atual Diretor do Colégio Agrícola de Teresina, que, ao disponibilizar seu tempo e atenção às minhas visitas àquela instituição, fornecendo informações e dados, disse: *“Pode ficar a vontade, meu jovem. Tire quantas fotos quiser!”*.

Ao **Professor Doutor Elmo Vasconcelos Júnior**, pelas horas despendidas à orientação de meus estudos e atividades acadêmicas, sem contar com os momentos fora da sala de aula (aulas de campo, rs), onde desvendei parte do cotidiano acadêmico e da dinâmica urbana fortalezense no decorrer do curso. Certa vez ele comentou com mamãe sobre minha disposição acadêmica: *“Ele é estudioso, mas tem é preguiça de escrever!”* Obrigado, professor Elmo, pela paciência, dedicação, atenção e ensinamentos acadêmicos e de vida.

Aos colegas **Fauston Negreiros, Marta Rochelly, Felipe Cunha, o senhor Carlos, Stanley Braz, Georgyanna Andréa e Robson Carlos**, com os quais tive a sorte e a satisfação de dividir momentos de minha estadia na capital cearense. Agradeço também aos colegas de turma, funcionários do MAG (em especial à Júlia, secretária) e professores, com os quais, tive o contentamento de aprender em conversas nem sempre formais e acadêmicas, sobre a ciência geográfica e a cidade de Fortaleza.

Aos amigos, parentes e professores que dedicaram alguns momentos de suas vidas para me encorajar, entusiasmar, enfim, ajudaram-me a galgar mais este degrau em minha existência. Esta, por sinal, não poderia se fazer sem o consentimento maior de nosso **Senhor Deus**, ao qual tenho a maior e impagável dívida da vida, justamente por tê-la com saúde, paz e harmonia e poder desfrutar de todos os momentos com as pessoas com quem convivo diariamente ou não. Por isso, minhas palavras para Você são: *“Obrigado, Senhor, por tudo. Sou eternamente grato a Ti!”*

Também não poderia deixar de registrar, nestes meus agradecimentos que o presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil. O aparato financeiro proporcionado por este órgão da esfera federal brasileira, através da concessão de bolsa de estudos, facilitou e auxiliou nossas atividades no decorrer do curso de mestrado.

Todos os citados aqui, por seus atos ou palavras, demonstram variadas formas de incentivo e encorajamento a minha pessoa, portanto, nada mais justo do que encerrar meus agradecimentos escrevendo-lhes:

OBRIGADO e abraços em todos vocês, infinitas vezes!

Risonha entre dois rios que te abraçam,
Rebrilhas sob o sol do Equador;
És terra promissora, onde se lançam
Sementes de um porvir pleno de amor.

Do verde exuberante que te veste,
Ao sol que doura a pele à tua gente,
refulges, cristalina, em chão agreste;
Lírio orvalhado, resplandente.

*"Verde que te quero verde!"
Verde que te quero glória,
Ver-te que te quero ativa,
Como um grito de vitória!*

O nome de rainha, altivo e nobre,
Realça a faceirice nordestina
Na graça jovial que te recobre,
Teresa, eternizada TERESINA!

Cidade generosa – a tez morena,
Um povo honrado, alegre, acolhedor;
A vida no teu seio é mais amena,
Na doce calidez do teu amor

*"Verde que te quero verde!"
Verde que te quero glória,
Ver-te que te quero ativa,
Como um grito de vitória!*

Teresina, eterno raio de sol
Manhãs de claro azul no céu de anil;
És fruto do labor da gente simples,
Humilde, entre os humildes do Brasil!

*"Verde que te quero verde!"
Verde que te quero glória,
Ver-te que te quero ativa,
Como um grito de vitória!*

Hino de Teresina, 1997.

Letra: Cineas Santos.

Música: Elisvaldo Borges.

RESUMO

A educação é um importante agente na análise espacial, especialmente, quando este serviço torna-se alvo de investimentos elevados em determinado contexto socio-histórico e político-econômico. A oferta desse serviço agrega em seu entorno uma série de outros investimentos atraindo a mobilidade de pessoas e mercadorias. Enfim, a educação se constitui num processo concentrador de fixos e fluxos. Para demonstrar tal força da educação enquanto agente de produção do espaço urbano teresinense tomamos como objeto de estudo o Colégio Agrícola de Teresina, instalado em 1955, e que se mantém em funcionamento até os dias atuais, fornecendo educação técnica e profissionalizante de qualidade à população local e, assim, possibilitar o Piauí galgar o desenvolvimento econômico. A análise do processo de implantação dessa instituição revelou um emaranhado de relações sociopolíticas, econômicas e culturais envolvendo grupos sociais locais e as compreendendo a partir da relação sociedade, espaço e cultura. No decorrer desse processo o CAT subsidiou a implantação do Centro Ciências Agrárias da Universidade Federal do Piauí, ao ser incorporado por esta instituição. Assim, para entender a análise da organização espacial decorrente da implantação da escola agrícola no espaço geográfico teresinense traçada em nossa pesquisa, bem como a trama de relações que se sucederam nesse processo nos fundamentamos em Passos (2001), Castelo Branco (2010), Façanha (1998), Corrêa (2000) e Tuan (1983). O CAT promoveu mudanças significativas na fisionomia espacial urbana da capital piauiense. Nota-se que, transpondo suas conceituações enquanto instrumental de análise e compreensão de espaço e práticas espaciais, e de lugar, é possível afirmar que essa instituição educacional configurou-se como importante fator no processo de expansão da zona urbana teresinense, pois, com o passar dos anos, direcionou e foi englobada pela malha urbana, integrando-a.

Palavras-Chave: Produção Espacial. Expansão Urbana. Ensino Agrícola. Teresina. Colégio Agrícola de Teresina.

ABSTRACT

Education is an important agent in spatial analysis, especially when this service becomes a target of high investments in a particular socio-historical and political-economical context. The provision of that service aggregates in its surrounding, a lot of other investments, attracting the mobility of people and goods. Finally, education is a process that is made of fixes and streams. To demonstrate such strength of education as an agent of the production of the urban space in Teresina, we used as the object of study the Colégio Agrícola de Teresina – CAT, founded in 1955, and still in operation to this day, providing vocational and technical education of quality to the local population and helping Piauí state to reach an economic development. The analysis of the deployment process of this institution, revealed a tangle of socio-political relations, economic and cultural, involving local social groups, from the relationship between society, space and culture. During this process, CAT has subsidized the deployment of the Center of Agrarian Sciences in the Federal University of Piauí, being incorporated by that institution. Thus, to understand the analysis of the spatial organization resulting from the implementation of the agricultural college in the geographical space of Teresina studied in our research, as well as the Web of relations that followed this process, based in Passos (2001), Castelo Branco (2010), Façanha, (1998), Corrêa (2000) and Tuan (1983). CAT promoted significant changes in urban spatial physiognomy of the capital of Piauí. We notice that transposing their ideas as instrumental of analysis and comprehension of space and spatial practices and of place, it is possible to say that this educational institution is configured as an important factor in the process of expansion in the Teresina's urban zone, because over the years, directed the urban space and was enclosed by it, integrating it.

Keywords: Spatial Production. Urban Expansion. Agricultural Education. Teresina. Colégio Agrícola de Teresina.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

CAPÍTULO 1

Foto 1	Pecuária bovina	34
Foto 2	Hospital Getúlio Vargas, em Teresina	37
Foto 3	Marco Zero de Teresina	46
Foto 4	Avenida Centenário, Zona Norte, Teresina	55
Foto 5	Avenida Miguel Rosa, Zona Sul, Teresina	55
Foto 6	Avenida Frei Serafim, década de 1950	57
Foto 7	Ponte Juscelino Kubitschek, Teresina	61
Foto 8	Entrada Principal do Campus da Ininga da UFPI, em Teresina	63
Foto 9	Rua Oswaldo Costa e Silva, Bairro Piçarreira, Zona Leste de Teresina	68
Foto 10	Rua Del. João Braz, Bairro Mafrense, Zona Norte da capital	68
Foto 11	Avenida Principal do Conjunto Dirceu Arcoverde, Bairro Itararé, Zona Sudeste de Teresina	69
Foto 12	Rua do Conjunto Saci, Zona Sul	70
Foto 13	Rua do Conj. Mocambinho, Zona Norte	70

CAPÍTULO 2

Foto 14	Francisco Parentes	76
---------	--------------------	----

CAPÍTULO 3

Foto 15	Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, Floriano, Piauí	95
Foto 16	Fachada do prédio principal do CAT, no Campus da Socopo – UFPI	96
Foto 17	Entrada da sede da Embrapa Meio Norte, no bairro Buenos Aires, em Teresina	101
Foto 18	Acesso ao CAT, Campus da Socopo – UFPI	107
Foto 19	Biblioteca Setorial do CCA, Campus da Socopo – UFPI, em Teresina	111
Foto 20	Alojamento do CAT	111
Foto 21	Restaurante Universitário, Campus da Socopo – UFPI, Teresina	112
Foto 22	Sala de Aula do CAT	112
Foto 23	Vista aérea da UFPI, Campus da Ininga, em Teresina, no início da década de 1980	116
Foto 24	Vista aérea da UFPI, Campus da Ininga, em Teresina, dias atuais.	117
Foto 25	Bloco de salas de aula do CCHL	118
Foto 26	Entrada do Campus da Socopo – UFPI, em Teresina	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	– Sítio Urbano de Teresina – 1855	47
Mapa 02	– Evolução do Sítio Urbano de Teresina, período 1800 – 1900	50
Mapa 03	– Evolução do Sítio Urbano de Teresina, período 1800 – 1940	54
Mapa 04	– Evolução do Sítio Urbano de Teresina, período 1800 – 1950	56
Mapa 05	– Evolução do Sítio Urbano de Teresina, período 1800 – 1970	62
Mapa 06	– Evolução do Sítio Urbano de Teresina, período 1800 – 1995	71
Mapa 07	– Divisão Administrativa de Teresina – 2010	72
Mapa 08	– Sítio Urbano de Teresina – 1960	102
Mapa 09	– Colégio Agrícola de Teresina – 2010	111

LISTA DE TABELA E GRÁFICOS

Tabela 01	– Brasil, Piauí: população segundo domicílio, no período de 1940 a 1996	59
Gráfico 01	– Quantidade de municípios piauienses de acordo com o ano de instalação	60
Gráfico 02	– População residente no Piauí e em Teresina, 1940 – 2000	66

LISTA DE SIGLAS

AGRINPISA	–	Agroindústria do Piauí S.A.
BEP	–	Banco do Estado do Piauí
CAT	–	Colégio Agrícola de Teresina
CCA	–	Centro de Ciências Agrárias
CCE	–	Centro de Ciências da Educação
CCHL	–	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN	–	Centro de Ciências da Natureza
CCS	–	Centro de Ciências da Saúde
CEPISA	–	Centrais Elétricas do Piauí S.A.
CHESF	–	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CODESE	–	Comissão de Desenvolvimento do Estado
COHAB – PI	–	Companhia de Habitação do Piauí
COHEBE	–	Companhia Hidro Elétrica de Boa Esperança
CT	–	Centro de Tecnologia
DEM	–	Departamento de Ensino Médio
EAT	–	Escola Agrotécnica de Teresina
Embrapa Meio Norte	–	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FADEP	–	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Piauí
FAFI	–	Faculdade de Filosofia
FRIPISA	–	Frigorífico do Piauí S. A.
HU	–	Hospital Universitário
Ibama	–	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PET	–	II Plano Estrutural de Teresina
IPHAN	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
LDBN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	–	Ministério da Agricultura
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
PMT	–	Prefeitura Municipal de Teresina
PSD	–	Partido Social Democrata
SEAV	–	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGs	–	Super Galpões
SUDENE	–	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEPISA	–	Telecomunicações do Piauí S. A.
UDN	–	União Democrática Nacional
UEP	–	Universidade do Estado do Piauí
UESPI	–	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	–	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ESCOLA AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO TERESINENSE: a possibilidade de estudos a partir da Geografia da Educação	25
2.1	Práticas Espaciais a Serviço do Ensino Agrícola	25
2.1.1	Espaço e práticas espaciais	26
2.1.2	A escola agrícola como um lugar	29
2.2	Gado, Extrativismo e Política: o processo de urbanização na sociedade piauiense	31
2.2.1	Um breve percurso pela história econômica e sociopolítica do Piauí	32
2.2.2	Chapada do Corisco: uma estratégia para o progresso	41
2.2.3	A expansão do “ <i>Tabuleiro Português</i> ”	48
2.2.4	Pontes e grotões: a transposição de barreiras rumo à expansão	55
2.2.5	Teresina capitaneando o Piauí	64
3	POLÍTICA EDUCACIONAL REGIONAL DIFERENCIADA: a proposta da Educação Profissional para o Brasil no século XX	74
3.1	A Educação de Órfãos e Desvalidos: o ensino agrícola nos períodos colonial e imperial	77
3.2	Uma Educação para cada Região Brasileira: o ensino agrícola na República	84
4	DE RURAL À URBANO: a ação do ensino agrícola na produção espacial urbana de Teresina	95
4.1	O CAT (Re)Configurando o Espaço Urbano Teresinense	98
4.2	“Colégio Agrícola agora sob jurisdição da UFPI”	114
5	CONCLUSÕES	122
6	REFERÊNCIAS	126
6.1	Bibliográficas	126
6.2	Documentais	128
6.3	Hemerográficas	129
6.4	Sites	129

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as escolas agrícolas no Brasil, com abordagem de variados aspectos, vêm se avolumando em diferentes áreas do saber que integram os espaços acadêmicos brasileiros, revelando memórias, histórias, fatos e relações entre os vários agentes que atuam nos processos de construção, implantação e consolidação dessas unidades educacionais voltadas ao ensino agrícola. Muitas vezes, essa ação não chama tanto a atenção de geógrafos e outros cientistas sociais envolvidos com a questão urbana, com os olhares investigativos mais atentos às transformações espaciais geradas pelas indústrias e/ou pelo comércio.

Contudo, com o despontar da produção da Geografia da Educação – subcampo de pesquisa que se constituiu enquanto conhecimento geográfico a partir da renovação epistemológica e da expansão teórico-metodológica propiciada pela Geografia Cultural –, passou-se a perceber que as ações educacionais e instrucionais formais são, também, agentes produtores do espaço geográfico (embora com uma produção acadêmica de pequeno volume em termos quantitativos, mas representativa do ponto de vista qualitativo). Tal subcampo da Geografia nos proporciona reconhecer e apresentar analiticamente o papel das instituições educacionais como elementos constituidores da forma urbana contemporânea, fincadas e norteadas a partir das relações entre sociedade e cultura imbricadas no processo de produção espacial.

Assim, buscando compreender a (re)produção/organização do espaço geográfico a partir da Educação, escolhemos como área a ser analisada o espaço geográfico teresinense, e dentre as instituições educacionais aí presentes no último século aquela voltada ao ensino de conhecimentos ligados ao campo. Embora essa mesma instituição já tenha sido objeto de estudo a partir de outras perspectivas analíticas, o papel desempenhado enquanto agente produtor do espaço geográfico da capital piauiense não foi observado nem mensurado.

Entendemos ser importante uma análise das escolas agrícolas, como agentes produtores do espaço, sobretudo aquela situada na cidade de Teresina, no período de 1954 a 1976, tendo em vista as alterações socioespaciais e também econômicas decorrentes da instalação de tal unidade educacional. Diante da constatação de que as escolas agrícolas tornaram-se agentes da produção espacial urbana no Piauí e também subsidiaram o processo

de instalação do Campus da Socopo¹ da Universidade Federal do Piauí, em Teresina, este estudo poderá contribuir para uma vinculação entre políticas educacionais desenvolvidas pelo poder público e a produção do espaço urbano.

Para analisar o papel das instituições educativas na produção do espaço no estado do Piauí, em especial na cidade de Teresina, tendo como foco de pesquisa as escolas agrícolas, é de fundamental importância o entendimento de processos que se territorializam e que se relacionam com estudos da Geografia.

Na busca por compreender o estabelecimento da relação existente entre escolas agrícolas e (re)produção do espaço teresinense, levantamos alguns questionamentos, os quais, posteriormente, definiram os objetivos de nossa pesquisa. São eles: Quais fatores justificaram a implantação da escola agrícola em Teresina? Qual a relação entre a implantação dessa unidade educacional e as políticas governamentais federal e estadual vigentes no Piauí na segunda metade do século XX? Que transformações no espaço piauiense foram resultantes da implantação do Colégio Agrícola de Teresina? Que processos e agentes podem ser identificados como participantes de tais modificações espaciais ocorridas entre os anos de 1954 e 1976 no espaço urbano teresinense?

Tais questionamentos foram resultados das análises iniciais realizadas sobre o papel das instituições escolares na produção do espaço urbano da capital piauiense a partir da observação daquilo que os agentes espaciais efetivaram no decorrer do último século. Tal observação analítica e comparativa foi possível por meio da utilização de documentação fotográfica que retrata os espaços urbanos analisados, de registros cartográficos produzidos em diferentes datas das respectivas áreas e das transformações espaciais destas, desde o alargamento do espaço urbano da capital, passando pela implementação de equipamentos urbano-sociais (estradas pavimentadas, sistema de abastecimento d'água e saneamento, energia elétrica, áreas de lazer, serviços de transporte, educação, saúde, etc.) e até mesmo a (re)valorização econômica de áreas até então desprestigiadas, bem como o deslocamento de atividades gerando uma nova setorização dos espaços urbanos estudados.

Lembremos ainda que, em nossos estudos, tivemos de considerar as concepções educacionais e pedagógicas vigentes no Brasil e, por conseguinte, no Piauí, à época da

¹ O nome está relacionado à Sociedade Construtora Poti Ltda., Socopo, que lá construiu um balneário de fonte sulfurosa e água mineral. Toda a região conhecida como Socopo fazia parte da zona rural. Em 1988, com o II PET, parte dela foi incluída na zona de expansão urbana (PMT, 2009b).

instalação da escola agrícola em Teresina, as quais preconizavam que a escolha dos locais para a construção das sedes dos estabelecimentos escolares se orientava pelo ideário de que as escolas deviam estar distante dos centros urbanos, para facilitar a concentração e dedicação de educandos e educadores, sem as perturbações e distrações provocadas pela vida citadina.

Como exemplo da materialização de tal orientação em nosso estado, citamos o Colégio Estadual “Zacarias de Góis” (Liceu Piauiense), que, erigido em 1845 na cidade de Oeiras, foi transferido para Teresina no ano de 1852, sendo a primeira grande construção próxima à linha férrea, a qual, naquela época, era considerada o limite extremo da zona urbana de Teresina na direção norte. A primeira escola agrícola foi construída no Piauí, em 1873, localizando-se numa região afastada em vários quilômetros da sede da cidade de Oeiras, então capital piauiense, na atual cidade de Floriano.

Essas unidades educacionais deveriam também dispor de grandes áreas que propiciassem o desenvolvimento de aulas práticas de educação física, ciências naturais (biologia), matemática, técnicas agropecuárias etc., além do contato com a natureza, para que pudessem atender aos objetivos e funções sociais propostos para a educação da época, os quais ainda preservavam os resquícios do higienismo e anunciavam a introdução do tecnicismo educacional, que se consolidaria com a instituição da Ditadura Militar, na década de 1960.

As instituições citadas, embora distantes dos centros urbanos, acabaram por “guiar” o crescimento urbano, tendo em vista que incentivaram a construção de novas edificações nas áreas existentes entre suas sedes e a cidade, passando a ser tomadas como referências de continuidade da malha urbana local.

A orientação do processo de crescimento urbano em direção à área onde se situava a sede da escola agrícola de Teresina exemplifica a atuação das práticas espaciais no território da capital piauiense, haja vista que, para Corrêa (2000, p. 35), tais práticas são “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.”

Utilizando-se das práticas espaciais, o ser humano tem a possibilidade de controlar, administrar e gerir o território onde está situado, bem como os recursos disponíveis. Na gestão do território piauiense, sem dúvida, a educação foi um formidável álibi utilizado pelos administradores públicos para a utilização dessas práticas espaciais.

Contudo, para se compreender a instalação da escola agrícola teresinense e seu papel enquanto agente produtor do espaço, é necessário que se compreenda também o processo histórico de implantação e valorização desse tipo de unidade educacional no Brasil e, em especial, no Piauí, a partir da década de 1950. Embora o processo tenha ocorrido a partir da década de 1960, ele é um reflexo das reformas educacionais implementadas por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Getúlio Vargas, na década de 1940.

As reformas aprovadas pelo Congresso Nacional constantes no Plano Nacional de Educação do período de 1942 a 1946 versavam sobre o funcionamento das instituições educativas em todo o país e “definiam os princípios gerais da educação nacional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 198).

Na ânsia de desenvolver as potencialidades do Brasil, todos os setores da vida nacional, incluindo-se o educacional, passaram a desenvolver uma política regionalizada e diferenciada. Ou seja, o planejamento das ações estatais e a implementação destas, bem como a alocação de recursos, incluindo-se aqueles destinados à educação, notadamente a profissionalizante, deveriam atender às demandas específicas da dinâmica regional nacional, que seriam guiadas pelas demandas específicas do mercado de trabalho de cada região brasileira.

Orientando-se por tal perspectiva, nas áreas em que predominassem atividades agropecuárias como base da economia, a educação deveria preparar as pessoas para atuar como profissionais especializados nas funções daquelas atividades agropastoris. Quando se tratasse de uma região onde houvesse a implantação/concentração de indústrias e/ou do setor de comércio e serviços, a rede escolar deveria tornar os seus educandos aptos a desenvolver as atividades profissionais requeridas por esse mercado de trabalho.

A adoção dessa postura política educacional foi, portanto, a responsável pela implantação, na região Nordeste brasileira, e em especial no Piauí, de unidades educacionais voltadas para o ensino agrícola. Nesse período foi criada, em 1954, a Escola Agrotécnica do Piauí, na cidade de Teresina, embora sua instalação tenha se efetivado apenas 10 anos depois. Os argumentos para tal escolha residiam no fato de que a capital piauiense necessitava qualificar a mão-de-obra para atender às necessidades da economia agropecuarista desenvolvida na região, proporcionando o crescimento econômico da capital e do estado.

No decorrer dos anos seguintes, as cidades de Floriano, Picos, Oeiras, Corrente, Bom Jesus, Piracuruca, União e outras também receberam também unidades de ensino agrícola, formando uma rede de escolas agrícolas no Piauí. O Colégio Agrícola de Teresina (CAT) passou a integrar a rede federal de ensino a partir da década de 1970, após subsidiar a implantação do Campus da Socopo da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Por esses motivos elencados até aqui, escolhemos o Colégio Agrícola de Teresina como objeto central de nossa pesquisa, pois foi o único, dentre as escolas agrícolas piauienses, a ser incorporado pela UFPI e que ainda se encontra em pleno funcionamento, além de ter fornecido a base estrutural (patrimônio físico: terrenos, prédios, mobiliário, equipamentos etc.), pessoal técnico-administrativo e docentes (embora em menores proporções) para a implantação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da primeira instituição federal de ensino superior no Piauí.

Nossa intenção não foi realizar uma pesquisa historiográfica a respeito dessas instituições educacionais, embora tenhamos utilizado técnicas de pesquisa usuais a essa área de conhecimento em alguns momentos da pesquisa, já que ao nosso entendimento, se fez necessário apossarmo-nos de conhecimentos resultantes de uma pesquisa de base histórica para elucidarmos e compreendermos as ações políticas, econômicas, sociais e culturais que se desenvolveram no último século e resultaram na (re)produção do espaço piauiense.

Mesmo que a presença de escolas agrícolas em nosso território remonte ao século XIX na atual cidade de Floriano, adotamos como recorte temporal da pesquisa o ano de 1954, quando da criação da primeira escola agrícola no século XX no Piauí, a Escola Agrotécnica de Teresina (EAT), finalizando no ano de 1976, período em que ocorre a incorporação da escola, já com a denominação mudada para Colégio Agrícola de Teresina, pela UFPI.

Isso ocorreu porque o Colégio Agrícola de Teresina (CAT) possuía instalações e áreas adequadas para atender às demandas do funcionamento de dois novos cursos da instituição de ensino superior – Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária. No CAT havia extensa área disponível, possibilitando a construção de outras estruturas físicas, contendo ainda com alguns prédios necessários ao início do funcionamento das atividades dos novos cursos superiores.

A delimitação temporal deste estudo se pauta no fato de o Estado do Piauí ao longo do século XX, em função da tardia expansão de seu sistema escolar, ter implantado um

grande número de instituições educativas em menos de um século. Estas adotaram diferentes projetos educacionais e tiveram reflexos e atuações na produção do espaço geográfico estadual.

Do universo de estabelecimentos escolares, consideramos apenas a escola agrícola sediada na cidade de Teresina como foco de pesquisa, apesar da existência de outras unidades educacionais voltadas ao ensino agrícola no estado do Piauí. Tal escolha obedece a questões históricas e espaciais.

Quando de sua inauguração, a Escola Agrotécnica de Teresina estava subordinada ao Ministério da Agricultura, sendo que, na década de 1960, passou a integrar o Ministério da Educação e Cultura. À medida que se consolidava como centro de excelência educacional ante a sociedade teresinense e regional, promovia transformações no espaço em que estava inserida. Esse processo se iniciou com a construção de suas instalações escolares e, paulatinamente, interferiu também na (re)definição do traçado urbano e no ritmo de desenvolvimento das áreas urbanas mais próximas, ou seja, ocorreram consideráveis alterações socioespaciais.

O percurso teórico e metodológico seguido nesta pesquisa considera a importância da existência e localização do colégio agrícola da capital piauiense para a instalação do Campus da Socopo da UFPI, além de relacionar o serviço educacional à questão urbana, passando pelas relações políticas, sociais e econômicas do Piauí. Para tanto, pautamo-nos nos conceitos de espaço na perspectiva de Corrêa (2000) e Santos (1991).

Através desses autores percebemos que, conforme explica Vasconcelos Júnior (2010), as ações educacionais implementadas em determinado espaço geográfico se materializam em objetos sociais que transformam esse espaço e passam a constituir e integrar a forma urbana. Nesse sentido, a compreensão das implicações geográfico-espaciais da Educação nos fornecerão as bases analítico-compreensivas para denotar como um território urbano se forma, evolui e mantém novas teias de relações sócio-produtivas, transformando progressivamente o espaço geográfico.

Assim, interpretar, na produção de Corrêa (2000), o conceito de práticas espaciais, especificando e exemplificando cada uma delas relacionadas ao nosso objeto de estudo, proporciona-nos analisar a teia de relações políticas construída pelos grupos sociais locais para e com a criação/instalação do empreendimento educacional voltado ao ensino agrícola de

caráter profissionalizante, como meio de justificar/propiciar o desenvolvimento econômico do Piauí, cujo principal alicerce era o setor agropecuário. Dentre as práticas espaciais elencadas por Corrêa, a seletividade espacial, a antecipação espacial e reprodução da região produtora são as mais úteis na interpretação e compreensão da realidade de nosso objeto de pesquisa.

Publicações que tratam sobre a educação brasileira, legislações e determinações oficiais que regem(ram) o ensino agrícola nacional e a realidade econômica e política brasileira, dentre as quais destacamos Schwartzman (2000), possibilitaram-nos a percepção da política educacional regional diferenciada.

Corrêa (2000) e Tuan (1993), ao relacionar “espaço” e “lugar”, oferecem definições dos mesmos a partir das experiências do indivíduo com o próprio espaço, o espaço vivido e por ele modificado, dotando-o de valor. Assim, nos oferecem a possibilidade de apropriação do espaço a partir da perspectiva do lugar. A apropriação do espaço, dotando-o de valor e, assim, transformando-o em lugar, requer tempo e também a análise das relações que se estabelecem entre o lugar e o agente social transformador. Nesse sentido, nos apropriamos de Vasconcelos Júnior (2008) para analisar o passado e o presente, na intenção de constituir o processo como um todo.

Os estudos de Façanha (1998), cujo foco é o processo de evolução do sítio urbano de Teresina, da sua gênese em 1852 até o ano de 1995, mostrando os agentes socioespaciais urbanos (e suas respectivas ações e relações) envolvidos nesse processo, possibilitavam-nos visualizar as diferentes fases e elementos envolvidos no processo de produção e diferenciação do espaço urbano teresinense. Além disso, a documentação cartográfica fornecida nos ajudou a visualizar esse processo espacial ao longo das décadas estudadas pelo autor.

Obtivemos registros, informações e dados a respeito da conjuntura histórica, política, cultural e social do Piauí e de Teresina, bem como dos processos de criação, instalação e funcionamento do Colégio Agrícola de Teresina e da UFPI, através de Castelo Branco (2006), Mendes (2003, 2004) e Passos (2003) e de publicações da Fundação CEPRO e da Prefeitura Municipal de Teresina.

Visitas às instalações do CAT e da UFPI proporcionaram-nos uma maior proximidade com o objeto de estudo, ocasiões em que obtivemos informações e dados que contribuíram para a formulação deste trabalho. Realizamos, também, um levantamento

fotográfico das áreas visitadas, focando diversos aspectos tratados no decorrer da investigação.

Os resultados de nossas pesquisas e análises estão estruturados em três capítulos. O primeiro deles, intitulado **“ESCOLAS AGRÍCOLAS NO ESPAÇO URBANO PIAUIENSE: a possibilidade de estudos a partir da Geografia da Educação”**, está dividido em duas partes: “Práticas Espaciais a Serviço do Ensino Agrícola” e “Gado, Extrativismo e Política: o processo de urbanização na sociedade piauiense”, nas quais relacionamos as categorias e conceitos geográficos na perspectiva da Geografia Cultural e dos estudos da linha de pesquisa da Geografia da Educação com o objeto de estudo deste trabalho – o CAT.

A primeira parte é ainda constituída por dois subtópicos. Em “Espaço e práticas espaciais” estão reunidas as ideias de Corrêa (2000) sobre espaço e práticas espaciais – seletividade espacial, antecipação espacial e reprodução da região produtora – e a demonstração de como compreender a produção do espaço urbano de Teresina a partir de tais categorias geográficas. No subtópico “A escola agrícola como um lugar”, são apresentadas as definições de espaço vivido, de Corrêa (2000), e de lugar, de Tuan (1983), a partir das experiências que o agente social, o indivíduo, tem ao se relacionar com o espaço, considerando a relação passado-presente de Vasconcelos Júnior (2008), e como tais podem ser percebidos na relação do colégio com a sociedade teresinense.

Na segunda parte do Capítulo 1, o primeiro subtópico “Um breve percurso pela história econômica e sociopolítica do Piauí”, apresenta-se um arcabouço constituído por referências de caráter histórico que ajudaram no entendimento de como se configurou a realidade socioeconômica e política do Piauí até o período em que se desenrolou todo o processo de criação e instalação da Escola Agrotécnica de Teresina, a partir das relações dos grupos dominantes locais com o cenário sociopolítico brasileiro.

Os subtópicos “Chapada do Corisco: uma estratégia para o progresso”, “A expansão do ‘Tabuleiro Português’”, “Pontes e grotões: a transposição de barreiras rumo à expansão urbana” e “Teresina capitaneando o Piauí” contêm informações, dados e materiais fotográficos e cartográficos que evidenciam particularidades do processo de crescimento urbano teresinense desde a sua gênese até a última década do século XX.

No segundo capítulo, cuja denominação é **“A POLÍTICA EDUCACIONAL REGIONAL DIFERENCIADA: a proposta da Educação Profissional para o Brasil no século XX”**, dissertamos a respeito das políticas educacionais do Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano, focando o ensino profissionalizante. Durante a República, o ensino profissionalizante foi tratado de forma diferenciada de acordo com a região em que foi inserido. Esse capítulo também traz informações sobre a conceituação e legislação educacional nacional do ensino agrícola. Todas essas informações estão agrupadas em dois subtópicos intitulados “A Educação de Órfãos e Desvalidos: o ensino agrícola nos períodos colonial e imperial” e “Uma Educação para cada Região Brasileira: o ensino agrícola na República”.

O último, que capítulo recebeu o título de **“DE RURAL A URBANO: a ação do ensino agrícola na produção espacial urbana de Teresina”**, está dividido em duas partes: a primeira, intitulada “O CAT (Re)Configurando o Espaço Urbano Teresinense”, apresenta o histórico da escola agrícola aqui estudada, relacionando-a ao processo de crescimento urbano teresinense, ocorrido em direção à área ocupada por ela; na segunda parte, sob a denominação “Colégio Agrícola agora sobre a jurisdição da UFPI”, alocamos o processo de criação da UFPI, a incorporação do CAT por essa instituição e a subsequente instalação do Centro de Ciências Agrárias no Campus da Socopo, utilizando-se das dependências do colégio agrícola, bem como informações a respeito da ocupação das áreas próximas da universidade e do colégio.

Ao publicizar as considerações aqui contidas acerca da produção do espaço a partir das ações educacionais, tomando por objeto de análise o papel da escola agrícola como agente produtor do espaço urbano teresinense, esperamos propiciar a devida visibilidade acadêmica a um dos vários elementos produtores do espaço urbano contemporâneo da capital piauiense, o qual foi negligenciado repetidamente nos estudos geográficos até o fim do século XX: a educação.

Ambicionamos, ainda, demonstrar que o processo de constituição do ensino superior federal no Piauí foi diferenciado na medida em que os grupos sociais defensores da instituição da universidade em nosso estado se apoiaram e se apropriaram do Colégio Agrícola de Teresina para fornecer o devido suporte à consolidação da educação superior piauiense. O CAT promoveu mudanças significativas na fisionomia espacial urbana da capital piauiense, especialmente na cidade de Teresina, onde foi instalada sua sede.

Nota-se que, transpondo as conceituações enquanto instrumental de análise e compreensão de espaço, práticas espaciais e de lugar, é possível afirmar que essa instituição educacional configurou-se como importante fator no processo de expansão da zona urbana teresinense, pois, com o passar dos anos, direcionou e foi englobada pela malha urbana, integrando-a.

2 ESCOLA AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO TERESINENSE: A POSSIBILIDADE DE ESTUDOS A PARTIR DA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

No processo de produção do conhecimento científico, é necessário especificar as fundamentações teóricas subsidiárias da percepção do pesquisador acerca do espaço geográfico e da análise que faz deste, além de ter, ainda, de apresentar o contexto sócio-histórico e cultural que engendrou e mantém a produção do espaço que está se propondo analisar.

Assim, visando atingir esses objetivos, construímos esta parte de nosso trabalho de pesquisa, na qual expomos os conceitos geográficos de Espaço, Práticas Espaciais e Lugar que referenciam nossa análise do espaço teresinense. Articulando esses conceitos com o processo de urbanização da sociedade piauiense, produzimos um breve percurso da História do Piauí, em que reunimos elementos da economia, sociedade, cultura e política que se estruturaram nesse território ao longo de quatro séculos e imprimiu marcas distintivas e *sui generis* no espaço urbano da cidade de Teresina, pois, como afirmam Corrêa e Rosendahl (2007), toda ação humana guiada por esta ou aquela intencionalidade tem como resultado a alteração da paisagem natural e a (re)produção do espaço geográfico.

2.1 PRÁTICAS ESPACIAIS A SERVIÇO DO ENSINO AGRÍCOLA

Para compreender as categorias *espaço* e *práticas espaciais*, recorremos a Corrêa (2000), para quem o processo de organização do espaço é um fenômeno que se desenvolveu e se aperfeiçoou durante a história da humanidade, e a compreensão de suas complexidades se torna possível quando analisamos e relacionamos esse processo ao contexto histórico-social e cultural.

Nesse sentido, os grupos sociais, a partir dos seus interesses, estabelecem um conjunto de práticas dinâmicas, interativas, que delimitam, criam, fazem e refazem o espaço. Tais práticas são resultantes dos padrões culturais de cada sociedade em determinado tempo histórico, viabilizando e reproduzindo as condições de existência de uma determinada atividade.

Para Corrêa (2000, p. 35),

as práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Nessa perspectiva, as práticas espaciais comportam e refletem dimensões materiais e não-materiais da cultura presentes em um determinado grupamento social e época histórica. Desse modo, se faz necessário compreender como acontece a apropriação e alteração do espaço empreendidas pelos sujeitos sociais, como são atribuídos significados e a esses processos, bem como a importâncias social e econômica, que estão diretamente relacionadas à concepção de espacialidade humana.

2.1.1 Espaço e práticas espaciais

Considerando a importância da apropriação do espaço pelos sujeitos sociais podemos assegurar que os governantes e autoridades brasileiras se utilizaram das práticas espaciais para garantir o sucesso de seus diversos projetos, inclusive no setor educacional. O conhecimento prévio dos lugares onde seriam localizadas as várias ações corrobora essa afirmativa. Como exemplo dessa estratégia, citamos a escolha da capital piauiense – a cidade de Teresina, onde foi instalada a primeira escola agrotécnica do estado do Piauí.

O posicionamento adotado pela esfera pública diante da escolha do local de instalação da escola agrotécnica em território piauiense é claro indício da utilização de uma das práticas espaciais elencadas por Corrêa (2000), a **seletividade espacial**, uma vez que a escolha de determinado lugar é feita “segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos” (CORRÊA, 2000, p. 36). Assim, afirmamos que a seletividade espacial foi determinante para o crescimento urbano verificado na capital piauiense.

Tal informação pode ser constatada através da análise de documentos que apontam o direcionamento da expansão da malha urbana do núcleo teresinense, guiada para a área onde se situava a instituição escolar agrícola, cuja localização encontrava-se afastada da

zona urbana quando de sua instalação, sendo que, progressivamente, teve sua sede e demais patrimônios incorporados à área urbana da cidade.

Outra prática espacial que pode ser aplicada ao nosso objeto de estudo é a ***antecipação espacial***. Essa prática pode ser observada quando da ação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, no ato da incorporação da escola agrícola e de todo o seu patrimônio físico, estrutural e humano, passando a ser responsável institucional, técnica e pedagogicamente pela oferta do ensino técnico disponibilizado na antiga escola agrícola, bem como pela implantação do ensino superior. Tal ação atraiu o crescimento urbano para o entorno da escola agrícola.

Tomando por base Corrêa (2000) para procedermos a análise espacial, as ações da UFPI ao incorporar o patrimônio e, por vezes, as atividades educativas do Colégio Agrícola de Teresina – CAT, demonstram a capacidade dos idealizadores e gestores da universidade de antecipar a oferta de certos serviços e condições que permitiriam, futuramente, ao mercado se apossar de uma determinada área. No caso da escola agrícola situada em Teresina nota-se que houve uma readaptação das estruturas organizacional, política e física da mesma, quando de sua incorporação à UFPI. Isso é comprovado pela reportagem do “Jornal O Dia” com a manchete “*Colégio Agrícola agora sob jurisdição da UFPI*”, que trazia informações sobre a incorporação do CAT pela UFPI e algumas mudanças decorrentes do processo. A reportagem trazia o seguinte texto:

O Colégio Agrícola de Teresina deixou de ser uma entidade autônoma, passando à Jurisdição da Universidade Federal do Piauí; a Resolução nesse sentido foi autorizada pelo ministro Ney Braga, que, após a apreciação dos estudos técnicos que lhe foi apresentado concluiu ser mais viável, em termos de economia e de qualidade de ensino, a incorporação do Colégio à Universidade. A Universidade Federal do Piauí incorporará ao seu patrimônio, todos os imóveis, edificações e terrenos, bem como equipamentos. Os corpos discentes e docentes e os funcionários estarão também sob administração da Universidade. Como ficará incumbida de toda a sua manutenção, a Universidade Federal do Piauí será beneficiária dos recursos orçamentários até então destinados ao Colégio Agrícola de Teresina (JORNAL O DIA, 06.07.1976, p. 3.).

Nessa reportagem também é possível notarmos alguns dos motivos que levaram a incorporação do CAT pela UFPI. De acordo com Ney Braga, ministro da Educação e Cultura da época, aspectos econômicos e infraestruturais forneceriam as condições de qualidade à futura universidade. Fica, pois, clara a antecipação espacial promovida pelo Estado.

Segundo Corrêa (2000, p. 39), a antecipação espacial

constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade.

A terceira prática espacial que podemos averiguar na história da escola agrícola em Teresina é a da **reprodução da região produtora**, posto que Corrêa (2000, p. 42) afirma que

no processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica em práticas espacialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações. Tais práticas, como as anteriormente analisadas, constituem ingredientes da gestão do território.

A aplicação dessa prática espacial, à época da fundação da escola agrícola, pode ser confirmada por meio dos discursos governamentais os quais afirmavam categoricamente que a instalação de escolas agrícolas deveria obedecer ao propósito de capacitar profissionais para a atender às demandas da economia nacional e o mercado consumidor que estava em expansão.

Entretanto, as escolas agrícolas, ao mesmo tempo em que capacitariam profissionais para o mercado em expansão², também contribuíram para o propósito de evitar certo adensamento populacional nas cidades, ocasionado pelas migrações (êxodo rural), que já dava indicativos de que se consolidaria nas décadas posteriores a 1960 e, conseqüentemente, produziria novas demandas sociais, as quais iriam requerer a formulação e aplicação efetiva de políticas públicas de contenção de desigualdades socioeconômicas.

Seguindo a lógica do planejamento estatal e das questões regionais adotadas no Brasil até fins dos anos de 1980, acreditava-se que a natureza dos conhecimentos adquiridos nos colégios agrícolas não permitiria aos egressos dessas instituições aplicá-los nos núcleos citadinos, onde não haveria empregos formais para os técnicos em agropecuária. A necessidade de trabalhar (e também, muitas vezes, por causa das relações afetivas e

² “Em 1957, o governador Jacob Almendra Freitas realizou uma viagem ao Rio de Janeiro, com a expectativa de atrair incentivos federais para a realização dos planos ambiciosos de seu governo, que constituíam as obras da Escola Agrotécnica e do Frigorífico do Piauí (Fripisa), duas instituições maiores que visavam impulsionar a atividade agropecuária e favorecer a agroindústria no Estado” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 117-118).

familiares) “obrigava” os portadores de conhecimentos formais e sistematizados daquela área a retornar às suas localidades de origem que, na maioria dos casos, faziam parte de áreas rurais.

2.1.2 A escola agrícola como um lugar

Apoiando-nos em duas vertentes para a análise do lugar: a que o considera enquanto fixo e, assim sendo, recebe influências dos fluxos no processo de modificação constante; e a segunda, na perspectiva de evolução e sobreposição dos eventos, ou seja, a percepção das rugosidades presentes no espaço geográfico. Em nossa análise empregamos a perspectiva da produção do espaço a partir da experiência e da vivência dos agentes sociais.

Assim, assumimos o significado de espaço vivido apresentado por Holzer (apud CORRÊA, 2000. p. 32): “o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido [...] (que) [...] se refere ao afetivo, ao mágico, imaginário”. Nessa mesma perspectiva de que o espaço vivido remonta à experiência social contínua, temos as idéias de Yi-Fu Tuan (1983), que associa “espaço” e “lugar”, considerando-os “termos familiares que indicam experiências comuns” (TUAN, 1983, p. 3).

Portanto, o referido autor trata o lugar, na ótica da Geografia Cultural, como um espaço de vivência, já que os indivíduos que habitam determinado espaço adquirem, com o tempo um sentimento de pertencimento, de apego àquele espaço vivido e, por consequência, transformado.

Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983, p. 6).

Desse modo, podemos afirmar que o CAT é um lugar na medida em que agentes sociais (discentes, docentes e demais funcionários) que por lá passaram usufruíram das dependências escolares – as salas de aula, o campo de futebol, os alojamentos, o refeitório etc. – modificando-as e sendo também por elas modificados e marcados. Ou seja, os usuários do CAT a cada atividade desenvolvida, não importando a sua natureza, foram ressignificando as

relações existentes na e com a escola, absorvendo e imprimindo informações novas do e para o lugar, na rotina escolar a que estavam submetidos.

Ao tempo em que acontecia a produção de um novo espaço, resultado da apropriação do “velho”, marcas afloraram, denunciando a ocorrência da mudança, a ressignificação das relações entre os usuários e destes com o lugar, com o colégio. Tais marcas estão impregnadas de informações do tempo passado, do espaço “velho” revelando as rugosidades do espaço modificado.

São testemunhas das relações (re)construídas pelos agentes sociais com o lugar em que vivenciaram e modificaram. Incorporando sempre numa “via de mão dupla”, as pessoas que vivenciaram o CAT e dotaram aquele espaço de valor, transformando-o em lugar. Isso é facilmente comprovado com o processo de incorporação do colégio pela UFPI, que se propôs a mantê-lo em funcionamento, oferecendo o ensino técnico agropecuário, através de cursos da educação básica, em nível de segundo grau, mesmo aquela sendo uma instituição de ensino superior. A razão para tanto é que o CAT se constituiu como lugar de referência para a formação secundária de jovens do sexo masculino oriundos de cidades piauienses interioranas e, até mesmo, de famílias teresinenses com poder aquisitivo limitado³ e, às vezes, de outros estados.

Essa pesquisa ainda requisita que agreguemos uma dimensão a mais para que a compreensão da produção do espaço geográfico teresinense se torne inteligível àqueles que não (con)vivem (com) a realidade vigente naquele lugar. Tal dimensão é o *tempo*, o qual se apresenta nesta pesquisa como indispensável à compreensão, que se encontra alicerçada na relação do passado com o presente. Portanto, “o tempo liga o de dentro e o de fora sempre na perspectiva da constituição do mundial...” (VASCONCELOS JUNIOR, 2008, p. 404).

No caso do Colégio Agrícola de Teresina, a conexão entre “o de dentro” e “o de fora” na dimensão *Tempo*, a que se refere Vasconcelos Júnior (2000), torna-se visível quando analisamos o percurso histórico que culminou com o funcionamento da unidade educacional agrícola na capital piauiense. Isto é, todo o emaranhado de relações sociopolíticas e econômicas tecidas no Piauí durante a década de 1950 e também antes dela, por ocasião da criação da primeira escola agrotécnica estadual, está estreitamente conectado às fases de construção da escola ao longo dos dez anos em que o principal símbolo do projeto agrário

³ As famílias mais abastardas normalmente enviavam seus jovens para estudar em Fortaleza, Recife ou Rio de Janeiro.

piauiense passou a se materializar. A partir do ano de 1964, data de sua inauguração, o Colégio tornou-se concreto à sociedade teresinense e passou a representar possibilidades de desenvolvimento para um estado cuja vocação era o trabalho agropastoril.

O arcabouço das relações que se construíram para tornar concreto o projeto da primeira escola agrícola do Piauí no século XX ficou evidente no discurso do primeiro diretor da instituição, Carlos Estevam, no dia da inauguração da mesma, ao explicitar a participação de autoridades piauienses no processo.

A objetivação da Escola Agrotécnica de Teresina que se erguerá de agora em diante não é fruto conseguido ao acaso. Muito pelo contrário, foi devido aos esforços conjugados de ilustres piauienses e a boa vontade demonstrada do senhor ministro da Agricultura, Sr. Costa Porto, em prol do nosso desenvolvimento agropecuário.

Cabe ressaltar aqui a figura do Dr. Newton Beleza que, na direção da SEAV, tem dado todo o seu apoio à concretização desta obra.

Aos filhos de nossa terra, às figuras representativas no cenário político, os nossos aplausos pelos esforços despendidos junto aos poderes constituídos pelo perene trabalho a favor do desenvolvimento de nosso Estado.

Senhores: cumpre fazer especial referência ao trabalho empreendedor e profícuo da administração Pedro Freitas, auxiliado pelo espírito progressista do general Gayoso, pessoa não menos merecedora de elogios e destacado expoente na agricultura piauiense (JORNAL DO COMÉRCIO, 10.02.1955, p. 1.)

Carlos Estavam agradece a participação de cidadãos piauienses empenhados na construção da Escola Agrotécnica de Teresina. Atente-se para o fato de que esses cidadãos, dentre eles o governador Pedro Freitas, eram em sua maioria políticos ligados a grupos econômicos que tinham suas riquezas fincadas nas atividades agropastoris, bem como seu poder sustentado e assentado no espaço rural do Piauí.

2.2 GADO, EXTRATIVISMO E POLÍTICA: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PIAUIENSE

A partir deste ponto, em nosso trabalho, buscamos conciliar a conceituação geográfica apresentada nos itens anteriores com informações diversificadas sobre o Piauí, no intuito de construir um arcabouço de referências de caráter histórico para o entendimento de como se configurou a realidade socioeconômica e política do Piauí até o período em que se

desenrolou todo o processo de criação e instalação da Escola Agrotécnica de Teresina e depois Colégio Agrícola de Teresina, a partir das relações dos grupos locais dominantes, tanto econômicas quanto políticas, com o cenário sociopolítico brasileiro.

A exposição desse panorama histórico propicia a elucidação de fatores econômicos, políticos e sociais que se interrelacionaram desde o século XVII, período em que a pecuária bovina tornou-se a atividade principal das futuras terras piauienses, até o final do século XX, quando se inicia o processo de instalação das unidades educacionais voltadas para o ensino profissionalizante de técnicas agropecuárias no Piauí.

Apresentamos, também, informações, dados, gráficos e material cartográfico que ajudam a revelar particularidades do processo de crescimento urbano de Teresina, com ênfase nos vinte e dois anos do período aqui estudado, evidenciando a importância da inserção do colégio agrícola teresinense no direcionamento e expansão da malha urbana da cidade.

2.2.1 Um breve percurso pela história econômica e sociopolítica do Piauí

A pecuária bovina passou a ser a principal atividade econômica do Piauí a partir da segunda metade do século XVII, em virtude da necessidade de fornecimento de carne, couro e animais para a região açucareira, que se configurava como a principal área econômica do Nordeste e, também, do país. Apesar de a atividade pecuarista ter possibilitado a formação de uma economia constituída de atividades de subsistência fincadas na agropecuária subserviente às economias litorânea brasileira e europeia (Portugal), ela posicionava-se secundariamente em relação ao rumo da economia nacional.

Assim, à medida que a pecuária se disseminava no território piauiense e ganhava considerável destaque na economia local, também promovia um certo afastamento e, conseqüentemente, distanciamento do Piauí em relação ao rumo traçado para a economia nacional. Portanto, o Piauí continuava a ser um centro periférico em relação às decisões nacionais. Nesse sentido, as afirmações de Cardoso e Faletto, mencionados por Passos (2003, p. 23), ajudam-nos a compreender a relação da economia piauiense com a brasileira, na época.

O modo como as economias periféricas se vincularam aos centros hegemônicos no momento em que se constituíram regiões autônomas e

independentes define as possibilidades de desenvolvimento ou estagnação dessas regiões. Os vínculos são estabelecidos através de uma estrutura social e econômica herdada do período anterior; as possibilidades de desenvolvimento ou de seu oposto, a estagnação, estão inscritas na forma como classes ou grupos, gerados na situação precedente, estabeleceram relações no âmbito interno e externo.

A presença de pequenos grupos ou classes sociais sobrepondo-se aos demais, gerenciando e decidindo rumos e metas a serem seguidos e alcançados na política, economia de uma sociedade, não é nenhuma novidade na história da civilização humana. A presente ideia é corroborada também por Cardoso e Faletto (apud PASSOS, 2003, p. 23) quando afirmam que “através do processo político, uma classe ou grupo impõe ao conjunto da sociedade um modo de produção que lhe é próprio ou uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos”.

As classes ou grupos sociais dominantes no Piauí também não se mostraram fora dessa conjuntura social. Ao percorremos a história piauiense, percebemos a presença de classes ou grupos dominantes tomando decisões e determinando o traçado político e econômico local. Dessa forma, é possível entendermos o contexto, tanto estadual como nacional, para a implantação da Escola Agrotécnica de Teresina – EAT, em 1954, além das relações que se constituíram entre o poder local e o nacional, bem como o posicionamento sociopolítico e econômico das classes dominantes na sociedade piauiense da época.

A crise na economia pecuarista⁴ piauiense em meados da segunda metade do século XVIII, por ocasião da diminuição na demanda dos rebanhos bovinos, em virtude da perda do mercado das regiões de mineração, fez com que as fazendas locais reorganizassem suas estruturas funcionais e produtivas, objetivando alcançar seu auto-sustento. Tal característica provocou o afastamento da pecuária praticada no Piauí do desenvolvimento da economia nacional, a qual se configurava como exportadora.

A pecuária extensiva praticada no Piauí no século XVIII, que, “como atividade quase exclusiva formou um sistema econômico, social e político em que as mudanças aconteciam muito lentamente” (MENDES, 2004, p. 124), aos poucos foi moldando a estrutura

⁴ Com a crise da pecuária, houve uma grande desvalorização dos produtos oriundos do gado bovino, a ponto de que, “em 1764, uma resolução da Câmara do Senado de Campo Maior fixou preços máximos de vários produtos, entre os quais *um boi grande e gordo* em 1\$920 a unidade, o que correspondia ao preço de oito galinhas *grandes e gordas*. Um par de esporas custava 2,4 vezes o preço de um boi grande e gordo, e o feitiço de um par de botas custava 2\$560. Em 1825, uma libra de carne custava \$35, nove vezes menos que uma libra de açúcar (\$320), e uma galinha custava \$480, ou 13,7 vezes o preço de uma libra de carne” (MENDES, 2004, p. 126).

fundiária do estado. Isso porque essa atividade era praticada com a apropriação de grandes extensões de terras, requerendo uma reduzida mão-de-obra. Tais peculiaridades deram feições marcantes às bases sócio-produtivas piauienses, pois os pecuaristas, fazendeiros (também chamados de coronéis⁵), passaram a dispor de grandes latifúndios e de considerável respeito social e político perante a população local, constituída basicamente por vaqueiros, posseiros e arrendatários.

Em contrapartida, a utilização de pouca mão-de-obra ajustava-se perfeitamente às necessidades da atividade pecuarista e, também, ao reduzido contingente demográfico da região. Esse fato é comprovado por Brandão (1995, p. 20), ao relatar que “em 1762, graças à iniciativa dos padres em suas respectivas freguesias, daria ao Piauí 12.746 habitantes.” A instalação da Capitania do Piauí, em 1758, alterou de modo significativo essa estrutura socioeconômica.



Foto 1. Pecuária Bovina.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A ocupação do território piauiense e sua posterior organização socioeconômica se deram inicialmente a partir da atividade pecuarista.

A pequena ou quase nenhuma existência de pessoas com prestígio para ocupar cargos e funções oficiais na Capitania fez com que a Coroa Portuguesa concedesse títulos sesmariais, funções e cargos a alguns vaqueiros, posseiros e arrendatários. Com isto, suas

⁵ Sobre o coronelismo, ver FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

funções e posições sociais foram alteradas, sendo que essa nova classe (elite dominante) adquiriu relativa autonomia em relação ao poder central da Colônia, também porque continuava a existir um real distanciamento geográfico e administrativo-estatal do Piauí em relação à sede central administrativa da colônia.

As alianças formadas dentro dessa nova elite sertaneja originaram as oligarquias rurais que passaram a obstaculizar as tentativas de controle da Capitania por parte da Coroa, mas sem procurar romper ou ameaçar o projeto de integração nacional dos colonizadores portugueses, situação esta que se perpetuou por toda a história política piauiense.

Da segunda metade do século XVIII até o início do século seguinte, evidencia-se uma crise na atividade pecuarista piauiense. Nesse período, tem início uma nova configuração espacial do Piauí, decorrente da bifurcação do eixo econômico, sendo que a atividade pecuarista da região Norte começa a gerar um maior volume de impostos. Esse novo contexto econômico motivou as oligarquias piauienses, em especial as do centro-norte e do litoral, a iniciarem tentativas de transferência da capital da Província, retirando-a da cidade de Oeiras.

Nem a transferência da capital provinciana para a cidade de Teresina, em 1852, sob o pretexto de reorientar o eixo econômico da região assolada pelas subseqüentes crises na atividade pecuarista, foi suficiente para modificar o panorama local frente à economia nacional. Essa situação parecia agradar às elites dominantes locais, as quais, através das articulações políticas, continuavam a se suceder no poder, sem deixar de apoiar os projetos da União, em troca de prestígio, cargos e funções públicas.

Somente na primeira metade do século XX é que a economia do Estado voltou a conhecer um breve período de retomada do crescimento, retirando o Piauí do relativo imobilismo econômico perante o restante do país. Conforme Mendes (2004, p. 128), “o Piauí, representado por Parnaíba, estava integrado ao comércio internacional e nacional como exportador de matérias-primas de origem no extrativismo vegetal” – maniçoba, cera da carnaúba e amêndoa do babaçu. Entretanto nem mesmo a ascensão do comércio internacional conseguiu modificar a estrutura fundiária e a base sócio-produtiva herdadas da pecuária, e assim, o tão almejado progresso só foi vivenciado e usufruído pelos grupos hegemônicos.

Uma das modificações ocasionadas por este novo momento na economia piauiense em virtude da exportação de produtos extrativos foi a ascensão dos setores ligados ao comércio, que passaram a interferir nas principais decisões políticas no estado,

coadunando-se com os grandes proprietários rurais. A ascensão dos setores ligados ao comércio tornou-se mais evidente quando conseguiram sair vitoriosos na eleição governamental de 1950, elegendo Pedro de Almendra Freitas, que governou o Piauí no período de 31/01/1951 a 31/01/1955.

O governador eleito era integrante da família Freitas, possuidora de grande influência no âmbito estadual, pois representava uma espécie de elo entre os setores que reuniam os grandes latifundiários e os aqueles ligados ao comércio. Na política, eles se posicionavam, na maioria das vezes, ao lado dos candidatos situacionistas, havendo raros momentos de oposição. A postura política adotada pelos Freitas, em geral, seguida por grande parcela dos líderes políticos piauienses de situação ou oposição, era a de restringir as ações e manifestações oposicionistas apenas ao governo estadual e nunca ao federal.

Uma vez que barganhavam com o poder nacional a obtenção de cargos, funções e prestígio, sem esquecer que grande parte da receita piauiense advinha da União, apesar de os produtos extrativos exportados representarem um relativo destaque na economia estadual, assim a vitória de Pedro Freitas nas eleições de 1950 significava a continuidade de um sistema de controle do poder vigente. Desse modo, mesmo com uma maior participação de produtos nativos do território piauiense, a base produtiva e a estrutura fundiária, bem como a estrutura socioeconômica do Piauí não sofreram significativas mudanças.

Continuava existindo uma grande concentração de terras por parte de uma pequena parcela da população; o poder e as decisões políticas ainda pertenciam a pequenos grupos hegemônicos; as receitas geradas pela exportação da cera da carnaúba, amêndoa do babaçu e da borracha da maniçoba eram aplicadas pelas classes sociais dominantes em compras e investimentos em regiões fora do Estado, principalmente no Centro-Sul do país, na aquisição de bens manufaturados, de consumo duráveis, vestuário e alimentos.

A balança comercial piauiense na década de 1950 continuava tendo saldo negativo, impedindo a formação de reservas internas, o que implicava diretamente em desestimular e, até mesmo, emperrar o desenvolvimento e diversificação dos demais setores econômicos e sociais do estado, em especial o industrial. Na intenção de aproveitar as receitas advindas dos impostos sobre a exportação dos produtos extrativos, o poder público estadual realizou alguns investimentos em outros setores econômicos.

O governo estadual, na administração de Landri Sales Gonçalves (21/05/1931 a 03/05/1935), investiu no setor agropecuário criando campos experimentais de cultivo de algumas espécies, com a aquisição de sementes de algodão selecionadas e reprodutores da raça indiana. Os resultados desses investimentos, porém, não foram tão satisfatórios e nem suficientes para modificar o panorama desse setor econômico. Parte dos insucessos dos investimentos estaduais durante o quinquênio administrativo de Landre Sales foi atribuída à utilização de técnicas arcaicas pelos criadores de gado e agricultores no manejo da lavoura e rebanhos, como fica evidenciado na citação de Nascimento (1993, p. 114) ao afirmar que “os criadores queriam criar gado como sempre vinham fazendo, extensivamente”.



Foto 2. Hospital Getúlio Vargas, em Teresina.
Fonte: Colégio Sagrado Coração de Jesus, Teresina.

A construção, iniciada em 1938, e a inauguração, em 1941, do Hospital Getúlio Vargas representaram a concretude de projetos que visam dotar a capital piauiense, e também, o estado, de uma melhor e maior infra-estrutura na área da saúde.

Parcela das receitas geradas com a exportação de produtos extrativos também foi investida pelos governos estaduais e elites político-econômicas, principalmente as parnaibana e teresinense, na urbanização dos maiores núcleos urbanos do estado na primeira metade do século XX – Teresina e Parnaíba. Tais investimentos, notadamente em Teresina, são destacados por de Passos (2003, p. 30):

A capital recebeu melhoramentos, tais como: luz elétrica, abastecimento d'água, construção de prédios públicos, dentre eles a sede do Governo,

Palácio de Karnak, o Hospital Getúlio Vargas, além da abertura de ruas e praças; organizou-se e pôs-se em funcionamento a Faculdade de Direito do Piauí, primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado.

Os investimentos realizados pelo governo federal nas cidades piauienses serviram para dotá-las de uma infraestrutura básica, melhorando as relações de comunicações e capitalistas entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-sul do país. Dessa maneira, o governo federal propiciava condições para que o desenvolvimento dos estados sulistas chegasse até o Piauí, melhorando a qualidade de vida da população local. Além disso, também, colocava em prática a política de integração nacional.

A partir de então, o Estado consolida seu papel de importador de produtos manufaturados e bens de consumo duráveis e torna-se apto a adequar-se à nova divisão regional do trabalho, que firmava o Sudeste como pólo industrial, e o Nordeste como região mais agrícola (PASSOS, 2003, p. 31).

As palavras da autora ajudam a compreender o projeto dos governos nacional e estadual relativos à implantação de unidades escolares destinadas à educação profissionalizante de caráter agrícola. Outra conclusão é que, com essa divisão do trabalho estabelecida e estimulada pelos governos entre as regiões brasileiras, consolidava-se uma relação deficitária entre os estados nordestinos e sulistas, em razão da natureza dos produtos fabricados por eles.

Em meio a essa desigual relação socioeconômica, ocorre o aprofundamento da dependência financeira do Piauí em relação à União. Na composição das receitas estaduais, os repasses federais cresciam, enquanto que as divisas provenientes das exportações diminuía gradativamente com o passar dos anos. Tal panorama agravou-se na década de 1950 e gerou críticas ao representante do poder executivo estadual, o governador Pedro Freitas, acusado de não ter um projeto de desenvolvimento para o Piauí que não fosse voltado exclusivamente para o setor agropecuário.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (31/01/1959 a 31/01/1962), sucessor de Pedro Freitas, continuou o processo de intervenção do Estado na economia, aumentando sua participação no setor produtivo. Com a criação de empresas estatais, como a AGRINPISA, CEPISA e TELEPISA⁶, a construção de estradas, ferrovias e aeroportos, bem como o

⁶ No ano de 1959, foram criadas as empresas estatais AGRINPISA (Agroindústria do Piauí S.A.) e CEPISA (Centrais Elétricas do Piauí S.A.) pelas respectivas leis nº 1.906, de 27 de novembro, e nº 1.948, de 1º de dezembro. No ano de 1960 foi criada a TELEPISA (Telecomunicações do Piauí S. A.), pela Lei nº 2.060, de 07

aproveitamento do potencial hidroelétrico do rio Parnaíba por meio da construção de uma usina, ou seja, com a instalação de infraestrutura, o então governador acreditava que promoveria o desenvolvimento em território piauiense.

O processo de intervenção estatal na economia piauiense prosseguiu na administração de Petrônio Portella Nunes (31/01/1963 a 12/08/1966). Esse governo representou a retomada do poder político estadual pela família Freitas, pois o governador eleito no pleito de 1962 era genro do ex-governador Pedro Freitas, embora pertencessem a partidos políticos diferentes: UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrata), respectivamente.

O mandato de Petrônio Portella foi marcado, dentre outros acontecimentos, pela efetiva estadualização do Banco do Estado do Piauí – BEP e implantação das empresas CEPISA, TELEPISA, AGRINPISA e FRIPISA⁷. Outra prioridade desse governo foi a educação, sendo que as ações nesse setor e no da infraestrutura visavam à promoção do desenvolvimento do estado, como afirma Passos (2003, p. 35):

O governador, transpirando as idéias em voga nos anos 60 sobre desenvolvimento, inclui a educação como fator de crescimento econômico, posto que esta prepararia a mão de obra requerida pela modernização ao tempo em que atraía, com as ações nesse campo, os setores médios urbanos, reforçando sua base política e sua posição frente aos atuais aliados.

Ainda que o setor educacional tenha se tornado uma das prioridades e estratégias políticas do governo Petrônio Portella, a maior parcela de investimentos⁸ do governo federal destinava-se à infraestrutura do estado e das cidades piauienses. O setor industrial restringia-se a pequenas fábricas de beneficiamento de alimentos e minerais não-metálicos, enquanto o setor agrícola continuava apresentando características de atividade de subsistência.

Percebe-se, assim, que a situação econômica do Piauí revelava cada vez mais o distanciamento, iniciado no período colonial, da economia estadual em relação ao rumo econômico nacional. Esse fato era um dos trunfos do grupo dominante local nas relações que

de dezembro. Para maiores informações sobre o processo de intervenção do Estado na economia piauiense, ver a obra de MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

⁷ A empresa Frigoríficos do Piauí S.A. (FRIPISA), constituída pelo governo do Piauí, foi criada em 1957 na administração de Jacob Manoel Gayoso e Almendra.

⁸ Para maiores informações sobre os repasses federais para o Piauí no governo de Petrônio Portella, ver MARTINS, Agenor de Sousa et al. O Piauí na Economia Nacional. In: Fundação CEPRO. **Carta Cepro**. Teresina: Fundação CEPRO. v. 8. n. 2. p. 91-142, jul/dez, 1982.

mantinham com poder político nacional. Para corroborar essa ideia nos apoiamos em Passos (2003, p. 38), a qual elucida:

O esquema político nacional encontrava legitimidade no esquema político local representado pelo grupo Almendra Freitas/Portella o qual, por sua vez, como integrante dos governos estaduais, utilizava-se da instalação da infraestrutura física e social favorecida pela política de integração nacional para fortalecer posições adquiridas intra e intergrupos; cada um procurava notabilizar seu governo pela construção de equipamentos sociais, comunitários e grandes obras.

Evidencia-se, pois, uma prática bastante comum nas ações dos governantes: a construção de equipamentos sociais e grandes obras como meio de destacar suas gestões perante o olhar popular. A criação e instalação da CEPISA, da AGRINPISA, da TELEPISA e do FRIPISA, como mencionado anteriormente, bem como a criação e instalação da Escola Agrotécnica de Teresina, sem dúvida, exemplificam essa prática administrativa no Piauí, a qual contribuía para manter a continuidade da letargia do setor produtivo e, conseqüentemente, conservar, quase que de forma inalterada, as estruturas e posições que mantinham as oligarquias rurais como principal grupo dirigente do Piauí.

Aproveitando-se da política de integração nacional imperante no cenário brasileiro a partir da década de 1950 e da concepção de estado “essencialmente agrícola”, o então governador do Piauí, Pedro de Almendra Freitas, em parceria com o governo federal, dá início ao projeto de criação e implantação de uma escola para formar e capacitar técnicos agrícolas, visando qualificar a mão-de-obra que se ocupa nas atividades ligadas ao campo.

Esse argumento da qualificação da mão de obra aliado à realidade socioeconômica e política nacional e piauiense da época deu origem ao processo de criação e instalação da Escola Agrotécnica de Teresina, iniciado em 1954, no governo de Pedro Freitas. Mais tarde, por meio do Decreto Nº 53.558, de 13 de Fevereiro de 1964, a escola passou a ser chamada de Colégio Agrícola de Teresina – CAT. O processo, os agentes que dele participaram e as várias relações tecidas entre eles para a existência da unidade educacional agrotécnica em Teresina serão explanados posteriormente.

2.2.2 Chapada do Corisco: uma estratégia para o progresso

A crescente participação da pecuária bovina da região norte do Piauí na economia, decorrente de gradativo aumento do montante dos impostos gerados por essa atividade, causou uma bifurcação do eixo econômico na segunda metade do século XIX. O norte piauiense, e mais especificamente o litoral, onde se sobressaía a cidade de Parnaíba, passa a dedicar-se a outras atividades, como a exportação de charque, couro e outros produtos oriundos do gado, polarizando a economia daquela área.

Concomitantemente, a cidade de Oeiras, na região centro-sul do estado, vê sua soberania econômica ser reduzida em razão do desenvolvimento econômico da região litorânea, embora, mesmo com o crescimento de Parnaíba, Oeiras continuasse exercendo forte influência político-administrativa em todo o território piauiense, já que continuava sendo a cidade-sede da Província e, conseqüentemente, o palco da tomada de decisões em âmbito estadual. A força política de Oeiras era praticamente incontestável, uma vez que o grupo dirigente da capital provinciana contava com o apoio do poder central.

Resultante do desenvolvimento econômico iniciado no final do século XVIII e que atinge o seu apogeu na primeira metade do século XIX,

a cidade de Parnaíba já despontava como centro industrial e exportador de matérias-primas, encontrava-se integrada aos principais mercados do Exterior, desfrutando de um processo de crescimento econômico e social que não se espalhou para o restante do Piauí (MENDES, 2004, p. 127).

O desempenho econômico de Parnaíba também foi alvo de menção em importante documento datado de 1775, deixado pela Junta Trina que governou o estado por 22 anos. Segundo Nunes (apud FIGUEIREDO, 2006, p. 21),

Igualmente devemos noticiar a V. Exa. que das seis vilas desta Capitania criadas no ano de 1762 só a de S. João da Parnaíba, fundada na margem oriental do braço do Igarapu, tem tido aumento e promete cada vez mais não só pelo negócio do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha; as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido.

Essa nova configuração econômico-espacial motivou as oligarquias piauienses, em especial as do centro-norte e do litoral, a tentativas de transferir a capital da Província, retirando-a da cidade de Oeiras, como se pode verificar nas palavras de Gonçalves (1991, p. 15):

A idéia de mudança da sede da Capitania do Piauí já se fazia sentir desde o Governo de João Amorim Pereira, que, em Ofícios datados de 08 de abril e 09 de agosto de 1798, encaminhou ao Ministro do Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, um bem fundamentado Relatório, no qual pede a transferência da Capital do Governo para a Vila de São João da Parnaíba. Infelizmente, nada conseguiu. Ficou, todavia, plantada a idéia mudancista. O sentimento de mudança reapareceu em 1812, quando a Câmara Municipal da Vila da Parnaíba, em seu nome e no dos seus Municípios, dirigiu a sua Majestade o pedido de transferência da sede da Capital da Província para a Vila da Parnaíba. [...]. O pedido ficou na imensidão da burocracia, perdido ou esquecido.

Em 1844, surgiu a primeira deliberação formal sobre o deslocamento da sede do Governo, quando o Presidente, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, conseguiu a aprovação de Lei nº 174, de 23 de agosto do mesmo ano, que autorizava a transferência da sede da administração da Província para o local à margem do Rio Parnaíba, na confluência do Rio Mulato, onde se edificaria a cidade de Regeneração. No ano seguinte, foi aprovada a Lei nº 191, que sancionava a disponibilidade de recursos ao governo para imediata transferência da Capital, deslocando as repartições públicas para São Gonçalo, hoje Regeneração, onde deveria permanecer até a edificação da Nova Capital. Foi mais uma lei não executada.

Como expôs Gonçalves (1991), as primeiras tentativas de transferência da capital da Província foram em vão. Essas manifestações pró-mudança também estimularam as ações de José Antônio Saraiva, que assumiu a Presidência da Província no dia 7 de setembro de 1850, aos 27 anos de idade. Dentre as decisões tomadas por ele, sem dúvida, a que obteve maior repercussão política e histórica foi a transferência da capital da cidade de Oeiras para a Vila Nova do Poti, que passaria a denominar-se Teresina.

De acordo com Passos (2003, p. 26),

A nova sede, na visão do Presidente da Província, Conselheiro José Antônio Saraiva, e daqueles que acalentaram o desejo por sessenta anos, seria centro aglutinador da atividade produtiva, desempenhando a função de promover o desenvolvimento e reorientando o eixo econômico e as correntes de comércio da região.

Para as elites piauienses, principalmente as do centro-norte, a transferência da capital representava a ação do poder central no sentido de mover a sociedade piauiense rumo ao progresso com o aproveitamento econômico do rio Parnaíba. Até então, as ações resumiam-se à instalação de algumas vilas,

construção de alguns edifícios para abrigar a administração da Capitania ou da Província e à manutenção do aparelho burocrático.

Os estudos de Abreu (1983) também apresentam informações sobre a situação econômica de Oeiras no período em que as ideias mudancistas ganhavam força entre os administradores do Piauí. A autora esclarece que a cidade oeirense estava

[...] situada em terras pouco férteis e distantes do principal escoadouro natural do território piauiense – o rio Parnaíba – não correspondia mais as necessidades exigidas para uma cidade – capital, cuja administração tinha expectativas diferentes com relação ao papel em que um centro urbano de tal porte deveria desempenhar no contexto considerado. Com população pobre, sem maiores perspectivas do que gravitar em torno do decadente comércio do gado – reflexo da situação econômica porque passava a província – Oeiras encontrava-se em franco processo de estagnação, processo que se reproduzia igualmente na maioria dos pequenos núcleos urbanos piauienses (ABREU, 1983, p. 5).

Para concretizar seu propósito mudancista Saraiva realizou, no ano de 1851, duas viagens à Vila do Poti, localizada à margem esquerda do rio Poti, nas proximidades da confluência com o rio Parnaíba, tendo por intuito o de conhecer as particularidades ambientais e socioeconômicas da área e, assim, escolher o local onde seria instalada a nova sede da futura capital piauiense.

A Vila do Poti, onde atualmente encontra-se o bairro Poti Velho, na zona Norte de Teresina, foi desaprovada por Saraiva devido à falta de infraestrutura para acolher o projeto político-administrativo do governador provinciano. A área era constantemente inundada pela águas fluviais do Poti, no período das chuvas, o que, associado aos hábitos populares e condições higiênico-sanitárias da época, propiciava condições favoráveis à proliferação de várias doenças, como a malária, desinteria e outras.

O fato de não apresentar uma boa perspectiva para o melhoramento do desempenho comercial da área em relação à cidade de Caxias⁹, no Maranhão, face às suas condições estruturais e ambientais, também influenciou na decisão de José Antônio Saraiva em rejeitar a Vila do Poti como local a ser edificada a sede da nova capital piauiense. Assim,

⁹ A cidade de Caxias, no Maranhão, na época do processo de transferência da capital piauiense, era o principal entreposto comercial da região que atualmente é denominada Meio Norte nordestino (compreendendo Piauí e Maranhão). Aquela cidade polarizava toda a região, pois era o principal ponto de intersecção das rotas comerciais estabelecidas entre as regiões Nordeste e Norte do país, bem como tinha uma economia fortalecida pela produção e exportação de tecidos de algodão, desde fins do século XIX.

Em 22 de outubro de 1851, Saraiva em sua primeira viagem à Vila do Poti, escolhe o local que sediará a nova Vila do Poti. A área escolhida foi a “Chapada do Corisco”, assim denominada em virtude das fortes trovoadas e freqüentes faíscas que caem do começo até certa época da estação chuvosa (GONÇALVES, 1991, p. 16).

Essa chapada situava-se ao sul da Vila do Poti, distando 6 quilômetros, e, segundo Vale (2007, p. 4), “o fator determinante para a escolha foi sua característica geográfica favorável, por apresentar um terreno elevado de relevo basicamente plano e com poucos morrotes.”

O trabalho de Gonçalves (1991) apresenta consistentes informações sobre as razões que motivaram José Antônio Saraiva a empreender a transferência da capital piauiense da cidade de Oeiras. O autor apresenta as cinco razões enviadas pelo Conselheiro Saraiva à Assembleia Provincial do Piauí, no ano de 1851, solicitando a transferência da capital da Província para a Vila do Poti.

No seu relatório, o Presidente apresentou as seguintes razões:

- 1º - Porque é ela bem situada e mais salubre possível;
- 2º - Porque fica na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí, conseguindo-se a maior vantagem da mudança;
- 3º - Porque, mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a Capital do grande benefício das facilidades de suas relações políticas e comerciais com a Corte;
- 4º - Porque fica no município mais agrícola da Província e é preciso que o governo cuide seriamente de promover o aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa e dar conveniente direção aos seus produtos;
- 5º - Porque é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da Província (GONÇALVES, 1991, p. 17).

A postura de Saraiva quanto à escolha da Chapada do Corisco para sediar a nova capital piauiense também foi alvo das pesquisas de Moreira (1972), que também explica a decisão do governador da província piauiense:

A nova cidade localizada nos terrenos ribeirinhos do Parnaíba (na altitude de 65 m) teria a possibilidade de expandir-se para a área interfluvial e estaria a salvo das cheias que assolavam a área da confluência do Poti com o Parnaíba, onde já então se encontrava a antiga Vila do Poti. Esta, arruinada pelas inundações do rio, não apresentando condições favoráveis à implantação da futura capital (MOREIRA, 1972, p. 9).

Contudo, as tentativas de transferir a capital esbarravam na falta de interesse da Coroa Brasileira pela região piauiense, movida pela diminuta participação da Província do Piauí na economia nacional, sendo que um dos principais motivos alegados para a recusa da efetivação da transferência da capital era a escassez de recursos financeiros para tal projeto.

Nesse contexto, para alcançar seu propósito, Conselheiro Saraiva, utilizando-se de sua habilidade política, conseguiu junto à população da Vila Nova do Poti a construção de edificações que abrigariam as repartições públicas da nova capital, dotando-a, assim, de infraestrutura básica. A ajuda da população foi recompensada por Saraiva com a concessão de títulos de aforamento¹⁰ na nova capital.

A transferência da capital piauiense para Vila Nova do Poti e a elevação desta à condição de cidade com o nome de Teresina, foram oficializadas pela Resolução nº 315, de 20 de julho de 1852, cujo caput informa que “eleva desde já a Vila Nova do Poti à categoria de Cidade com a denominação de Teresina e transfere para ela a sede do governo da Província, com todos os estabelecimentos públicos” (GONÇALVES, 1991, p. 18).

O documento também dispunha de outras determinações e procedimentos administrativos a serem executados para que se processassem as acomodações do aparelho estatal e de seus funcionários que residiam em Oeiras, como empréstimos e fontes pagadoras destes, assim como a destinação dos recursos a serem utilizados na transferência, como fica evidente no caput dos Artigos 6º e 11º

Artigo 6º - Os empregados públicos, que tiverem de estabelecer sua residência na Nova Capital, terão uma ajuda de custo, correspondente à despesas de viagem, atribuída pelo Presidente da Província, com atenção ao número de pessoas de suas famílias e a categoria de seus empregos. Além disso poderá o mesmo Presidente mandar-lhes adiantar até meses de ordenado, que serão indenizados à Fazenda, descontando-se-lhes a quinta parte, a proporção que forem recebendo seus vencimentos.

[...]

Artigo 11º - Quando não bastem os recursos ordinários da Província para ocorrer às despesas ordenadas por esta lei, fica aberto ao Governo Provincial um crédito da quantia de sessenta contos de réis, além das sobras da receita, que poderão aplicar ao mesmo fim (GONÇALVES, 1991, p. 18-19).

¹⁰ Documento pelo qual é comprovada a cessão de um imóvel, feito pelo proprietário a outrem, mediante pagamento de uma pensão.



Foto 3. Marco Zero de Teresina.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

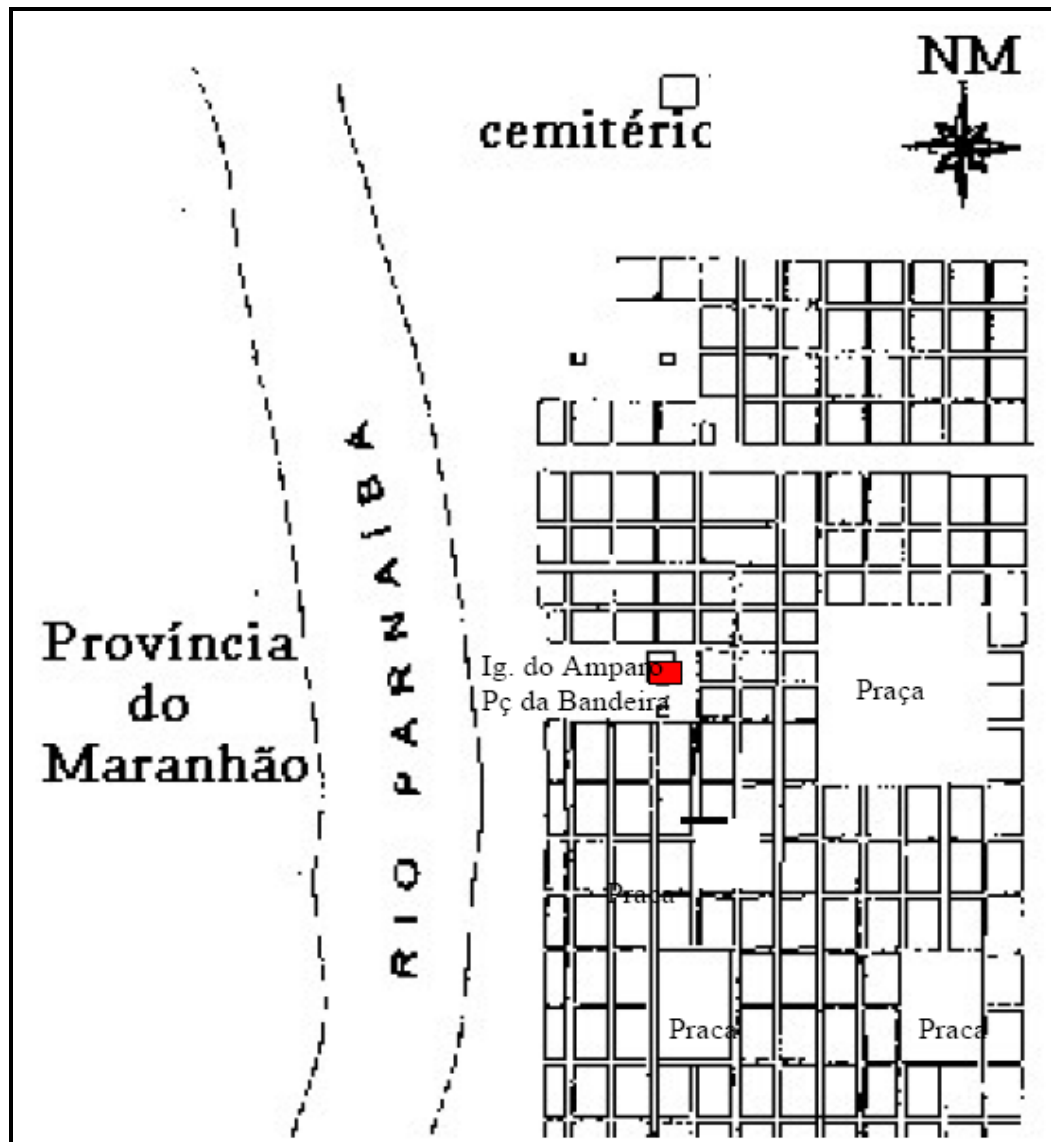
A partir da Praça Marechal Deodoro ou da Bandeira (em primeiro plano) e da Igreja Mariz de Nossa Senhora do Amparo, cujas torres em segundo plano à esquerda, foi traçado o planejamento urbano inicial da capital piauiense.

O nome da nova capital piauiense foi uma homenagem do presidente da província à esposa de Dom Pedro II, a Imperatriz do Brasil – Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon. A capital piauiense ostenta o “título” de ser a **“Primeira Capital Brasileira Planejada”**, no período imperial, pois foi construída conforme planejamento prévio¹¹, cuja gênese é atribuída, por alguns estudiosos, aos portugueses, como afirma Braz ([200_?], p. 2):

O traçado urbano e a forma de implantação das praças são indícios de que Delson (1979) estava certa ao afirmar que o programa urbano português experimentado no século XVIII tinha tido êxito. Tanto que seus princípios foram utilizados na reconstrução de Lisboa e depois, no século posterior, na capital do Piauí.

Esta tese pode ser ilustrada em exame das características espaciais das praças principais das duas cidades. A Praça da Bandeira em Teresina e a Praça do Comércio em Lisboa têm semelhanças muito evidentes no que diz respeito às linhas retilíneas, regularidade de volume, rigidez geométrica e a concentração dos poderes estabelecidos – governo, justiça e religião. Tais características indicam um padrão espacial e dimensionamento do traçado que podem ser observados na métrica das praças centrais das cidades coloniais brasileiras. Parecem constituir um agrupamento tipológico que pelo menos no caso de Teresina, pode ter origem no modelo português.

¹¹ Sobre o planejamento do traçado urbano de Teresina, ver BRAZ, Ângela Napoleão. **Estruturação urbana de Teresina no período de 1852 a 1900**. [200_?]. (mimeo) e FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade. In: ARAÚJO, Maria Mafalda B. de e EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). **Gente de longe: histórias e memórias**. Teresina: Halley, 2006. p. 11-41.



Mapa 01 – Sítio urbano de Teresina – 1855

Fonte: BRAZ, Ângela Napoleão. **Estruturação urbana de Teresina no período de 1852 a 1900.** [200_?]. (mimeo). p. 7.

O projeto do traçado urbano do núcleo original da nova capital foi desenvolvido pelo português, mestre de obras, João Isidoro da Silva França, como esclarece Figueiredo (2006, p. 35):

O Presidente da Província, José Antônio Saraiva, tomou as primeiras providências, a partir da concepção urbanística desenhada pelo mestre de obras, que planejou os logradouros em linhas paralelas, simetricamente dispostas, todas partindo do Rio Parnaíba rumo ao Poti. O núcleo inicial, concebido em um quadrilátero onde foi instalado o Paço Imperial, posteriormente Praça da Constituição e atualmente Praça Marechal Deodoro, local em que foram edificadas os prédios públicos, foi voltado para o rio

Parnaíba, tendo sido erguida, ao centro da ala oposta, a Igreja Matriz de N. S. do Amparo.

Com essa descrição e a leitura do mapa 01, pode-se notar facilmente que os quarteirões e logradouros foram dispostos de forma retilínea, simétrica e orientados a partir da e em direção aos dois rios que cortam a cidade: Parnaíba e Poti. Enfim, percebe-se, sem dificuldades, a característica ortogonal de seu traçado, revelando uma semelhança com um “*tabuleiro de xadrez*”.

Nota-se, ainda, que houve uma grande influência religiosa na organização da nova capital, haja vista a localização central da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, a qual serviu, inclusive, de referencial para a delimitação do perímetro urbano de Teresina à época de sua fundação, como expôs PMT (1969). O terreno da cidade, segundo o documento “*Datas COVAS*” compreendia, de norte a sul, um quarto de légua para cada lado, tendo a igreja de Nossa Senhora do Amparo por centro, e a leste e oeste, os rios Parnaíba e Poti, respectivamente.

2.2.3 A expansão do “*Tabuleiro Português*”

A ocupação da área da Chapada do Corisco é anterior à transferência da capital da província piauiense, como afirma Braz ([200_?], p. 6):

Textos de historiadores piauienses como Monsenhor Chaves e Orgmar Monteiro sobre a história de Teresina, permitem concluir que a Capital da Província ao ser instalada na Chapada do Corisco, já encontrou uma cidade ou aglomerado. Havia pessoas morando, trabalhando, se relacionando. Havia espaços coletivos e de uso privado.

A proximidade da Chapada do Corisco com a Vila do Poti, separadas apenas por 6 km, e a edificação de Teresina e consequente desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais motivaram um relativo deslocamento populacional, oriundo de outras cidades e vilas piauienses e também de outros estados, como o Maranhão. Chaves (2005, p. 39) alicerça a idéia de ocupação do sítio urbano de Teresina quando observa que

Partindo dos 49 habitantes em junho de 1851 viviam na Chapada do Corisco, local escolhido para a edificação da cidade, Teresina se expandiu tão rapidamente que na segunda década já constava com 963 casas, sendo 433 sólidas e 530 frágeis (de palha) para mais de oito mil habitantes em 963 casas.

O § 1º do Artigo 4º da Resolução nº 315, de 20 de julho de 1852, que dispunha sobre a mudança da capital para Teresina, transcrito por Gonçalves (1991), apresenta informações que ajudam a ratificar a ideia de que já existiam edificações na Chapada do Corisco antes da transferência e instalação da nova cidade-sede da Província do Piauí. O caput do parágrafo determina que

Artigo 4º - Para a realização da muda, é igualmente autorizado o Presidente da Província:

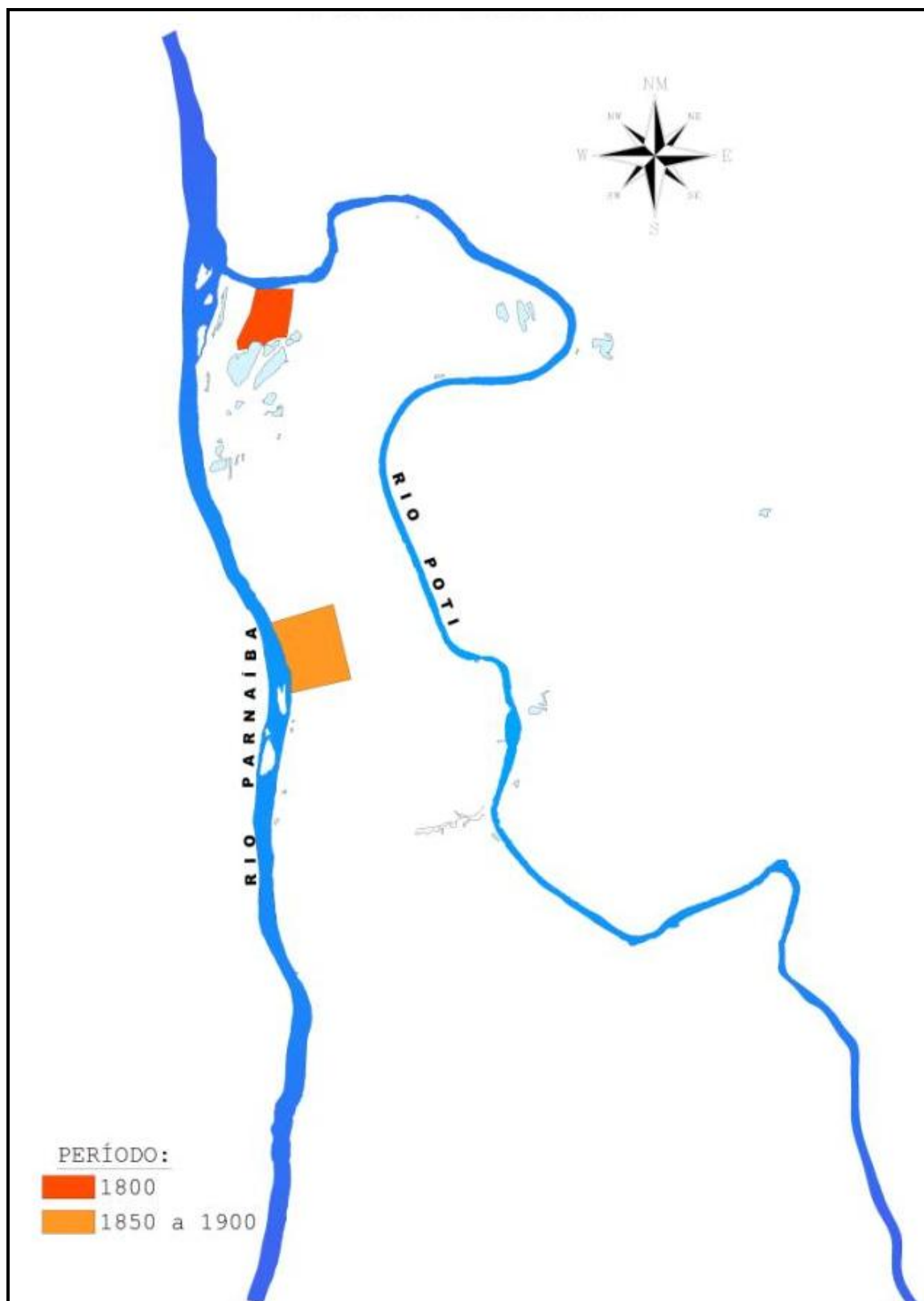
§ 1º - A obter, por aluguel e pela forma que mais conveniente lhe parecer, os prédios necessários para as repartições públicas (GONÇALVES, 1991, p. 18).

O período compreendido entre os anos de 1890 e 1900 foi marcado por um pequeno e discreto crescimento urbano de Teresina, fato constatado ao se fazer uma leitura do mapa que representa o sítio urbano da época (Mapa 02). Percebemos que, da área total do município teresinense, apenas cerca de um sexto dela (área em cor laranja) era ocupada de maneira organizada, com cerca de 100 quarteirões, onde estavam distribuídas todas as repartições públicas, logradouros e habitações populares.

A cidade de Teresina abrigava, de acordo com os estudos de Rebêlo (2000), baseados nos censos demográficos realizados nos anos de 1890 e 1900, uma população em torno de 30.000 habitantes.

O Censo de 1872 revelou um maior crescimento urbano, visto que, além do aumento do número de cidades, 10 delas já contavam com população superior a 30.000 habitantes, porém nenhum dessas se localizava no Piauí. Esse número se elevou para 12 e 15 nos Censos de 1890 e 1900, aparecendo Teresina como componente desse grupo de cidades, ocupando o 10º e 11º lugares, respectivamente (REBÊLO, 2000, p. 102).

Possibilidade real de desenvolvimento econômico e urbano-social foi uma das razões apresentadas pelo Conselheiro Saraiva à Assembleia Provincial para a mudança da capital piauiense, entretanto, de acordo com Façanha (1998, p. 55), percebemos que esse objetivo não foi alcançado de maneira satisfatória, pois



Mapa 02 – Evolução do sítio urbano de Teresina, período 1800 – 1900.

Fonte: FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998. p. 56.

O processo de urbanização no Piauí não teve grande expressão, como se esperava, com a transferência da capital para Teresina. Além disso, não aconteceu uma articulação regional que viabilizasse a sustentação econômica da capital, conseqüentemente, da própria organização econômica e social do estado.

Segundo Façanha (1998), Mendes (2004) e Figueiredo (2006), o progresso (ou indícios desse processo) começa a chegar ao Piauí com maior intensidade a partir da fundação da nova cidade-sede da administração pública estadual, porém, de acordo com Mendes (2004), as inovações demoravam muito para chegar à capital piauiense. Prova disto é, por exemplo,

[...] a Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba começou a operar em 1859, [...], *quarenta anos* depois da primeira embarcação a vapor a navegar no Brasil (na Bahia) e *cinquenta e dois* anos depois de Robert Fulton construir o primeiro barco a vapor, na Inglaterra. [...].

[...] a primeira linha telegráfica do Piauí, ligando São Luís do Maranhão a Teresina, começou a funcionar em 1884, *trinta e dois anos* depois de sua chegada ao Brasil e *quarenta anos* depois da primeira linha de telégrafo, nos ESTADOS UNIDOS.

[...] a montagem da primeira usina elétrica de Teresina foi concluída em 1914, *trinta e um anos* depois do primeiro serviço municipal implantado no Brasil (em Niterói) e *trinta e cinco anos* depois de Thomas Alva Edison fazer a primeira demonstração de seu invento.

[...] a ligação ferroviária de Teresina a São Luís do Maranhão foi concluída em 1921, decorridos *sessenta e sete anos* da primeira ferrovia do Brasil e *noventa e seis anos* depois da primeira ferrovia, na Inglaterra (MENDES, 2004, p. 128).

Acreditamos que essa demora deva ter ligação com a posição de relativo distanciamento econômico que sempre marcou a história do Piauí, como mencionado anteriormente.

Ainda segundo Façanha (1998, p. 57), “outro fator para o desenvolvimento do estado foi a função estratégica que a navegação fluvial desempenhou interligando as cidades piauienses aos centros urbanos comerciais das regiões brasileiras e ao mercado internacional”. Ainda segundo o mesmo autor,

a exportação da maniçoba (1900–1915), da cera da carnaúba e da amêndoa do babaçu (1910–1950) consolidou no estado a área centro-norte – Teresina, Parnaíba, Floriano, Amarante, União, todas situadas às margens do rio Parnaíba – como o “pulmão” das atividades propulsoras do desenvolvimento (FAÇANHA, 1998, p. 57).

Relendo a história piauiense, percebemos a estreita relação entre o surgimento dos núcleos de povoação e, mais tarde, os núcleos urbanos, e a proximidade dos cursos d'água, em especial, os fluviais, dentre os quais o Parnaíba é o de maior destaque. A citação de Façanha (1998) também nos remete à ideia de aproveitamento e, até em certo ponto, de dependência dos aglomerados urbanos em relação aos cursos fluviais piauienses, quando o autor afirma que as cidades ribeirinhas do centro-norte piauiense, por causa da dinâmica de suas economias, acabaram alavancando o desenvolvimento da região.

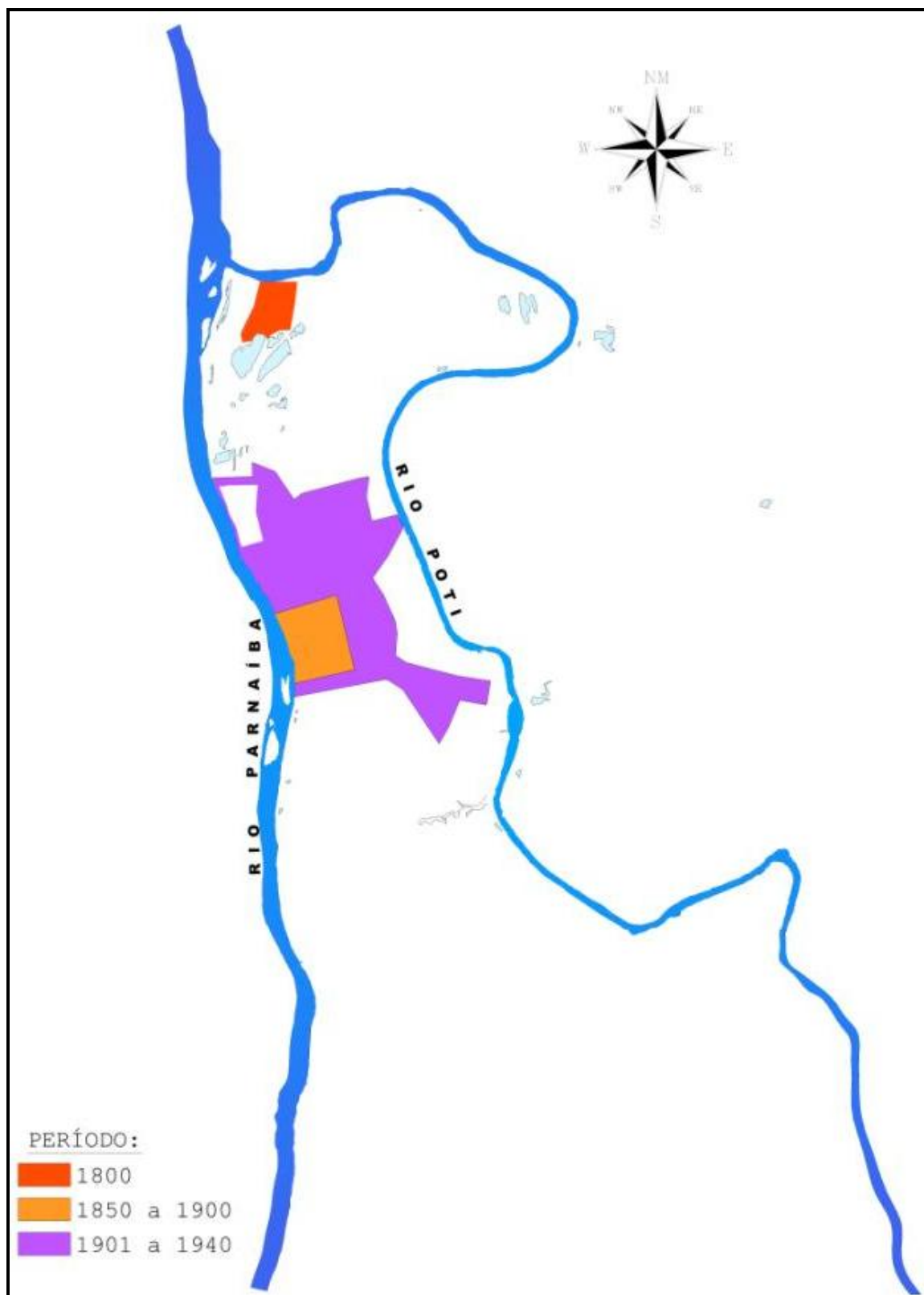
As observações do autor provocam uma indagação: será que a mudança da capital piauiense para a cidade de Teresina realmente trouxe os benefícios pensados para a área da Chapada do Corisco e, também, para as demais partes do espaço geográfico do estado?

A utilização do maior curso fluvial que drena o território piauiense dinamizou e facilitou os serviços e comunicações de Teresina com as demais regiões e cidades do próprio Piauí, com os estados vizinhos e, inclusive com o exterior. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a cidade-sede da administração estadual piauiense também, devido ao advento da repercussão financeira do comércio internacional dos produtos extrativos de origem vegetal – maniçoba, cera da carnaúba e amêndoa de babaçu – vivenciou períodos de crescimento e desenvolvimento urbano e econômico. Sobre isto Figueiredo (2006, p. 36) comenta que

Em 1860, Teresina já contava com uma área urbanizada de um quilômetro de extensão na direção norte-sul, que se estendia do largo do quartel do Batalhão, atual Estádio Lindolfo Monteiro, ao Barrocão, onde hoje é a avenida José dos Santos e Silva. Na direção leste-oeste o crescimento foi menor: as ruas findavam um pouco acima das atuais praças Marechal Deodoro e Saraiva. O crescimento em direção ao rio Poti teve maior impulso com a chegada da Ferrovia, na década de 1920, tendo como eixo de expansão naquela direção a Avenida Frei Serafim, [...].

A expansão do perímetro urbano teresinense foi motivada, também, pelo crescimento demográfico. Se, na última década do século XIX, a população residente na capital piauiense era de apenas 31.523 habitantes, na década de 1940, a cidade possuía 67.641 habitantes, verificando-se, portanto, um aumento de mais de 36 mil pessoas num período de pouco mais de quarenta anos. Pode-se atribuir a este fenômeno demográfico, em parte, o fato de que Teresina, por ser capital, passou a atrair um grande contingente populacional tanto do Piauí quanto de cidades das unidades federativas, vizinhas ou não.

Esse deslocamento espacial pode ser justificado pela possibilidade de melhoria na qualidade de vida dos migrantes devido à disponibilidade de vários serviços sociais, como saúde, educação e comunicação, bem como à dinâmica comercial de Teresina, que propiciava maiores condições de empregabilidade e renda. O mapa 03 mostra que o crescimento urbano da capital piauiense, nesse período, se deu nas áreas circunvizinhas ao polígono que delimitava a zona urbana quando de sua fundação (área em cor laranja). Destaque para o adensamento urbano ocorrido na direção do bairro Poty Velho (área em cor vermelha) e do rio Poti em direção à futura zona Leste da cidade (área em cor lilás).



Mapa 03 – Evolução do sítio urbano de Teresina, período de 1800 - 1940

Fonte: FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998. p. 59.

2.2.4 Pontes e grotões: a transposição de barreiras rumo à expansão

Mesmo com a existência de “barreiras naturais”, como barroços¹² e grotões¹³, na área sul, das lagoas ciliares e da confluência dos rios, na área norte, com o crescimento demográfico, houve um adensamento urbano, principalmente, nessas áreas da cidade de Teresina, com destaque, na área norte, para o surgimento dos bairros Mafuá, Vila Operária e Matadouro e, na porção sul, os bairros Vermelha, Piçarra, São Pedro e Tabuleta.

Esse crescimento foi direcionado pela existência de vias de acesso à cidade, como a Avenida Miguel Rosa (antiga Estrada do Gado), comunicando a região sul ao Centro; a Avenida Centenário (antiga Estrada da Vila Velha do Poty), interligando as regiões norte e central, e a Estrada de Ferro, que estabeleceu-se como uma das principais vias de acesso entre Teresina e as capitais maranhense e cearense. A disposição dessas vias de acesso da cidade pode ser vista no mapa 04, juntamente com aumento da malha urbana da cidade nessa época.



Foto 4. Avenida Centenário, Zona Norte, Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.



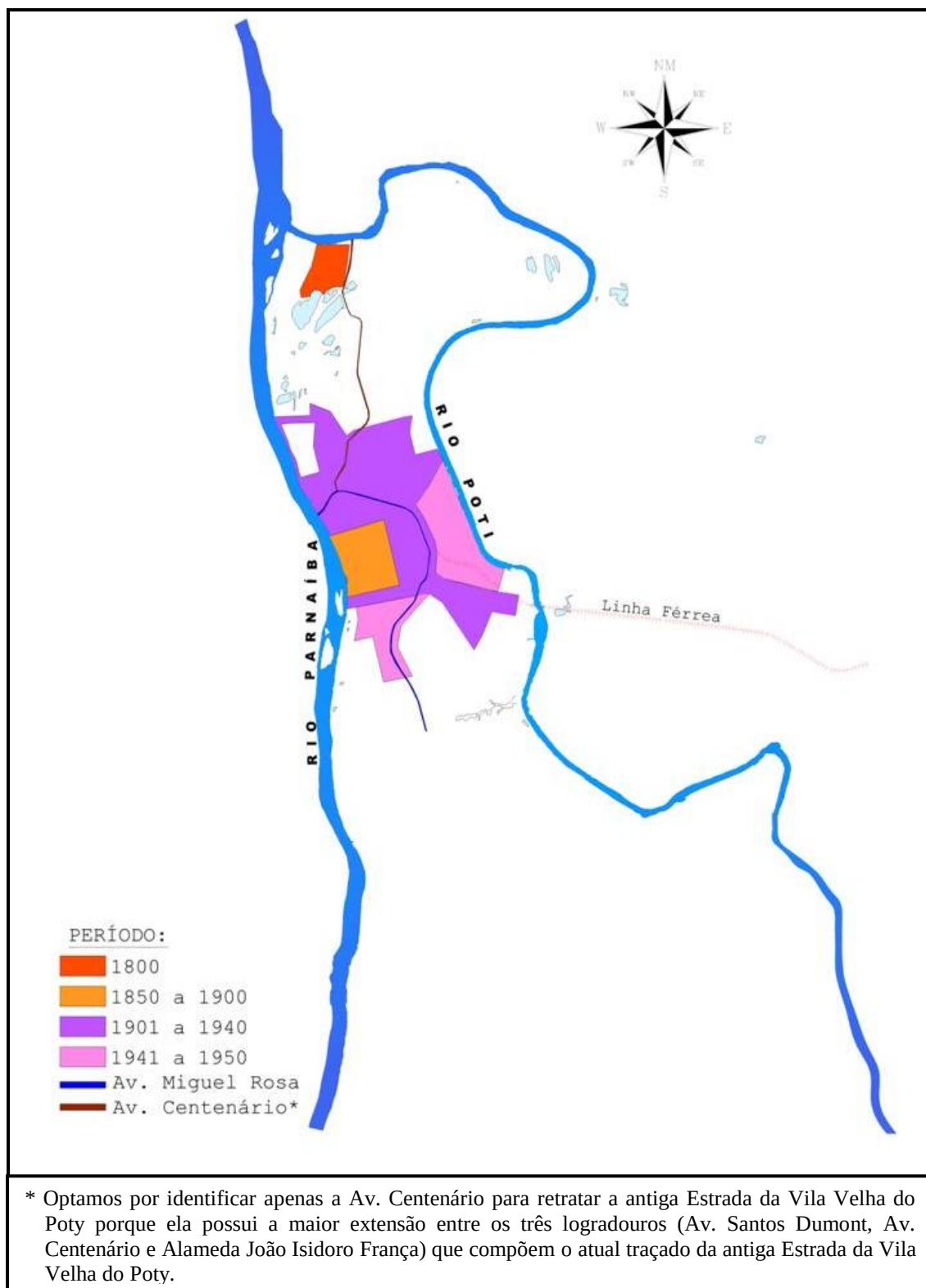
Foto 5. Avenida Miguel Rosa, Zona Sul, Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

Essas vias de acesso influenciaram a expansão da malha urbana da capital na década 1940 ao interligar as áreas norte e sul ao centro de Teresina, promovendo um aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, com a fixação de vários serviços e comércio.

Essas vias se tornaram os principais comunicantes da parte central da capital às regiões Norte e Sul, além de propiciar o acesso de pessoas e/ou mercadorias vindas de outras cidades ou estados. o mapa 04 também revela o arranjo espacial da malha urbana teresinense até o ano de 1950, quando se percebe o surgimento de bairros, com o crescimento da cidade

¹²Barroca: grande escavação ocasionada por erosão.

¹³Grotão: grotta grande; abertura que as águas da enchente fazem na ribanceira de um curso d'água.



Mapa 04 – Evolução do sítio urbano de Teresina, período 1800 – 1950.

Fonte: Elaborado por Joana Leonara de Brito Vale, a partir de análises da evolução do sítio urbano teresinense para esta pesquisa. Teresina, 2010.

na direção ao rio Poti (sentido centro-leste) e para a região sul de Teresina (áreas em cor rósea).

A porção central da cidade teresinense também teve expansão. Os bairros Cabral e Ilhotas evidenciaram o aumento do número de habitações nessa área, onde a Avenida Getúlio Vargas, atual Avenida Frei Serafim, se tornou um dos mais relevantes, senão o maior eixo indutor do crescimento urbano de Teresina, conforme expõe Figueiredo (2006). Essa via de circulação conectava, à época, o Alto da Jurubeba¹⁴ situado na porção sudeste do “*núcleo urbano original*”, ao Porto do Poti, promovendo, assim, o direcionamento do adensamento urbano em direção ao rio Poti e anos depois, em direção à zona Leste, originando bairros como Jóquei, Fátima e São Cristóvão.



Foto 6: Avenida Frei Serafim, década de 1950.
Fonte: Colégio Sagrado Coração de Jesus, Teresina.

A Avenida Frei Serafim, que também já foi chamada de Estrada Real e Avenida Getúlio Vargas, se constituiu no principal eixo de crescimento urbano de Teresina na década de 1950.

Mesmo havendo divergência entre as datas delimitadas por Mendes (2004)¹⁵ e Bandeira (1983)¹⁶ para determinar a periodização do processo de desenvolvimento do Piauí,

¹⁴ Local onde estão situadas, nos dias de hoje, a Igreja de São Benedito e a Praça da Liberdade, a qual, à época, representava o limite na direção sudeste do traçado urbano original de Teresina.

¹⁵ Determinou quatro etapas para o desenvolvimento do Piauí: 1676-1759 (ocupação inicial e o auge da pecuária); 1759-1852 (estagnação da pecuária e falta de alternativas econômicas); 1852-1970 (novo modelo econômico, com a navegação fluvial, extrativismo vegetal e comércio exterior); 1970 aos dias atuais (incorporação submissa à economia brasileira).

¹⁶ Distingue três fases para o desenvolvimento do Piauí: primeira fase – na segunda metade do século XIX, tendo a pecuária como atividade principal; segunda fase – extrativismo vegetal destaca-se na economia estadual; fase

os dois autores concordam que as décadas de 1950 a 1970 foram marcadas pela crise do comércio extrativo e maior dependência da economia local em relação à brasileira. Essas décadas também ficaram marcadas pelo maior crescimento demográfico estadual, com Teresina consolidando-se como principal centro urbano do Piauí, atraindo grande contingente populacional que buscava melhores oportunidades trabalhistas e de condições de vida.

Outros acontecimentos histórico-econômicos marcaram os anos de 1950 a 1970. As várias ações desenvolvimentistas do Estado brasileiro o transformaram no principal financiador da estrutura (e da sociedade) industrial no país. No intuito de consolidá-la foram criadas várias empresas estatais e alianças envolvendo o próprio Estado, empresas nacionais e o capital internacional. Mas toda essa dinâmica não se deu homogeneamente pelo país.

Essa nova dinâmica econômica promovida pela política desenvolvimentista do Estado brasileiro, por exemplo, não promoveu grandes modificações na estrutura sócio-produtiva piauiense. O Piauí que se encontrava numa posição periférica da economia nacional, nem mesmo com essa nova realidade nacional, não recebeu investimentos/repasses federais capazes de dinamizar outros setores da economia, em especial o industrial, o que poderia modificar sua situação econômica frente à economia nacional.

Por ser estritamente ligada à dinâmica econômica, a estrutura da hierarquia urbana das cidades piauienses não sofreu consideráveis mudanças. Sobre isso Façanha (1998, p. 67) afirma que “a cidade de Teresina continuou ganhando mais destaque entre as cidades piauienses e segue junta com as cidades de Parnaíba e Floriano, comandando a vida urbana das cidades piauienses”. Nunes e Abreu (1995) também ressaltam a cidade de Picos, a qual, por se localizar num entroncamento rodoviário, interligando Piauí, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia, alcançou destacado crescimento urbano, chegando a se tornar a quarta maior cidade do estado.

Paralelamente ao desenvolvimento da hierarquia urbana nacional ocorreram alterações na demografia brasileira. Os números absolutos da população urbana no Brasil, a partir da década de 1950, começaram a apresentar um acelerado aumento e, duas décadas depois, ultrapassaram, pela primeira vez, a quantidade de habitantes em áreas rurais. Rebêlo (2000, p. 103) apresenta uma tabela que demonstra esse período de “*urbanização da população nacional*”. Quanto à demografia piauiense, nota-se que, mesmo com um aumento

atual – da década de 1950 aos dias atuais, quando ocorreu a crise da economia extrativa e maior integração do Piauí ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

da população urbana, esta não alcançou índices (nem absolutos nem percentuais) superiores aos da população rural, fato que iria se concretizar apenas nos anos de 1990, conforme a tabela 01 a seguir.

Ano do Censo	Unidade Política	POPULAÇÃO				
		Total	Urbana		Rural	
			Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
1940	Brasil	41.236.151	12.880.182	31,23	28.256.133	68,77
	Piauí	817.601	124.197	15,19	693.404	84,81
1950	Brasil	51.944.397	18.782.891	36,15	33.161.506	63,85
	Piauí	1.045.696	170.584	16,31	875.112	83,69
1960	Brasil	70.070.457	31.303.034	44,67	38.767.423	55,33
	Piauí	1.249.200	292.422	22,98	956.778	77,02
1970	Brasil	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.051	44,08
	Piauí	1.680.573	536.612	31,93	1.143.961	68,07
1980	Brasil	119.002.706	80.436.409	67,54	38.566.297	32,46
	Piauí	2.139.021	897.994	41,98	1.241.027	58,02
1991	Brasil	146.917.459	110.875.826	75,46	36.041.633	24,54
	Piauí	2.582.137	1.367.184	52,94	1.214.953	47,06
1996	Brasil	157.079.573	123.082.167	78,36	33.997.406	21,64
	Piauí	2.673.176	1.556.115	58,21	1.117.061	41,79

Tabela 01 – Brasil, Piauí: população segundo domicílio, no período de 1940 a 1996.

Fonte: REBÊLO, Emília Maria de C. Gonçalves. A urbanização no Piauí. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **Carta CEPRO**. Teresina. v. 18. n. 1, Jan/Jun. 2000. p. 103.

Essa configuração demográfica brasileira esteve atrelada ao maior aceleração da urbanização, cujo aumento decorreu do considerável crescimento das cidades grandes e do surgimento de muitas pequenas cidades. Essa relação demografia/urbanização também se fez sentir no território estadual, onde se verificou, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1970, um rápido processo de instalação de municípios, com 67 novas unidades administrativas, número somente inferior ao constatado na *febre de emancipação*¹⁷, na década de 1990, quando foram criados 103 municípios, como mostra o gráfico 01 a seguir.

¹⁷ Expressão utilizada pelo jornalista Zózimo Tavares, em seu livro **100 Fatos do Piauí no Século 20**, para designar o grande número de emancipações municipais acontecidas no Piauí na década de 1990.

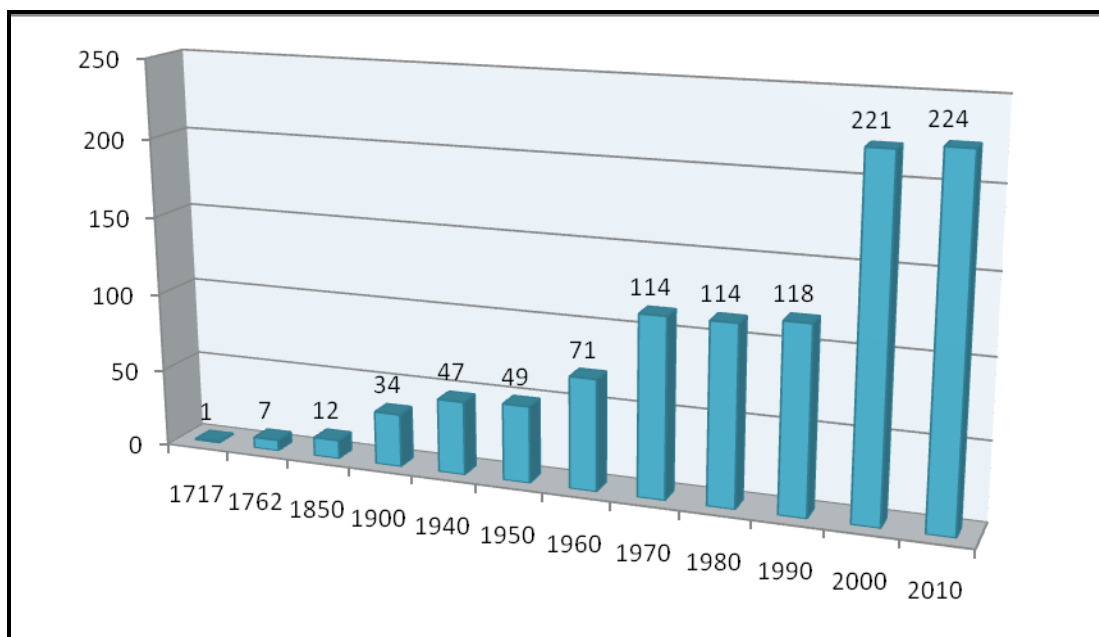


Gráfico 01 – Quantidade de municípios piauienses de acordo com o ano de instalação: 1917 - 2010

Fonte: Organizado pelo autor baseado nos dados de Rebêlo (2000), Araújo (2006) e CEPRO (2006).

Os aspectos sociais e urbanos citados até aqui para os cenários nacional e estadual também se refletiram na esfera municipal. Nesse período, entre as décadas de 1950 a 1970, em especial na década de 1950, tornou-se evidente a expansão do perímetro urbano teresinense acontecendo

principalmente nas direções leste-nordeste e sul. No sentido leste-nordeste, o destaque foi a ocupação de novas áreas que, anteriormente, eram desabitadas devido ao obstáculo natural que era o rio Poti. A criação da ponte dos Noivos, sobre o rio Poti, possibilitou a expansão nessa direção estimulando o surgimento de novos bairros como o de Fátima, Jóquei e São Cristóvão. Estava delineado, assim, o surgimento de uma nova área de ocupação na cidade a qual, entre as décadas de 70 e 80, foi marcada pela existência de áreas residenciais de populações de alto poder aquisitivo, e pelo surgimento de vários conjuntos habitacionais (FAÇANHA, 1998, p. 73).

As barreiras naturais (rio Poti, grotões e barroços) que, em anos anteriores, eram empecilhos à expansão do perímetro urbano teresinense nas direções sul e leste, foram superadas na década de 1970. A construção da Ponte Juscelino Kubitschek sobre o rio Poti, no ano de 1959, conectando a região leste ao centro da cidade, permitiu a ocupação de forma mais efetiva daquela zona, a qual se transformaria em uma das áreas mais nobres e mais valorizadas da cidade nas décadas seguintes.

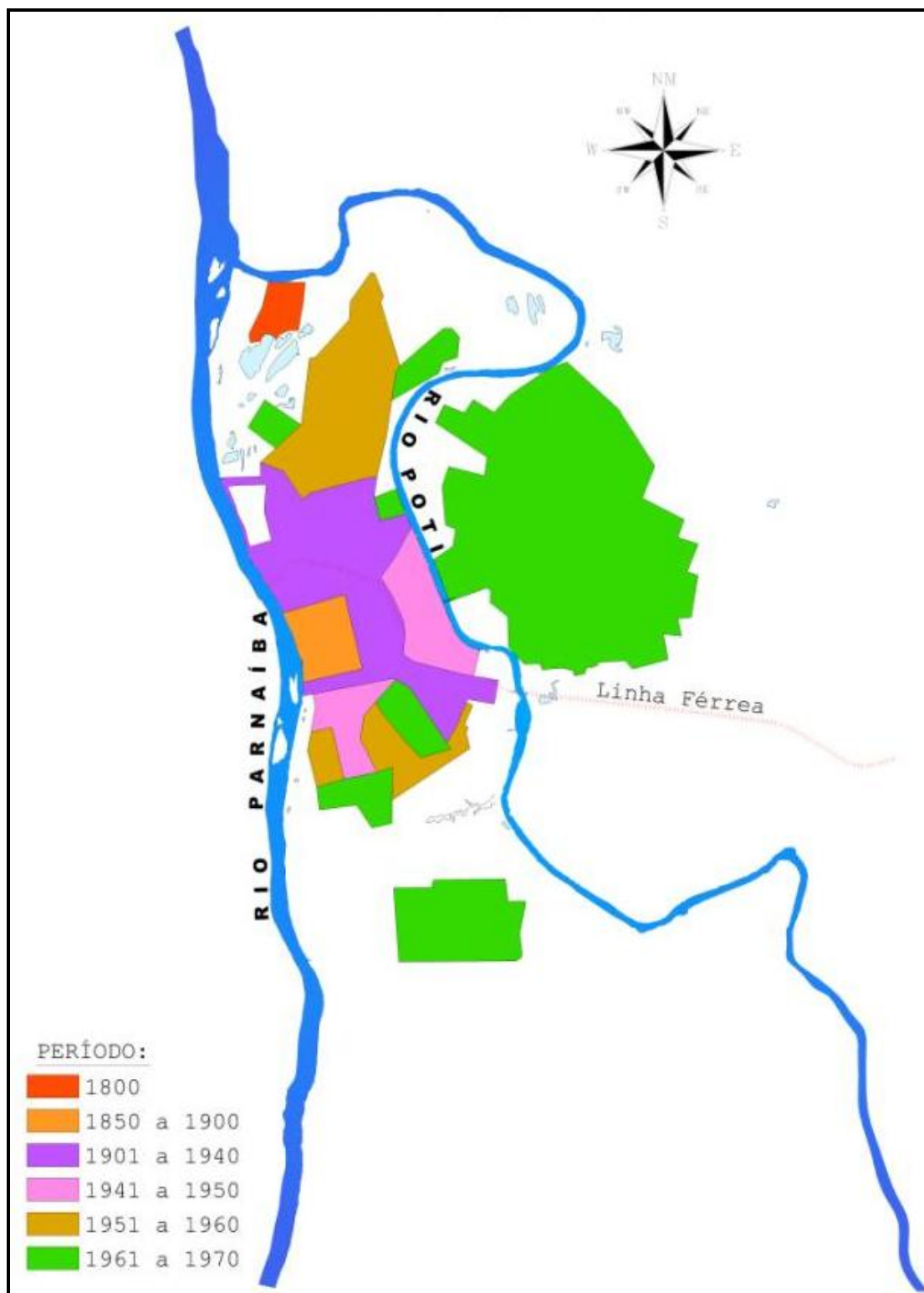


Foto 7. Ponte Juscelino Kubitschek, Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A construção da Ponte Juscelino Kubitschek transformou a Avenida Frei Serafim na principal via de acesso de Teresina em direção ao Rio Poti e, ao transpô-lo, intensificou a ocupação da atual Zona Leste.

Observando as informações presentes no mapa 05, é possível perceber que o crescimento urbano teresinense ao longo da década de 1960 ocorreu com mais notoriedade na região leste da cidade. Como mencionado anteriormente, isso foi motivado pela transposição do Rio Poti através da Ponte Juscelino Kubitschek, entretanto essa nova ordenação territorial foi bastante influenciada e, até de certo modo, direcionada pela instalação e funcionamento do Colégio Agrícola de Teresina.

Analisando-se as referências do crescimento da malha urbana da capital ao longo das décadas, focando as de 1950 e 1960 presentes no mapa 05, torna-se perceptível a estreita relação entre o período do início do funcionamento do CAT (1964) e o crescimento urbano teresinense para aquela direção. Quando do lançamento da pedra fundamental do colégio em 1955, o mesmo estava situado a 9 km de distância do centro de Teresina, na localidade “São João” e “Centro” da Data Covas, zona rural. Durante a década de 1960, a malha urbana cresceu a tal ponto que, no final da década de 1960, incorporou o CAT.



Mapa 05 – Evolução do sítio urbano de Teresina, período 1800 – 1970.

Fonte: FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998. p. 88.



Foto 8. Entrada Principal do Campus da Ininga da UFPI, em Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A UFPI estimulou a ocupação da atual Zona Leste da capital na década de 1970 e a ação dos especuladores imobiliários naquela área nas décadas seguintes.

Tal fato ajuda a comprovar que o colégio agrícola atuou como um dos referenciais e norteadores do crescimento urbano de Teresina, em especial, o crescimento e adensamento urbano da atual Zona Leste da capital. A implantação da Universidade Federal do Piauí igualmente estimulou a apropriação das áreas próximas pelos agentes sociais produtores do espaço, chegando ao ponto de alguns espaços, bairros dessa zona, se tornarem alvos de uma grande especulação imobiliária, alcançando valores elevados em sua comercialização. A respeito disso Façanha (1998, p. 206) informa que “a instalação do Campus Universitário da Universidade Federal do Piauí e o prolongamento da Av. Nossa Senhora de Fátima foram importantes para o processo de formação dessa paisagem – seletiva e elitizada – na cidade.”

Em direção à região sul da capital, os grotões e barrocos localizados próximos à Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, nesse período já haviam sido aterrados. A abertura de novas avenidas pavimentadas, como a Barão de Gurgueia (antiga Estrada Nova), possibilitou a fixação do comércio e de vários serviços ao longo da Zona Sul. Exemplo disto foi a implantação do Distrito Industrial no final da década de 1960, subsidiado pelo Estado, estimulando a ocupação da área, a qual juntamente com a zona Leste, foram as que apresentaram maior ocupação nesse período, conforme leitura do mapa 05.

Outro aspecto relevante a ser considerado foi a construção de grandes conjuntos habitacionais populares, como o Parque Piauí, em 1969, pelo governo federal, estimulando e direcionando a ocupação da área sul da capital piauiense. A política habitacional implementada pelo Estado o transformou num dos mais poderosos e ativos agentes produtores do espaço urbano teresinense. Além de promover a ampliação da malha urbana, essa política revelou outra vertente: a realocação estratégica de camadas populares em áreas periféricas da cidade, distantes do centro urbano e desvalorizadas sob a ótica do capital imobiliário.

2.2.5 Teresina capitaneando o Piauí

O período compreendido entre os anos de 1970 e 1995 foi aquele em que o estado do Piauí apresentou notáveis índices de crescimento econômico e urbanização, como comprova Souza (apud FAÇANHA, 1998, p. 77):

No período de 1970 a 1995, o Estado do Piauí apresentou uma taxa média anual do PIB “per capita” da ordem de 4,6%, superior às médias apresentadas pelo PIB nacional, 2,4%, e pela Região Nordeste, 3,3%. O dinamismo foi devido à expansão dos setores da indústria e dos serviços que cresceram 6,5% a.a. e 4,2% a.a., respectivamente. Vale destacar que as atividades de comunicação (11,2% a.a.), abastecimento de água (9,6% a.a.), indústria de transformação (9,1% a.a.), bens imóveis (7,6% a.a.) e energia elétrica (7,5% a.a.) foram fundamentais para tal dinamismo.

Nota-se que o crescimento econômico tornou-se possível por causa de investimentos em infraestrutura, subsidiado quase que exclusivamente pelo governo federal, visto que o país vivenciava, na década de 1970, o “milagre econômico”, sendo o governo federal o grande responsável pelos investimentos feitos no espaço geográfico piauiense. Prova disso foram os vários empreendimentos federais executados no estado, como a construção da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança, em 1971, e a retomada das obras do porto marítimo em Luís Correia¹⁸.

A crescente participação estadual na economia regional e nacional também se refletiu na intensificação do processo de urbanização, evidenciando-se um crescimento de

¹⁸ O Porto de Luís Correia encontra-se em fase de construção até os dias atuais. Desde o início da construção no ano de 1976, inúmeras vezes houve paralisação da obra por diferentes motivos. Em 2010, elas foram retomadas mais uma vez.

21% nas taxas de urbanização estadual num intervalo de 21 anos (FAÇANHA, 1998, p. 78). Convém esclarecer que, mesmo com o progressivo aumento da urbanização e da participação do estado na economia nacional, o Piauí continuava a ser uma das unidades federativas menos desenvolvidas economicamente do Nordeste, mesmo com a crescente participação dos setores secundário e terciário na economia estadual.

O setor secundário, entre os anos de 1980 e 1995, reuniu o maior número de indústrias na cidade de Teresina, com destacada participação da construção civil e da indústria de transformação. O terciário se sobressaiu entre os demais setores, possibilitando um considerável crescimento da estrutura produtiva estadual. O comércio varejista, os serviços, a administração pública e as atividades relacionadas à estrutura bancária, cuja localização era a cidade de Teresina, representavam a força do setor terciário (FAÇANHA, 1998, p. 82).

A posição das duas maiores cidades piauienses no ranking das maiores cidades do país, no interstício de 1970 a 1991¹⁹, mostra-nos ascensão de Teresina e queda de Parnaíba, como relata Rebêlo (2000, p. 107)

As sinopses preliminares dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 relacionaram Teresina entre as maiores cidades brasileiras, ocupando o 31º, 23º e 16º lugar, respectivamente. [...]. A partir de 1970, a cidade de Parnaíba passou a figurar também entre as urbes mais populosas do País. Nesse ano ocupou a 97ª posição, descendo para 115ª, em 1980, e para a 123ª, em 1991.

A grande distância verificada no rankiamento de Teresina e Parnaíba entre maiores cidades brasileiras denuncia “a macrocefalia da rede urbana piauiense, polarizada por Teresina” (REBÊLO, 2000, p. 107), fato este igualmente apurado por Tajra e Tajra Filho (apud FAÇANHA, 1998, p. 84), segundo os quais Teresina

é o grande pólo de atração do estado. O governo estadual, as prefeituras e o governo federal concentram suas compras na capital. [...] As populações do interior do Piauí e também de grande parte do Maranhão convergem para Teresina, que detêm um comércio atuante, tanto no segmento varejista como no atacadista.

O poder de atração exercido por Teresina sobre as demais regiões do estado e também em relação a algumas partes do Maranhão torna-se mais perceptível quando analisamos os números da população residente na capital a partir da década de 1940,

¹⁹ Segundo Rebêlo (2000, p. 107), nesses anos, foram relacionados como maiores cidades brasileiras, respectivamente, 115, 198 e 291 centros urbanos.

conforme o gráfico 02. A população teresinense, a partir dos anos de 1960, começou a apresentar um considerável crescimento, sendo o intervalo dos anos de 1970 e 1980 o que apresentou maior aumento demográfico, quando a população total ultrapassou os 377 mil habitantes. Essa situação, igualmente, ocorreu na população estadual, quando foram registrado mais de 2 milhões pessoas residindo em território piauiense no ano de 1980.

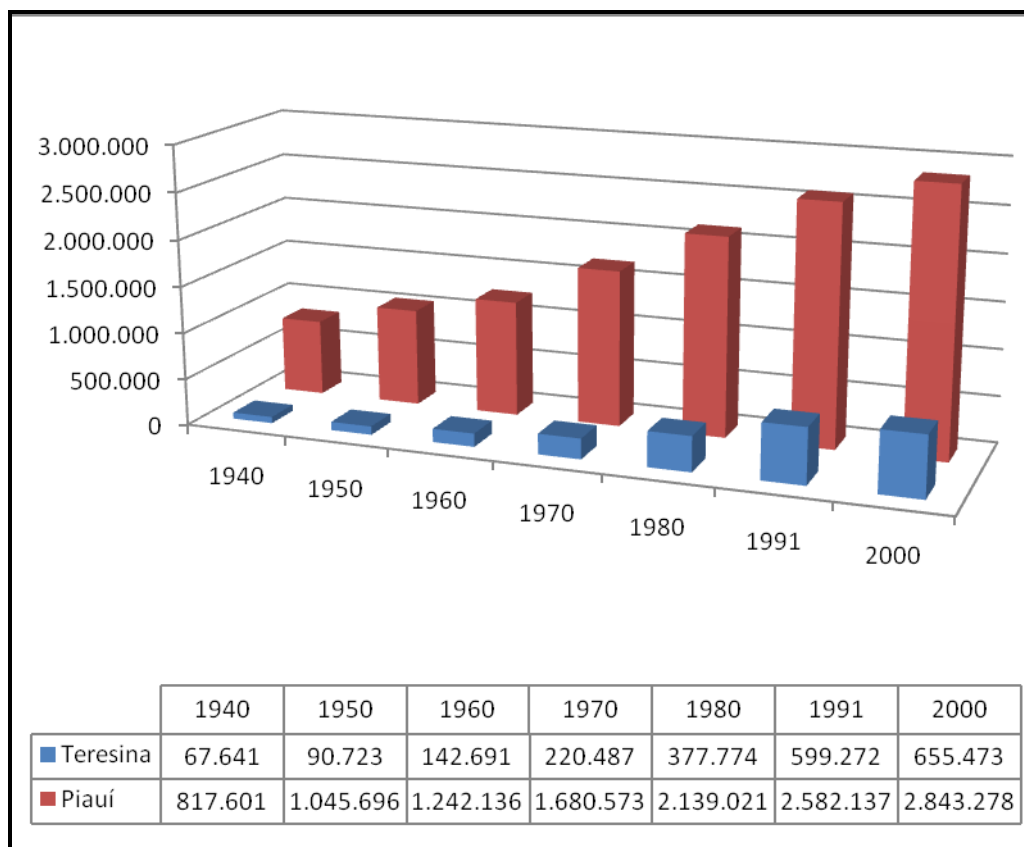


Gráfico 02 – População residente no Piauí e em Teresina, 1940 – 2000.

Fonte: Organizado pelo autor baseado nos dados de Façanha (1998), Rebêlo (2000), CEPRO (2006) e PMT (2009c).

A análise do processo de polarização da capital piauiense revela outro aspecto demográfico: a migração. Inúmeras pessoas se deslocaram de outras cidades piauienses (interioranas e até do litoral), de núcleos urbanos de outros estados e até de outros países. Bacellar (1980, p. 25), ao expor a motivação dos processos migratórios no território piauiense, afirma que “as migrações internas estão fundamentadas na suposição de que o ‘atraso’ na agricultura tradicional é o fator de êxodo rural que se desloca rumo às chamadas áreas dinâmicas da economia, tais como as cidades e as recentes e crescentes expansões das fronteiras agrícolas.”

Dentre os principais motivadores desse deslocamento estavam a busca por melhores condições de vida, emprego/renda e qualificação educacional e profissional. Como, na maioria das vezes, os migrantes eram despossuídos ou com quantias insuficientes de recursos financeiros, ao chegarem a Teresina, a maioria deles se tornava vítima do capital imobiliário. Dessa maneira, ocuparam áreas mais periféricas e/ou desvalorizadas da cidade, nas quais, em geral, não havia a preocupação com o planejamento e organização da ocupação urbana.

Algumas dessas ocupações resultaram num grave problema urbano disseminado por todo o país, principalmente, a partir da década de 1970: a *favelização*, cujas principais características são ausência ou diminuta preocupação com a organização e planejamento das ocupações, abundância de habitações feitas de taipa e o desprovisionamento, total ou parcialmente, de vários equipamentos sociais, como unidades educacionais e de saúde, abastecimento de água e energia elétrica, condições higiênico-sanitárias adequadas, segurança, transporte, comunicação etc.

Sobre o surgimento das favelas, Lima (2003, p. 107) relata que “aparecem em todos os lugares. É que as famílias faveladas armam suas pequenas moradias onde há espaço, mesmo no meio de um esgoto, [...], ou em regiões com risco de alagamento, [...], ou ainda, em morros sujeitos à erosão e ao desabamento”. Na cidade de Teresina esse problema urbano pode ser exemplificado pelas favelas da COHEBE de Baixo²⁰ e da Amizade, surgidas em 1974, na Zona Sul. Algumas favelas teresinenses, por ocasião da atuação do poder público e de outros agentes sociais urbanos (como a Igreja e os grupos sociais excluídos)²¹, passaram a ser denominadas vilas e/ou deram origem a bairros, como o Piçarreira²² e Mafrense²³, respectivamente, nas zonas Leste e Norte. Sobre a transformação de favelas em bairros em Teresina, Lima (2003, p. 68) esclarece que “a evolução das favelas e vilas, evidencia que a

²⁰ Recebeu este nome por causa de sua localização abaixo dos fios de alta tensão da extinta Companhia Hidro Elétrica de Boa Esperança – COHEBE, que foi incorporada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Sobre a favela COHEBE ver LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

²¹ Não pretendemos discutir a natureza da ação governamental e nem dos demais agentes sociais urbanos.

²² “A maior parte de sua área pertencia ao Ministério da Educação e Cultura, era proibida para uso residencial e destinava-se à ampliação do Colégio Agrícola e da Universidade Federal do Piauí. Sofreu invasões e, em 1987, foi comprada pela Prefeitura, que regularizou a ocupação” (PMT, 2009b).

²³ Entre 1967 e 1969, o prefeito Joffre do Rego Castelo Branco mandou abrir grandes avenidas na cidade e assim transferiu centenas de famílias que tiveram suas casas desapropriadas para esta região, que, no início, foi pejorativamente apelidada de Favelão. A Prefeitura, contudo, deu-lhe o nome de Mafrense em homenagem ao sertanista Domingos Afonso Mafrense (PMT, 2009b).

pobreza se enraíza na teia urbana e se mostra sempre presente, como fator mesmo de sua constituição.”



Foto 9. Rua Oswaldo Costa e Silva, Bairro Piçarreira, Zona Leste de Teresina.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.



Foto 10. Rua Del. João Braz, Bairro Mafrense, Zona Norte da capital.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A Piçarreira e o Mafrense surgiram como favelas e com decorrer dos anos e implantação de serviços urbanos transformaram-se em bairros durante o processo de crescimento teresinense.

Tentando solucionar (ou ao menos amenizar) a problemática habitacional envolvendo as famílias de baixa renda, que se tornou mais expressiva a partir da década de 1970, por ocasião do grande contingente populacional buscando melhores condições de vida em Teresina o poder público, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal, deu início a uma política habitacional pautada na construção de vários conjuntos habitacionais, dentre os quais citamos o Dirceu Arcoverde²⁴ (Foto 11), Saci e Mocambinho, nas respectivas zonas Sudeste, Sul e Norte da capital, como mostra o mapa 06.

Outra informação obtida com a análise do mapa 06 remete à escolha de determinadas áreas e setores da cidade para implantação de empreendimentos habitacionais pelo governo. Dessa maneira, revela-se a estratégia governamental em descentralizar e reorientar a ocupação do solo urbano teresinense, constatando-se outra vez o uso da prática espacial da seletividade espacial proposta por Corrêa (2000). Visto que os grandes conjuntos habitacionais, na maioria das vezes, ao serem assentados, direcionaram e estimularam o sentido da ocupação em direção às áreas mais afastadas do centro urbano e, conseqüentemente, mais distantes dos locais de decisões políticas.

²⁴ O Conjunto Dirceu Arcoverde foi construído pela COHAB-PI em duas etapas: a primeira em 1977 e a última em 1980, ambas no bairro Itararé. Entretanto, devido ao grande adensamento populacional da área e ao tamanho (quantidade de unidades de moradia) do conjunto, o bairro passou a ser também conhecido como “Dirceu”. Hoje, é o bairro mais populoso da cidade.



Foto 11. Avenida Principal do Conjunto Dirceu Arcoverde, Bairro Itararé, Zona Sudeste de Teresina.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

Na Avenida José Francisco de Almeida Neto, mais conhecida por Avenida Principal do Dirceu Arcoverde, observa-se a substituição da função residencial pela grande concentração comercial ao longo da via e no entorno em virtude de atrair um volumoso fluxo de pessoas na área. É o bairro mais populoso de Teresina e, juntamente com os bairros mais próximos, recebe a designação de “Grande Dirceu”.

Sobre essa política governamental, Lima (2003, p. 67 – 68, grifo nosso) expõe que

o

Piauí têm destacado o fato de os pobres terem, sempre, ocupado um lugar significativo no espaço urbano de Teresina. Todavia, se a pobreza, até a década de 1970, parecia uma imagem esmaecida, por situar-se na periferia da cidade e em pequenos aglomerados em leitos de ruas ou terrenos vazios, desde fins dos anos de 1980 ela se mostra contundentemente, numa clara demonstração de que não é mais possível ser escondida nas periferias, nos espaços longínquos, onde os governos, em nome da urbanização, realizaram a *‘política de desfavelamento’*.

A proliferação de vilas e favelas, a política habitacional governamental de construir conjuntos habitacionais populares, além da ação de outros agentes sociais (re)produzindo o espaço geográfico teresinense, ao ocuparem o solo da capital piauiense, levou a Prefeitura Municipal de Teresina – PMT a elaborar um conjunto de medidas de planejamento, organização, disciplinamento e orientação da ocupação do solo urbano. Dentre essas medidas, está o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), que oficializou a delimitação do perímetro urbano da capital, dos bairros e zonas administrativas da cidade. Nos anos seguintes, o II PET sofreu algumas alterações em decorrência da dinâmica urbana teresinense, algumas delas observáveis no mapa 06.



Foto 12. Rua do Conjunto Saci, Zona Sul.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.



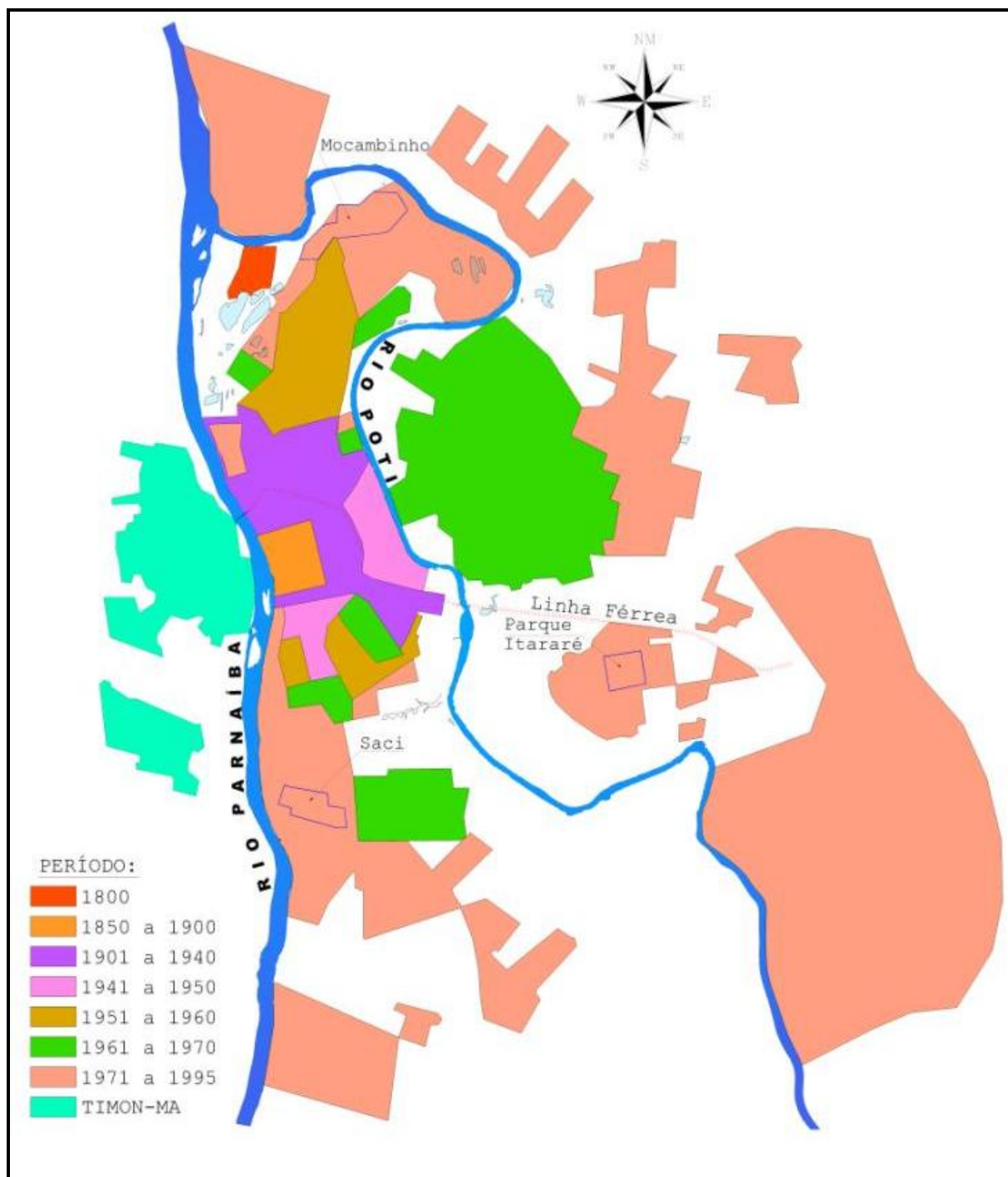
Foto 13. Rua do Conj. Mocambinho, Zona Norte.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A política habitacional das décadas de 1970 e 1980, ao construir conjuntos habitacionais, como o Saci e o Mocambinho, reorientou e direcionou a expansão da malha urbana teresinense para as zonas Sul e Norte, respectivamente.

Segundo o último Censo Demográfico, a população residente em Teresina, no ano de 2010, é cerca de 814.439 pessoas (IBGE, 2010), distribuídas heterogeneamente numa área territorial de 1.756 km², dos quais 242 km² constituem o perímetro urbano e 1.514 km² representam a zona rural do município (PMT, 2009c). O mapa 07 mostra o traçado da linha que delimita o perímetro urbano da capital piauiense.

Observa-se ainda no mapa 07 que o sítio da cidade apresenta-se regionalizado em cinco áreas administrativas instituídas pela Lei Municipal nº 2.114, de 10 de fevereiro de 1992. Tal característica decorre da quantidade de bairros que compõem cada regional. Ao todo são 117 bairros, sendo 24 na Regional Norte; 23 na Regional Sul; 27 na Regional Leste; 20 na Regional Sudeste e 23 na Regional Centro (PMT, 2009c).

O processo de crescimento urbano de Teresina, ao longo dos anos, resultou na ocupação de áreas antes tidas como inadequadas para a habitação devido aos aspectos naturais existentes nelas, como as lagoas e o rio Poti na zona Norte, os grotões na zona Sul, e o rio Poti dificultando a ocupação da zona Leste. Obras de infraestrutura, políticas habitacionais e a ação de agentes imobiliários culminaram com a transposição desses aspectos naturais, sendo que, juntamente com o crescente processo migratório ocorrido em Teresina nas décadas de 1970 e 1980, promoveram a ocupação daquelas áreas, que antes eram desconsideradas ou pouco atraentes à ocupação humana.



Mapa 06 – Evolução do sítio urbano de Teresina, período 1800 – 1995.

Fonte: Elaborado por Joana Leonara de Brito Vale a partir de análises da dinâmica do sítio urbano de Teresina para esta pesquisa. Teresina, 2010.

A construção da Avenida Frei Serafim e, anos depois, da Ponte Juscelino Kubistchek proporcionou, nas décadas de 1950 e 1960, aumento na mobilidade de pessoas e mercadorias das outras áreas da cidade para as terras além do rio Poti. Assim, Teresina começou, de forma bastante intensa, a ocupação da atual zona Leste, onde, em 1964, o Colégio Agrícola de Teresina iniciaria suas atividades. Essa instituição escolar, à época de sua instalação, estava afastada da zona urbana teresinense, mas, com a abertura de novas vias de acesso, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, foi incorporada à urbe.

Nesse processo de ocupação da atual Zona Leste de Teresina, o CAT teve grande importância, pois reorientou o aumento da malha urbana, direcionando-a para a área em que estava situado. A implantação da UFPI e a subsequente incorporação do CAT à sua administração influenciaram também a ocupação dos terrenos situados à margem direita do rio Poti, ao quais, nos dias atuais, apresentam intensa valorização, decorrente da ação progressiva dos especuladores imobiliários no espaço urbano teresinense.

3 POLÍTICA EDUCACIONAL REGIONAL DIFERENCIADA: a proposta da Educação Profissional para o Brasil no século XX

A instalação e organização da rede escolar brasileira se fizeram em meio a muitos interesses econômicos, políticos e religiosos, tornados visíveis em razão das lutas entre classes sociais a partir de movimentos organizados que as representavam. Portanto, a estrutura escolar brasileira é fruto de nossa conturbada história nacional e, nos últimos cinquenta anos, a educação vem sendo considerada como meio de ascensão social e porta de acesso a uma sociedade mais justa, assim como de desenvolvimento nacional. Nessa discussão sobre educação tornou-se uma estratégia, uma bandeira de luta dos vários segmentos sociais.

Entretanto a criação de instituições escolares sugere, além dos motivos ligados necessariamente à escolarização, estar vinculada a outros interesses relacionados a poder, benefícios políticos a correligionários, missão religiosa, mão de obra qualificada para atividades econômicas, entre outros motivos. Tal situação pode ser percebida nas esferas federal, estadual e municipal.

O estado do Piauí não é exceção, possuindo também uma instituição escolar vinculada diretamente a objetivos que ultrapassam a intenção de apenas fornecer instrução sistematizada. Isso é perceptível quando analisamos o processo de implantação das escolas agrícolas em nosso país como um todo e, especificamente, no território piauiense, onde esse processo não acontece deslocado do restante do Brasil.

Ao mencionarmos o sistema escolar nacional e suas origens vinculadas a múltiplos interesses locais e nacionais, temos de proceder a um resgate do contexto histórico-social nacional e estadual para que se tornem mais embasados e evidentes os aportes de nossa argumentação em torno da formatação da educação brasileira e piauiense. Então, tomemos como fio condutor dessa revisitação ao nosso passado educacional a legislação brasileira pertinente a essa esfera da vida social, especialmente a destinada a regulamentar o ensino agrícola nas esferas administrativas nacional, estadual, municipal e privada.

Para não nos perdermos no emaranhado jurídico que é a nossa legislação educacional e procedeu a essa visita de forma mais didática possível, temos de atentar para o fato de que, até a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930), pelo presidente Getúlio Vargas, a regulamentação do ensino e, por extensão, das escolas, era de âmbito estadual,

significando, na prática que cada Unidade da Federação editava e organizava de forma independente e desconexa das demais o seu sistema educativo.

Para efetivar tal administração os diretores da Instrução Pública (cargo equivalente atualmente ao de Secretário Estadual da Educação) e governadores se pautavam, em geral, nos interesses de âmbito local, o que, muitas vezes, implicava na adoção de ações e medidas pensadas, estruturadas e implantadas mediante a análise de um contexto restrito, a maioria circunscrita e delimitada por interesses intrarregionais e desvinculados de um planejamento a médio e longo prazo para a área educacional.

Assim, são perceptíveis as discrepâncias entre, por exemplo, os conteúdos curriculares adotados e ministrados em séries ou níveis de ensino equivalentes entre estados diferentes, ou mesmo a necessidade de os alunos, quando transferidos para escolas em outros estados, terem de realizar estudos de nivelamento, porque aqueles realizados na escola de origem eram considerados incompatíveis e/ou insuficientes quando confrontados com o da escola na qual iria se matricular.

Nesse contexto podemos afirmar que o governo varguista, ao criar o Ministério da Educação e Cultura – MEC e começar a formular as bases da educação nacional, demonstrou “a necessidade e conveniência de que as medidas fossem tomadas em decorrência de um programa educacional mais amplo e, portanto, que tivesse unidade de propósitos e uma seqüência bem determinada de legalização” (RIBEIRO, 1998, p. 106-107). Não que a criação do Ministério tenha, prontamente, resultado numa uniformização do ensino nacional, mas indicava a capacidade e a vontade política e administrativa de se formular/pensar um projeto educacional nacional para médio e longo prazo, e implantá-lo em concordância com o “projeto de nação” e de desenvolvimento adotado para o Brasil.

Pensado dessa forma, observar a estruturação do ensino agrícola tendo como material de análise a legislação educacional brasileira é importante para se descortinar, nessas fontes, os projetos de nação (consolidação e garantia da unidade nacional, formação e controle do cidadão, etc.) de desenvolvimento (configuração do mercado de trabalho e produtivo, atividades econômicas em crescimento e declínio, perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho, etc.) com o qual esse tipo/nível de formação escolar estava articulado em cada momento de sua existência desde a sua implantação no Brasil.

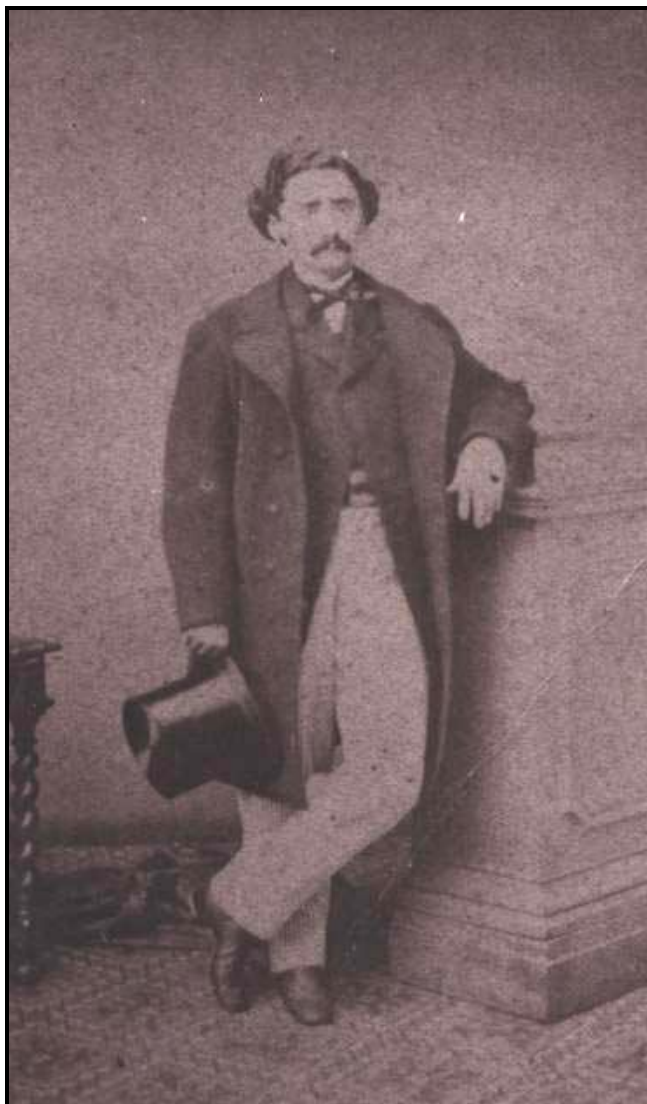


Foto 14. Francisco Parentes.

Fonte: IPHAN – Superintendência do Piauí. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX:** estabelecimentos das fazendas nacionais do Piauí. Dossiê de Tombamento. Teresina: IPHAN, 2008. p. 22, v. 1.

O engenheiro agrônomo Francisco Parentes foi o idealizador do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, em 1873, embrião da atual cidade de Floriano, Piauí.

Nessa trajetória do ensino agrícola nacional, muitas vezes, a empolgação com as ações implementadas a partir da administração varguista, que, sem dúvida, incentivou e apoiou, financeira e legalmente, esse tipo de formação, acaba por obscurecer um fato relevante para se compreender com nitidez a opção feita pelos administradores educacionais a partir da década de 1930 de inserir a formação técnico-profissional da área agrícola no conjunto dos projetos e das ações de desenvolvimento nacional.

Tal fato é que o ensino agrícola brasileiro tem suas raízes fincadas e justificadas pelos administradores de nossa educação (ainda que em nível regional e/ou estadual) ainda durante o período imperial, datando do século XIX as primeiras iniciativas de instalação do ensino agrotécnico no país. A exemplo do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara que foi fundado e dirigido pelo engenheiro agrônomo Francisco Parentes, em 1873, na área territorial da atual cidade de Floriano, Piauí (foto 14). O empreendimento era voltado para a educação dos filhos dos escravos e ex-escravos nas técnicas e manejos da agropecuária.

Assim, em razão desse fato, para compreender a inserção do ensino agrícola no contexto educacional e político-social nacional a partir da legislação educacional, faremos uma breve incursão pela história e legislação educacional anteriores à década de 1930 e pelo processo de criação do Ministério da Educação e Saúde, no intuito de compreender como o ensino agrotécnico se insere e se representa no contexto brasileiro e piauiense antes dos governos varguistas.

3.1 A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS E DESVALIDOS: O ENSINO AGRÍCOLA NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL

Não se pode compreender o processo educacional empreendido em um determinado lugar sem inseri-lo no contexto mais amplo, difuso e complexo das relações e valores sociais adotados e defendidos pelos grupos sociais que atuam nesse local. Posto que a educação é mais um dos elementos que integram as sociedades humanas, não pode ser compreendida se destacada e deslocada, ou seja, descontextualizada das intrincadas teias de relações e interesses sociais que se (con)figuram em determinados tempos históricos e espaços sociais.

Assim, nos períodos colonial e imperial brasileiro, em razão da existência do sistema escravista²⁵, encontramos a justificação, ou melhor, a motivação do comportamento social brasileiro que repudia o trabalho manual e enaltece o intelectual e artístico. E, “assim sendo, a gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada muito mais no tipo

²⁵ O sistema escravista não se restringia à utilização da mão de obra escrava para a realização de atividades produtivo-econômicas em que se necessitava de força física e utilização das mãos, implicando também na elaboração, adoção, práticas e defesa de certos comportamentos, normas e valores sociais que se fundamentam na distinção social entre seres humanos escravos e seres humanos livres.

de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si” (SANTOS, 2003, p. 205).

Em outras palavras, as práticas escravocratas presentes legalmente em nosso país até 1888, nos legaram a postura de negligenciar e, em geral, menosprezar e rejeitar a execução de atividades laborais que requerem o uso da força física e das mãos. A realização dessas atividades foi associada e caracterizada socialmente durante os séculos XVI a XIX como sendo indicador da condição social inferior, a condição de escravo. E, como consequência direta dessa postura social, temos que

o tratamento discriminatório dado às diversas ocupações manuais que ocorreu no Brasil-colônia foi uma das razões, dentre outras, que levou à aprendizagem das profissões, que naquele contexto era feita por meio das Corporações de Ofícios, que não tinham o mesmo desenvolvimento que se processou nos países da Europa. [...] as Corporações de Ofícios do Brasil, [...], possuíam rigorosas normas de funcionamento, que contavam, inclusive, com o apoio das Câmaras Municipais para dificultar ao máximo, ou até mesmo impedir, como era o caso de algumas delas, o ingresso de escravos. Na realidade [...] incorporam o processo discriminatório que permeava a sociedade brasileira da época (SANTOS, 2003, p. 205-206).

Some-se a essa postura o fato de, progressivamente, a partir de 1706 até a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1808), ser proibido aos brasileiros possuir qualquer tipo de oficina, exceto as tecelagens que produziam artigos “grosseiros” de algodão destinados ao consumo dos escravos. Dessa maneira, se consolida no Brasil o pensamento de que “trabalho pesado e manual é trabalho de escravo”, o qual ainda encontra-se presente de forma arraigada em nossa cultura.

A partir de 1809, a aprendizagem compulsória de ofícios passou a ser a alternativa legal para o controle social de “órfãos e desvalidos”, que “eram encaminhados pelos juízes e pela Santa Casa de Misericórdia aos arsenais militares e da Marinha, onde eram internados e postos a trabalhar como artífices” (SANTOS, 2003, p. 207). Com isso o trabalho manual recebeu novo reforço social e continuou sendo desprestigiado, pois, além de trabalho de escravo, era também trabalho de pobre desvalido que recebeu ajuda precária do poder estatal.

Essa visão e tratamento dispensados ao ensino de profissões no Brasil não mudou nem mesmo com o deslanchar político-administrativo resultante da Independência do país em 1822, porque o ensino profissional continuou a ser destinado “aos humildes, pobres e

desvalidos, continuando, portanto o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente aos escravos” (SANTOS, 2003, p. 208).

Como afirmamos anteriormente, até 1930, não existia uma política educacional nacional consolidada, mas isto não implica dizer que não houve tentativas de promover e organizar o ensino no Brasil antes daquela década, tanto que, em 20 de outubro de 1823, por meio de aprovação de uma lei, a Assembleia Nacional concede autorização para que todo e qualquer cidadão pudesse “abrir uma escola elementar, sem obrigação de exames, nem licença ou autorização” (ALMEIDA, 2000, p. 57).

Já em 11 de agosto 1827, foi aprovada com as devidas reformulações, a lei redigida (um ano antes) pelos Cônegos Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira Mello e Dr. Antônio Ferreira França, a qual regulamentava a Instrução Pública no Brasil. Nessa lei “estavam presentes as idéias de educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas dos diferentes graus e da necessária graduação do processo educativo” (RIBEIRO, 1998, p. 46). Contudo, “as leis promulgadas permaneciam letra morta para a maior parte do país” (ALMEIDA, 2000, p. 59) e cada Província do Império fazia a sua própria administração e financiamento das poucas escolas existentes em seu território.

Essa prática foi ratificada e legalizada pelo Ato Adicional à Constituição de 1824 datado de 1834, o qual, no “artigo 10 °, § II, atribuiu às Assembléias Legislativas Provinciais o direito de cada província legislar sobre a instrução primária e secundária, nos limites de sua competência” (ALMEIDA, 2000, p. 64), confirmado pela Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1840. A concretização dessa lei resultou em sansão de leis provinciais incoerentes e dissonantes, não apenas entre as diferentes unidades político-administrativas do Império, mas, também, dentro de uma mesma Província, revelando as “interferências de grupelhos, a satisfação de algumas personalidades ou disputas oratórias sem convicção formada do que é o bem público” (ALMEIDA, 2000, p. 65).

Na realidade educacional piauiense, até 1840, havia um esvaziamento dos poucos estabelecimentos escolares existentes. Segundo Almeida (2000), o Piauí possuía sete escolas primárias, sendo três em Oeiras, uma em Parnaíba, uma em Parnaguá, uma em Príncipe Imperial (atual Pedro II) e uma em São Gonçalo do Amarante (atual Amarante), e quatro cadeiras do ensino secundário em Oeiras (Latim, Filosofia, Francês e Geografia) todas com alto índice de evasão escolar.

Entretanto, tal informação é contestada por Costa Filho (2006, p. 84), ao afirmar que, no final da década de 1820, no Piauí, além das três escolas de primeiras letras, localizadas em Oeiras, Campo Maior e Valença, existentes desde o começo daquela década, “apesar das dificuldades próprias do sistema oficial de ensino, [...], tem-se notícia da existência de escolas oficiais em Piracuruca, Piranhas²⁶, Marvão²⁷, Jaicós, São Gonçalo²⁸, Poti²⁹, Barras, Jerumenha, e Parnaguá.”

O autor trata ainda do quadro de total desorganização do sistema de ensino piauiense durante esse período, explicando que tal situação, além das questões socioeconômicas que concentram a população (cerca de 94.948 habitantes em 1829) na área rural, se deve ao fato de que

durante o Império, o caráter propedêutico³⁰ e a desarticulação entre um nível e outro sistema de ensino contribuíram para o fraco desenvolvimento do mesmo. [...]. Também não havia necessidade de frequência regular às escolas, uma vez que não era exigido certificado de conclusão do ensino primário e secundário para acesso ao ensino superior. Em face disso, o ensino primário e secundário poderiam ser ministrados em qualquer espaço físico, reforçando assim a prática de criação das *escolas familiares*. Estas apresentavam uma série de conveniências, principalmente para as pessoas que residiam em locais distantes dos centros urbanos (COSTA FILHO, 2006, p. 82-83).

Em face das dificuldades de manutenção de escolas oficiais³¹, floresceram no estado muitas iniciativas de particulares, especialmente de religiosos que fundaram escolas de

²⁶ “Em 1832 o povoado já havia adquirido um certo desenvolvimento, passando à categoria de Vila. Até então a localidade ainda não fazia parte do estado do Ceará, fato que só veio ocorrer em 1880, trocados pelas terras onde se situam o antigo Porto de Amarração” (HJOBASIL, 2010).

²⁷ “O nome da Vila de Marvão foi modificado para Vila do Castelo em 1890, mas em decorrência da legislação que proibia a duplicidade de nomes nas cidades e vilas brasileiras, o município voltou a sua denominação primitiva de Marvão em 1942. [...], até que pela Lei n. 169, de 08 de outubro de 1948, passou a denominar-se Castelo do Piauí. Foi elevado à categoria de cidade pelo Decreto-Estadual n. 147, de 15 de dezembro de 1948” (CEPRO, 1992).

²⁸ “Pela Resolução Provincial nº 734, de 04 de agosto de 1871, a vila ou Porto de São Gonçalo, teve, sua elevação à categoria de cidade com o nome de Amarante em homenagem à cidade portuguesa” (DANTAS, 2008).

²⁹ Vila localizada à margem esquerda do rio Poti. Sua sede foi transferida para a Chapada do Corisco. Com a Resolução nº 315, de 20 de julho de 1852, foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Teresina e passou a ser a capital do estado.

³⁰ Segundo Costa Filho (2006, p. 82), o caráter propedêutico da educação escolarizada se definia pelo fato de que o objetivo desta “era apenas preparar o aluno para ingressar no curso superior.”

³¹ Conforme dados apresentados por Costa Filho (2006), entre as dificuldades para manutenção das escolas oficiais, estão, basicamente: ausência de pessoal capacitado para desenvolver as funções de professor o que levou à adoção do método de ensino simples ou simultâneo (um único professor atende ao mesmo tempo alunos de vários níveis de ensino/séries, sendo atualmente conhecido como professor de escolas multisseriadas); baixa remuneração paga aos professores, o que os fazia buscar alternativas de sobrevivência; ausência de locais

primeiras letras, a exemplo do Colégio e Internato Boa Esperança, criado por padre Marcos em Jaicós, assim como, em Piripiri, organizada e dirigida pelo padre Francisco Domingos de Freitas e Silva, funcionou uma escola em sua fazenda.

Em 1843, por meio da Resolução Provincial de 31 de janeiro, o Governo do Piauí, “instituiu auxílio às pessoas que desejassem fazer curso literário e científico fora da Província. Esses auxílios existiram por mais de quatro décadas, fazendo parte do orçamento anual da Província” (COSTA FILHO, 2006, p. 87).

Nesse contexto de relativa despreocupação com a educação formal existente em todo o Império do Brasil, e não apenas em território piauiense, onde o quadro se tornava mais contundente em virtude da rarefação das populações nas zonas urbanas e da manutenção da economia pecuarista remanescente dos tempos coloniais, o

ensino profissionalizante, [...], esteve sempre associado aos grupos sociais menos representativos socialmente. Para as elites dirigentes, a instrução era a melhor forma de civilizar os grupos mais baixos da sociedade, evitando, assim, perturbações sociais. Neste sentido, o ensino profissionalizante objetivava instrumentalizar o educando quanto a um ofício, bem como alfabetizá-lo (COSTA FILHO, 2006, p. 95).

Por outro lado, o ensino secundário deveria ser destinado a número pequeno de pessoas, de preferência oriundas das classes mais abastadas da sociedade. Ainda conforme Costa Filho (2006, p. 96), tal postura não era exclusiva dos piauienses, pois

as reformas e regulamentos do sistema de ensino no Piauí seguiram a constituição do Império, daí porque negavam o acesso de escravos ao ensino formal. [...] embora a Reforma do Ensino Brasileiro de 1879 abolisse a proibição de escravos freqüentar a escola, a reforma do ensino piauiense levada a efeito em 1880 manteve a restrição.

Seguindo as determinações legais e as práticas sociais vigentes no País e na Província do Piauí, em 1847 (Lei nº 220, de 24 de setembro), foi criada a primeira escola de ensino profissionalizante em Oeiras (então capital), que recebeu o Estabelecimento dos Educandos Artífices, sob a administração e manutenção do Governo Provincial. A escola oferecia a formação profissional através do exercício da atividade de aprendiz nas “oficinas de

adequados para instalação de escolas, que, a despeito de serem oficiais, em geral, funcionavam na residência do professor.

carpintaria, ourivesaria, alfaiataria e sapataria e ainda com os ofícios de ferreiro, tanoeiro, funileiro e aprendizado de tipografia” (QUEIROZ, 2008, p. 37).

“Mas, ao longo do século XIX, criaram-se outras instituições congêneres, como o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, o Internato Artístico, a Escola de Aprendizes Marinheiros e a Escola Normal” (COSTA FILHO, 2006, p. 120). A primeira instituição, sediava-se à margem do rio Parnaíba, na região onde atualmente se encontra a cidade de Florianópolis; a segunda escola, subordinada ao Ministério da Marinha, estava instalada na Vila da Parnaíba, a Escola Normal foi instalada em Oeiras.

O Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara foi criado com dois objetivos: o primeiro era melhorar e inovar a produção agrícola e os rebanhos piauienses, e o segundo era reunir, em uma mesma instituição, os ex-escravos da Nação, dando-lhes instrução primária, artística e zootécnica. Nesse sentido, a direção mandou construir salas para as oficinas e para as aulas do ensino primário, instalando escolas para ambos os sexos (COSTA FILHO, 2006, p. 120-121).

Essa instituição de ensino, idealizada pelo agrônomo Francisco Parentes e instalada em 1873, mediante concessão de terras obtidas junto ao imperador Dom Pedro II, foi oficializada pelo Decreto Imperial nº 5.292, de 10 de setembro de 1873. Tratava-se de uma forma de se utilizar dos serviços dos negros libertados pela Nação e, ainda, preparar mão de obra qualificada e barata para atuar nos empreendimentos agropecuários piauienses.

No dossiê preparado pela Superintendência do Piauí do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN, encontramos outra comprovação da grandiosidade, pioneirismo e utilização do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara para ocupar os negros libertos.

Quando se mencionava o “Estabelecimento”, havia referência a um conjunto arquitetônico que incluiria: “prédio de residência, casa de oração, enfermaria, aula, cemitério, edifícios com proporções para as fábricas e curtume... para quartel das praças encarregadas da polícia do estabelecimento... devendo também preparar um campo para estudos agrônômicos.”

Ou seja, tratava-se de uma proposta, de certa forma ousada do governo, em que se daria a construção de um projeto-piloto que poderia transformar-se, como de fato ocorreu, em um germe do núcleo urbano para o atendimento das necessidades de pessoas negras que vagavam sem ocupação, com o fim da escravidão nas fazendas (IPHAN, 2008, p. 22-23).

Na Companhia de Aprendizes Marinheiros, também criada em 1873, “os menores matriculados na instituição realizavam exercícios de marinha e artilharia, além de receberem instrução primária” (COSTA FILHO, 2006, p. 122). Quanto à Escola Normal, embora, nos discursos oficiais, figurasse como sendo a solução final para eliminar os problemas de ausência de pessoal qualificado no território piauiense, passou por sucessivos percalços e foi fechada e/ou incorporada ao Liceu Piauiense por várias vezes desde a sua fundação em 1864 (Resolução Provincial nº 563, de 5 de agosto), e, somente apenas em 1910, sob a denominação de Escola Normal Oficial, voltou a funcionar, efetiva e regularmente, formando professores primários.

A partir da análise empreendida por Costa Filho (2006) na legislação provincial, constata-se que o sistema de ensino piauiense, entre 1850 e 1889, apresentava três níveis de ensino: primário, secundário e profissionalizante, sendo ainda caracterizado pelo elitismo e tratamento diferenciado quanto ao gênero, condição social e local de residência dos alunos, assemelhando-se às práticas existentes nas demais províncias do Império brasileiro.

É necessário ressaltar que o ensino técnico profissionalizante disponibilizado no Piauí e nos demais lugares do país era de nível primário, ou seja, incluía apenas os rudimentos de leitura e escrita e as quatro operações matemáticas básicas, sendo destinado, prioritariamente, a “filhos de pais desvalidos ou que não tem quem cuide de sua educação e futuro” (COSTA FILHO, 2006, p. 127).

Assim, ao observarmos a legislação educacional brasileira e piauiense vigentes nos períodos colonial e imperial, podemos afirmar que a instrução (educação) permaneceu à mercê dos interesses econômicos e sociais, tornando-se fragilizada em razão das instabilidades políticas, da insuficiência de recursos, além de submissa às conveniências e interesses locais e/ou regionais. Tal situação se faz sentir mais repetidamente quando se trata do ensino profissionalizante, especialmente o agrícola, que por ser destinado à clientela oriunda de grupos sociais detentores de menor ou nenhum poder aquisitivo sempre foi o primeiro a sofrer com cortes e reduções de recursos, além da supressão de materiais e pessoal.

3.2 UMA EDUCAÇÃO PARA CADA REGIÃO BRASILEIRA: O ENSINO AGRÍCOLA NA REPÚBLICA

A fase republicana, em termos educacionais, reforça o pensamento liberal de que a ampliação da educação da população é a alternativa mais viável e confiável para obtenção do desenvolvimento e progresso do país. Também a industrialização é tida como a alternativa econômica para manutenção do desenvolvimento econômico obtido com a agricultura exportadora.

Esse discurso em relação à educação (que muitas vezes ficou na promulgação de leis³² sem efeito prático e em tentativas sem continuidade), embalado pela prática de abrir escolas em todos os municípios do país, vigora até a contemporaneidade. Posto que, em pleno século XXI, o Brasil ainda registra altos números de pessoas analfabetas, de analfabetos funcionais, dentre outras discrepâncias no tocante ao acesso à educação básica.

Em termos de legislação educacional, durante a Primeira República (1889 a 1930), tem-se a presença do pensamento industrialista consolidado pelas

medidas educacionais, [...] do presidente da República, Nilo Peçanha, que baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado, com exceção do Rio de Janeiro, cuja unidade foi construída na cidade de Campos, e do Rio Grande do Sul, onde em Porto Alegre funcionava o Instituto Técnico Profissional, o qual recebeu posteriormente o nome de Instituto Parobé. Esse novo sistema de educação profissional passou a ser mantido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e tinha como finalidade ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito. De acordo com a legislação que regulamentava essa rede de escolas – Decreto 7.566, de 23/9/1909 – a admissão dos alunos, que estava expressa no seu artigo 6º, obedecia aos seguintes critérios: ter idade de dez anos no mínimo e de 13 anos no máximo e a preferência na matrícula deveria recair sobre os ‘desfavorecidos da fortuna’ (SANTOS, 2003, p. 212).

Com apoio nessa diretriz

foi fundada em Teresina a Escola de Aprendizes Artífices, com aulas de Letras, desenho e diversas oficinas, além de aulas noturnas para maiores de 16 anos. [...]. Dessa forma, a Escola de Aprendizes Artífices deu continuidade no Piauí ao ensino profissional que havia sido suspenso com o

³² Sobre as diferentes leis promulgadas e revogadas entre 1894 e 1925 na tentativa de organizar o ensino no Brasil, ver NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

fim do Estabelecimento de Educandos e do Internato Artístico (QUEIROZ, 2008, p. 37).

Observamos pela legislação que a característica imposta ao ensino profissionalizante nos períodos anteriores à Proclamação da República (1889) permaneceu arraigada no pensamento e nas práticas educacionais durante os períodos posteriores. Pois aquela modalidade de ensino continuou voltada para atender os que provinham de setores sem muitos recursos financeiros. “Figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos ‘necessitados da misericórdia pública’” (NAGLE, 2001, p. 213).

Tal ideologia se faz sentir no discurso de Hermes da Fonseca (presidente que assumiu em 1910) que se comprometeu a dar continuidade à expansão do ensino técnico-profissional no Brasil, pois, na visão desse líder do executivo nacional, o “ensino técnico-profissional, artístico, industrial e agrícola que a par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também, instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos” (SANTOS, 2003, p. 214-215).

O pensamento e a prática dos intelectuais e administradores públicos piauienses não diferiam do restante da Nação quando o assunto era a educação, haja vista que defendiam a manutenção do *status quo* dos grupos sociais, utilizando-se dos mecanismos de caráter econômico e político e, também, restringiam os demais grupos do acesso à instrução de nível secundário e superior.

Mesmo sendo abundantes os discursos e manifestos em prol da expansão do ensino gratuito, este seria apenas de nível elementar (escola primária) destinado a retirar o povo da ignorância absoluta e prepará-lo para o exercício adequado das funções subalternas na sociedade. Quanto aos filhos de grupos abastados economicamente e privilegiados política e socialmente, cabia freqüentar os cursos secundários e ingressar nos cursos superiores (obtendo diplomas de bacharéis), preparandose para exercer os cargos mais altos da administração pública e privada, exercendo-os como dirigentes “qualificados”.

Seguindo tais ideias é que

Entre os anos de 1911 e 1912 funcionava em Teresina uma Escola de Agrimensura, não sabemos sob a responsabilidade de que órgão ou

instituição. Do seu currículo, constavam cadeiras como as de Física, Matemática e Desenho, em que, em março de 1911, três alunos eram examinados. Alguns poucos agrimensores concluíram seu curso em Teresina, mas não dispomos de documentação mais detalhada. Segundo Arimatéia Tito Filho, o fundador da Escola de Agrimensura teria sido Álvaro Freire, que obtivera, na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, o grau de agrimensor e que se teria fixado em Teresina depois de 1910. [...]. Antônio Sobral Filho, um dos fundadores da Escola Normal Livre recebeu o grau de agrimensor por esta escola (QUEIROZ, 2008, p. 66-67).

Com o início do governo de Vargas, resultante da deposição de Washington Luís e do movimento revolucionário em 1930,

são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil” (SANTOS, 2003, p. 216).

Essas medidas atingiram a educação profissional em seus diversos ramos: industrial, comercial e agrícola, porém, nesse trabalho, nos ateremos à análise do processo de transformação do ensino agrícola. Vale lembrar que, embora a criação do Ministério da Educação e da Saúde tenha representado esperanças de avanço no setor do ensino profissional, a regulamentação, organização, fiscalização e financiamento desse tipo de educação no Brasil eram da competência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, desde 1906, conforme Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro.

Retomemos então, a análise da legislação sobre o ensino agrícola durante o período republicano brasileiro, para que possamos dar consecução aos nossos objetivos de pesquisa.

Apenas a partir da década de 1910 encontramos uma legislação educacional específica sobre o ensino agrícola, a despeito da existência de experiências educacionais anteriores com essa modalidade de ensino. O Governo Federal promulga uma legislação específica para o ensino agrícola, consolidando-a.

[...] por meio do Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910 foi criado o ensino agrônomo e aprovado o seu regulamento, que se estende por 591 artigos. Para se ter uma idéia aproximada do seu conteúdo, basta que se pense nas

onze divisões do ensino: superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola e conferências agrícolas (art. 2º) – e no número de serviços e instalações complementares – estações experimentais, campos de experiências e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensino de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos (art. 3º) (NAGLE, 2001, p. 235).

Na década seguinte, igualmente às demais modalidades de ensino profissionalizante, o ensino agrícola sofreu por falta de incentivo oficial e pelas divergências existentes entre a formação ofertada nas escolas e a exigida pelos “empresários” vinculados ao setor agropecuário nacional.

A despeito dessa desvalorização do ensino agrícola, o Brasil mantém o esforço de contínua valorização da ideia de “*país agrícola*”, “por meio da regionalização da escola em geral, principalmente pela penetração do ideário ruralista nas instituições escolares; e isso se processa num momento em que [...] ressurgiu, com veemência, a tese do destino rural do país” (NAGLE, 2001, p. 236). Na ânsia de explorar as potencialidades do Brasil, no setor educacional passou-se a desenvolver uma política regionalizada e diferenciada, ou seja, a educação, especialmente a profissional, deveria atender às demandas específicas do mercado de trabalho de cada região do país.

Nas áreas em que predominassem as atividades agropecuárias como base da economia, a educação deveria preparar as pessoas para atuar como profissionais especializados nas funções necessárias ao bom desenvolvimento econômico daquelas atividades; quando se tratasse de uma região do país onde ocorreu a implantação de indústrias e/ou do setor terciário da economia, a rede escolar deveria tornar os seus educandos aptos a desenvolver as atividades profissionais requeridas por esse mercado de trabalho.

A regionalização da educação é nítida na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), a qual permitia, no § 3º do Artigo 8º, a flexibilização do currículo escolar a fim de que “o curso de iniciação agrícola e o curso de mestria revestir-se-ão, em cada região do país, da feição e do sentido que as condições locais de trabalho agrícola determinarem” (BRASIL, 1946, p. 79).

Em outras palavras,

o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande ‘exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação’ e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, ‘realidade moral, política e econômica’ a ser constituída (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 205).

Assim, oficializa-se uma política educacional regional diferenciada no país, obedecendo às expectativas e aspirações dos representantes políticos, refletindo a conjunta política, econômica e sociocultural brasileira da época. Nessa perspectiva se fazia uma distinção clara entre o ensino secundário e outras formas de ensino médio: “Aos alunos que não conseguissem passar pelos exames de admissão para o ensino secundário, restaria a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que deveria prepará-los para a vida do trabalho” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 206).

A obtenção de matrícula num curso secundário representaria, assim, a possibilidade de acesso ao ensino superior por meio dos exames de vestibulares, enquanto a matrícula nos demais cursos de nível médio frustraria todas as intenções de continuidade dos estudos, posto que houvesse

a falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e entre estes e o ensino secundário, pois aos alunos formados nos cursos técnicos estava interdita a candidatura irrestrita ao curso superior, já que os seus egressos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados (SANTOS, 2003, p. 217-218).

Tal restrição fez com que, no ramo do ensino agrícola, o governo federal estabelecesse, conforme os Decretos nº 13.706, de 25 de julho de 1919, e nº 14.120, de 29 de março de 1920, a divisão em duas modalidades: Patronatos Agrícolas e Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Pelo artigo 1º do Decreto nº 13.706,

Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem

postos, por quem de direito, á disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (BRASIL, 1919).

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, de acordo com o Artigo 1º do Decreto nº 14.120, tinha por finalidade “ministrar em cursos distintos, a alta instrução profissional, technica e experimental referente à agricultura, á veterinaria e á chimica industrial agrícola” (BRASIL, 1920). Essa instituição escolar estava sediada no Rio de Janeiro e funcionava em regime de internato, e subordinada, como os demais níveis de ensino profissional, ao Ministério da Agricultura, o qual anualmente, concedia bolsas de estudos para que estudantes oriundos de outros estados pudessem frequentar os cursos de Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária ou Química Industrial Agrícola. As bolsas eram distribuídas mediante publicação anual de portaria que regulamentava “o recrutamento dos bolsistas estaduais [...] mediante escolha e indicação dos Governos de cada estado, dentre estudantes que, a seu critério, se encontrem em situação financeira menos favorável” (BRASIL, 1945, p. 1).

A restrição de acesso ao ensino superior para os egressos dos cursos profissionalizantes perdurou até 1953, quando foi promulgada a Lei 1.821, de 12 de março, a qual

facultava o direito de ingressar em qualquer curso superior todos os alunos que tivessem concluído o curso técnico em qualquer um dos ramos – industrial, comercial ou agrícola – desde que se submetessem a exames de adaptação, verificando-se assim, a exemplo do que havia ocorrido no primeiro ciclo, uma equivalência parcial entre os sistemas propedêutico e profissional (SANTOS, 2003, p. 218).

No período compreendido entre 1942 e 1946, foram promulgadas as Leis Orgânicas de Ensino, as quais ficaram conhecidas como “Reforma Capanema”, em referência ao então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Contudo

o ensino profissional não mereceria, do ministério Capanema, a mesma atenção que o ensino secundário e superior. Das diversas modalidades de ensino profissional, só o industrial recebe maior destaque, graças, sem dúvida, à incipiente industrialização do país naqueles anos, que já começava a exigir alguma qualificação da mão-de-obra (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 247).

Nesse sentido, a legislação pertinente ao ensino profissional foi promulgada de forma fragmentada, regulamentando cada um dos ramos dessa modalidade de ensino. Desse modo, que temos uma seqüência de seis decretos, os quais, de forma isolada e sem interconexão nem menção entre si, organizam o ensino industrial, comercial, normal e agrícola. São eles:

- Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- Decreto-Lei Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.
- Decreto-Lei Nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
- Decretos-Lei Nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

Observemos que a lei que normatizava o ensino agrícola foi a última a ser publicada em 1946 dentre aquelas que integravam a “Reforma Capanema”. Segundo está expresso no Artigo 1º, “esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946, p. 77). E o faz em 74 artigos, que ainda em 1946, foram complementados pelo Decreto nº 9.614, de 20 de agosto de 1946, que estabelece prazo de 90 dias para os Ministérios da Agricultura e Justiça procederem à adequação dos estabelecimentos de ensino agrícola às determinações do Decreto nº 9.613/1946, e pelo Decreto nº 21.667, de 20 de agosto de 1946, que regulamenta o Currículo do Ensino Agrícola.

No artigo 3º do Decreto Lei nº 9.613/1946 é possível percebermos a finalidade do ensino agrícola e, também, a estratégia para que essa forma de ensino fosse destinada àqueles

desprovidos de diploma, de estudos, enfim, de condições socioeconômicas para frequentarem escolas de nível secundário, deixando clara uma forma de manipulação das camadas populares. O texto do mencionado artigo especificava:

Art. 3º – O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946, p. 77).

Os cursos de formação agrícola, conforme estabeleciam os decretos citados, tinham disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, além de educação física e canto orfeônico. E, de acordo com os níveis e cursos oferecidos, os estabelecimentos de ensino agrícola eram classificados em três tipos diferentes entre si, mas complementares em funções e continuidade dos estudos dos egressos. Eram eles:

- a) **Escolas de iniciação agrícola:** ministram cursos de iniciação agrícola com duração de dois anos e preparam operários agrícolas;
- b) **Escolas agrícolas:** ofertam, além do curso de iniciação agrícola, o curso de mestria agrícola, que é subsequente ao primeiro e cujo objetivo é formar mestres agrícolas em dois anos;
- c) **Escolas agrotécnicas:** “se destinam a dar um ou mais cursos agrícolas técnicos. [...] poderão ainda ministrar um ou mais cursos agrícolas pedagógicos e bem assim o Curso de Mestria Agrícola e o Curso de Iniciação Agrícola” (BRASIL, 1946, p. 78). Os cursos agrícolas técnicos, independentes da área de especialidade, têm a duração de três anos e preparam os técnicos agrícolas em: agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústrias agrícolas, laticínios ou mecânica agrícola. Enquanto, os cursos agrícolas pedagógicos têm duração de dois anos e formam “pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola” (BRASIL, 1946, p. 78).

Observando os tipos de estabelecimentos de ensino existente no Brasil descobrimos o motivo pela qual a unidade escolar que viria a ser instalada em 1955 foi denominada de Escola Agrotécnica de Teresina, pois tinha por finalidade formar técnicos agrícolas, em acordo com o projeto governamental piauiense da época. Outra característica que a EAT viria a apresentar refere-se às disciplinas que integravam o seu currículo. Como as escolas à época eram vinculadas ao Ministério da Agricultura por meio da

direção da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Isto, de certo modo, limitou o campo desse modelo escolar aos conhecimentos do mundo agrícola. Embora o *currículum* adotado nessas escolas organizasse as disciplinas básicas ou teóricas, as prioridades eram as técnicas, ou os aprendizados das práticas agrícolas (CASTELO BRANCO, 2010, p. 91).

O anseio pela implantação de uma escola agrotécnica na capital piauiense era refletido nos discursos políticos do período e encontrava apoio na inexistência de uma instituição de ensino agrícola daquele tipo, como demonstra Castelo Branco (2010, p. 95),

No Piauí, em 1952, o número de escolas apresentava-se bastante reduzido. O ensino agrícola manifestava-se através das escolas de iniciação agrícola existentes em cidades como Parnaíba, Floriano, União, Picos, criadas por iniciativa do ministro da Agricultura João Cleophas, ainda no governo Vargas. Essas escolas visavam a preparação das práticas agrícolas para o trabalho no campo. Contudo, não havia no Estado uma Escola Agrotécnica que possibilitasse a formação técnica. O ministro da Agricultura objetivava, além de incentivar a produção, mecanizar a lavoura, bem como aumentar os estabelecimentos de fomento e ensino.

Em consonância com o pensamento marcado pelos ranços da sociedade escravocrata, a qual continuava colocando o ensino profissional (por lembrar os trabalhos manuais e que exigiam esforço físico) como prioridade secundarizada dentro do projeto educacional nacional, o Brasil teve que aguardar mais quinze anos por nova legislação educacional, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que equiparou o ensino profissional ao ensino secundário e também

manifesta, pela primeira vez na história da educação brasileira, a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou o profissional, [...]. Dez anos depois, o governo militar substituiu a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação profissional compulsória, quando da

aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692, em 11 de agosto de 1971 (SANTOS, 2003, p. 218-219).

O Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, alterou a denominação das escolas em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, estados e municípios. Desse modo, a EAT teve sua denominação modificada, passando a ser Colégio Agrícola de Teresina, sendo inaugurada no dia 09 de maio de 1954 pelo então governador Petrônio Portella, em solenidade que reuniu autoridades locais, professores, alunos e demais funcionários da instituição.

O CAT iniciou suas atividades em 1964 com uma turma de 41 alunos do sexo masculino, já que apenas estudantes do sexo masculino tiveram oportunidade de se submeter ao exame de admissão da escola, pois o sistema de internato e semi-internato inibia qualquer iniciativa do sexo feminino de estudar no colégio. Os primeiros alunos adquiriram conhecimentos técnicos em atividades agropecuárias e, ao concluir o curso, receberam o título de mestre agrícola, como determinava a Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946.

Os últimos anos da década de 1960 foram marcados por mudanças que refletiram diretamente na estrutura curricular do colégio.

No ano de 1967, o CAT, como escola agrícola da rede federal de ensino, passa a ser subordinada ao Ministério da Educação, deixando de ser vinculada ao Ministério da Agricultura. Nesse sentido, a educação agrícola passa a fazer parte do Departamento de Ensino Médio (DEM). A passagem para o Ministério da Educação e Cultura favorece a abertura de cursos para o Ensino Médio, quando é implantado o curso de Técnico Agrícola, em 1969 (CASTELO BRANCO, 2010, p. 149).

A criação da Universidade Federal do Piauí determinou uma nova fase do CAT, pois questões estratégicas levaram à transferência do Colégio Agrícola de Teresina para a universidade, oficializada pelo Decreto Lei nº 78.672, de 05 de novembro de 1976, para abrigar o Centro de Ciências Agrárias – CCA. O processo de incorporação do CAT pela UFPI e as peculiaridades do mesmo veremos no capítulo seguinte. Mesmo perdendo sua autonomia em virtude de passar a ser dirigido pela instituição de ensino superior, o CAT não deixou de funcionar, até porque essa foi uma das exigências para a incorporação.

Com o advento da década de 1990, os debates em torno dos propósitos, finalidades e qualidade da educação brasileira se acentuaram e questionaram de forma

contundente as diferenciações entre níveis de ensino equivalentes e a necessidade de reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. E, em 1996, acontece a promulgação da nova LDBN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No entanto, não se chegou a um consenso sobre o ensino profissional, já que a Lei 9.394/1996 abordava a educação agrícola de forma generalista e, no ano seguinte, foi sancionado o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que definiu as especificidades, características e formas de oferta da (agora) educação profissional.

Atualmente, nossa legislação diz que “o ensino técnico passa a ter apenas o caráter de complementar o ensino médio, tendo em vista que a certificação do aluno, em qualquer habilitação, só será possível mediante a conclusão da etapa final da educação básica” (SANTOS, 2003, p. 222), mas continua com o mesmo objetivo da década de 1930: “qualificar a força de trabalho para o exercício das funções exigidas pelas diversas ocupações na produção, sendo que essa qualificação deve ser compatível com a complexidade tecnológica que caracteriza o mundo do trabalho nos dias atuais” (SANTOS, 2003, p. 222).

4 DE RURAL A URBANO: a ação do ensino agrícola na produção espacial urbana de Teresina

A primeira instituição de ensino agrícola de que se tem notícia em território piauiense data do século XIX, com sede na região onde atualmente se localiza a cidade de Floriano. A escola era o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, que foi fundado e dirigido pelo engenheiro agrônomo Francisco Parentes, sendo voltado para a educação dos filhos dos escravos nas técnicas e manejos da agropecuária.

Segundo Nunes Filho (2005, p. 2), essa escola, fundada em 1873, foi o

núcleo de povoamento da atual cidade de Floriano. No decorrer das décadas seguintes foi atraindo inúmeras pessoas que aqui se estabeleceram como comerciantes, agricultores e profissionais liberais, estendendo-se posteriormente, além dos limites do Estabelecimento Rural delimitado inicialmente por seu fundador, tornando-se em pouco mais de duas décadas um aglomerado urbano significativo que obteve foros de cidade em 1897.



Foto 15. Prédio do antigo Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, Floriano, Piauí.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

O funcionamento do Estabelecimento atraiu pessoas que, ao se fixarem nas proximidades da escola, iniciaram a gênese do atual núcleo urbano de Floriano. Atualmente, o local abriga uma Escola de Dança e a Secretaria Municipal de Turismo de Floriano.

A despeito dessa iniciativa pioneira do engenheiro Francisco Parente, as escolas agrícolas desapareceram do cenário piauiense por mais de meio século. Só na década de 1950, o tema e a expectativa de conexão entre o espaço agrário e a nova era tecnológica passam a figurar nos discursos governamentais e dos latifundiários piauienses, fazendo voltar à tona a necessidade de se ter escolas agrícolas em funcionamento no estado.

Assim, o processo de efetiva constituição e implantação das escolas agrícolas no Piauí inicia-se nos anos de 1950, a partir da celebração de um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura – MA para a construção da Escola Agrotécnica de Teresina – EAT, e se consolida nas últimas décadas do século XX, com a instalação de escolas agrícolas nas cidades de Floriano, Picos e Bom Jesus, administradas pela UFPI e integrantes da rede de ensino federal, enquanto, em outras cidades, como União, José de Freitas, Piracuruca, Uruçuí, Corrente e Oeiras, tais escolas passaram a fazer parte do sistema de ensino estadual.



Foto 16. Fachada do prédio principal do CAT, no Campus da Socopo – UFPI.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

O Colégio Agrícola de Teresina é a principal materialização das ideias desenvolvimentistas via setor agropecuário do governo piauiense nas décadas de 1950 e 1960.

As escolas agrícolas no Piauí foram fundadas e mantidas em funcionamento com o intuito de fornecer educação profissionalizante de qualidade à população da região. Entretanto sua implantação promoveu mudanças significativas na fisionomia espacial dos municípios e também das regiões do estado onde se instalaram suas sedes. Tais modificações

ocorreram tanto na área onde foram implantados os empreendimentos educacionais, quanto nas proximidades, pois, com a inserção das unidades de ensino agrícola naquelas áreas, houve um considerável deslocamento de ações dos agentes sociais.

A sede dos colégios agrícolas, quando de sua implantação, em geral, localizava-se em áreas distantes do centro urbano mais próximo. Exemplos disso é a sede do Colégio Agrícola de Teresina, que, após iniciados os planos para sua implantação, a área escolhida para as obras de construção da sede ficava na zona rural da cidade, na localidade “São João” e “Centro” da Data Covas, situada a 9 km do centro da capital piauiense. O mesmo aconteceu com o Colégio Agrícola de Picos, cuja instalação se deu na localidade Junco, que distava aproximadamente 12 km do centro da cidade de Picos; enquanto o Colégio Agrícola de Floriano localizava-se a cerca de 10 km do centro urbano de Floriano. Esse fato se repetiu nas demais escolas agrícolas do Piauí.

Nota-se que as unidades educacionais configuraram-se como importante fator do processo de expansão da zona urbana, pois, com passar dos anos, foram englobadas e passaram a ser parte integrante da cidade. Se, antes, essas escolas agrícolas foram instaladas na zona rural, com o processo de crescimento urbano, tal situação foi alterada e elas passaram a se apresentar como pontos referenciais dos limites urbanos e, em certas ocasiões, a direcionar o sentido do crescimento urbano.

Além disso, ao observarmos a dinâmica de crescimento das cidades piauienses, notamos que aquelas detentoras de estabelecimentos escolares agrícolas acabaram por se tornar pólos aglutinadores de desenvolvimento da região. Outro fator que podemos mencionar, ao estabelecer que as escolas agrícolas no Piauí configuram-se como um agente social de (re)produção do espaço geográfico, é o fato de que os colégios tornaram-se elemento de atração e mobilização de pessoas. Haja vista que, para ingressar nos colégios, os estudantes tiveram de migrar de suas cidades de origem para as cidades sede de tais estabelecimentos. Tal fato se percebe quando observamos os dados do primeiro exame de admissão do Colégio Agrícola de Teresina, segundo os quais,

Do público que procurou o CAT em 1964, 90% era oriundo do interior do Estado. Em sua primeira seleção, contou-se com um número de 200 vagas para o curso de Mestria Agrícola, que obteve aproximadamente 600 inscrições para o Exame de Admissão. Os estudantes migravam de cidades como Campo Maior, Piri-piri, Paulistana, Altos, Ipiranga, Oeiras, Ribeiro

Gonçalves, Castelo, Floriano, Água Branca, Parnaíba e Teresina (CASTELO BRANCO, 2010, p. 133).

Por conta disto, a primeira turma do CAT era composta por 41 alunos de origens diversificadas, oriundos de cidades do interior do Piauí e, também, dos estados do Ceará e Maranhão.

4.1 O CAT (RE)CONFIGURANDO O ESPAÇO URBANO TERESINENSE

Com o passar dos anos, a sociedade piauiense presenciava discursos e algumas ações governamentais direcionadas ao setor agropecuário, embora tímidas para o objetivo a que se propunham: um maior desenvolvimento da agropecuária estadual. Prova disso era a situação econômica do estado “*essencialmente agrícola*” que não sofreu alterações significativas com a sucessão governamental. À medida que a participação dos produtos extrativos diminuía, presenciava-se uma crescente participação da lavoura nas receitas estaduais, oportunidade ímpar para o ressurgimento dos discursos agrários no Piauí nos anos 50 do século XX.

Os discursos e ações convergiam para a criação da Escola Agrotécnica de Teresina, cujo um de seus objetivos era oportunizar maior conexão do campo à cidade com vistas a alicerçar o tão almejado desenvolvimento econômico estadual, pois proveria à sociedade piauiense profissionais qualificados a atuar no setor agrário, alavancando, assim, o crescimento da economia do Piauí. Sobre isso Castelo Branco (2010, p. 33) comenta:

os anseios eufóricos e a expectativa política de modernização industrial pelos quais passava o País impulsionaram o desejo dos grupos políticos que almejaram ressignificar o agrário piauiense.

Em 1950, esses representantes, em sua maioria, fazendeiros piauienses, vinculados tanto ao poder político estatal como ao âmbito comercial, demonstravam o desejo de aproximar a agricultura do projeto de progresso tecnológico presente nas intenções do governo Vargas. Essa expectativa impulsionou os fazendeiros tradicionais do Estado a levantar uma bandeira em torno do agrário, provocando discussões na imprensa local e propondo uma nova mentalidade acerca da agricultura. Dois argumentos eram enfáticos em tais discussões: a criação da Escola Agrotécnica de Teresina e o estímulo à economia piauiense.

O pensamento e o desejo dos grupos políticos locais era que o Piauí alcançasse o desenvolvimento econômico por meio da modernização do setor agrário, solucionando questões de produtividade e nível tecnológico, bem como a qualificação da mão de obra empregada. Estratégia esta perfeitamente compreendida quando se analisa a teia de relações que os grupos dominantes estaduais piauienses possuíam.³³ A afirmação de Passos (2001, p. 29) exemplifica bem a realidade política e econômica do Piauí nesse período, ao relatar sobre ações de Pedro Freitas, que assumiu o governo em 1950.

Pedro de Almendra Freitas conciliaria os interesses dos setores agropecuários e do comércio. Hegemônicos na política municipal, durante toda a República Velha, os Freitas representavam tanto os interesses do grande latifundiário ligado à agricultura e à pecuária quanto dos setores do comércio, sua principal atividade. Atuavam tanto em Teresina na exportação como quanto no Norte do Estado, com ligações com os grupos mercantis de Parnaíba na venda da cera de carnaúba.

A elite piauiense procurava criar, em meio ao entusiasmo vivido pelo Brasil decorrentes das ações governistas de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, um novo perfil agrícola, mas que perpetuasse as velhas relações sociais de dominância sobre a massa popular, cujos anseios direcionavam-se para a melhoria das condições de vida e oportunidades de ascensão social e econômica, via educação.

Mesmo ostentando o título de “*estado essencialmente agrário*”, a agricultura não foi capaz de efetivar o crescimento econômico do Piauí a ponto de inseri-lo na “nova era de modernização” vivenciada pelo país. Uma das razões era a utilização de métodos e técnicas arcaicos, que não respondiam mais de forma satisfatória aos anseios da sociedade local. Por seu turno, o governador Pedro Freitas atribuía a ausência de crescimento econômico no Piauí ao despreparo do trabalhador do campo e à carência de técnicos para lidar com a terra.

Durante a visita do candidato à presidência nacional, Juscelino Kubitschek, à capital teresinense no ano de 1955, Pedro Freitas teve a oportunidade de lhe entregar um memorial contendo seus planos governamentais. Dentre eles estava a criação e instalação de uma instituição escolar para prover a juventude piauiense de conhecimentos técnicos indispensáveis à modernização do agrário piauiense, como percebemos em trecho do documento oficial entregue pelo governador piauiense.

³³ Na época, alguns políticos e fazendeiros dirigiam instituições com grande representatividade socioeconômica no estado, como a Cooperativa Mista, que objetivava impulsionar o crescimento agropecuário industrial, o Fomento Agrícola, o governo estadual, o Comércio Piauiense, o Frigorífico e o Banco do Estado do Piauí.

Embora sendo uma região essencialmente agrícola, o Piauí não possuía até o meu governo um estabelecimento em que se ministrasse conhecimento de agricultura. Fui levado a promover com o Ministério da Agricultura um acordo visando a fundação de uma escola agrotécnica, para a preparação da nossa mocidade, que se dedicasse ao amanho da terra (JORNAL DO PIAUÍ, 01.01.1954, p.1.).

Analisando a sequência dos fatos ligados ao agrário piauiense ocorridos na década de 1950, fica evidente que as ações governamentais motivaram-se não somente pela ânsia e euforia contagiante dos grupos dominantes locais da época com a possibilidade de o estado presenciar um novo período de crescimento econômico gerado pelos modernos discursos agrários. A tomada de decisões pelo governo estadual obedeceu a uma clara análise espacial, cuja comprovação se dá, em primeira análise, na escolha da área para a instalação da primeira escola agrotécnica do Piauí.

Assim, percebemos uma estreita relação entre as ações governamentais de Pedro Freitas e o conceito de práticas espaciais propostos por Corrêa (2000), visto que, para o referido autor através das práticas espaciais pode-se administrar e controlar a organização espacial em sua existência e reprodução. A comprovação dessa relação encontra-se em Castelo Branco (2010), quando se refere à localização e características da área a ser usada para a instalação da Escola Agrotécnica de Teresina. Segundo a autora,

O posto agropecuário do Buenos Aires era uma área irrigável, situada na zona Norte de Teresina, próximo ao rio Poti. A idéia de localização da Escola Agrotécnica e do Centro de Tratorista constituía uma conexão estratégica com o posto e o horto florestal, sendo uma extensa área verde, propícia às práticas e aos projetos agropecuários (CASTELO BRANCO, 2010, p. 50).

Percebe-se que, na escolha da área a ser erigida a escola agrotécnica da capital piauiense, levou-se em consideração a presença de recursos naturais (proximidade ao rio Poti) e, principalmente, a proximidade de alguns fixos – Posto Agropecuário do Buenos Aires e o Horto Florestal – que se enquadrariam no projeto agrário piauiense a ser desenvolvido naquela área. Portanto, pode-se concluir que as informações sobre a área determinaram as ações a serem tomadas pelo então governador do estado, Pedro Freitas. Sobre a relação determinante existente entre a posse de informações de uma área e as ações a serem desenvolvidas nela, Santos (2006, p. 132-133) comenta que

No momento atual aumenta em cada lugar o número e a frequência dos eventos. O espaço se torna mais encorpado, mais denso, mais complexo. Mas essa nova acumulação de presenças, essa opulência de ações não se precipita de forma cega sobre qualquer ponto da Terra. As informações que constituem a base das ações são seletivas, buscando incidir sobre os lugares onde se possam tornar mais eficazes. Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade.

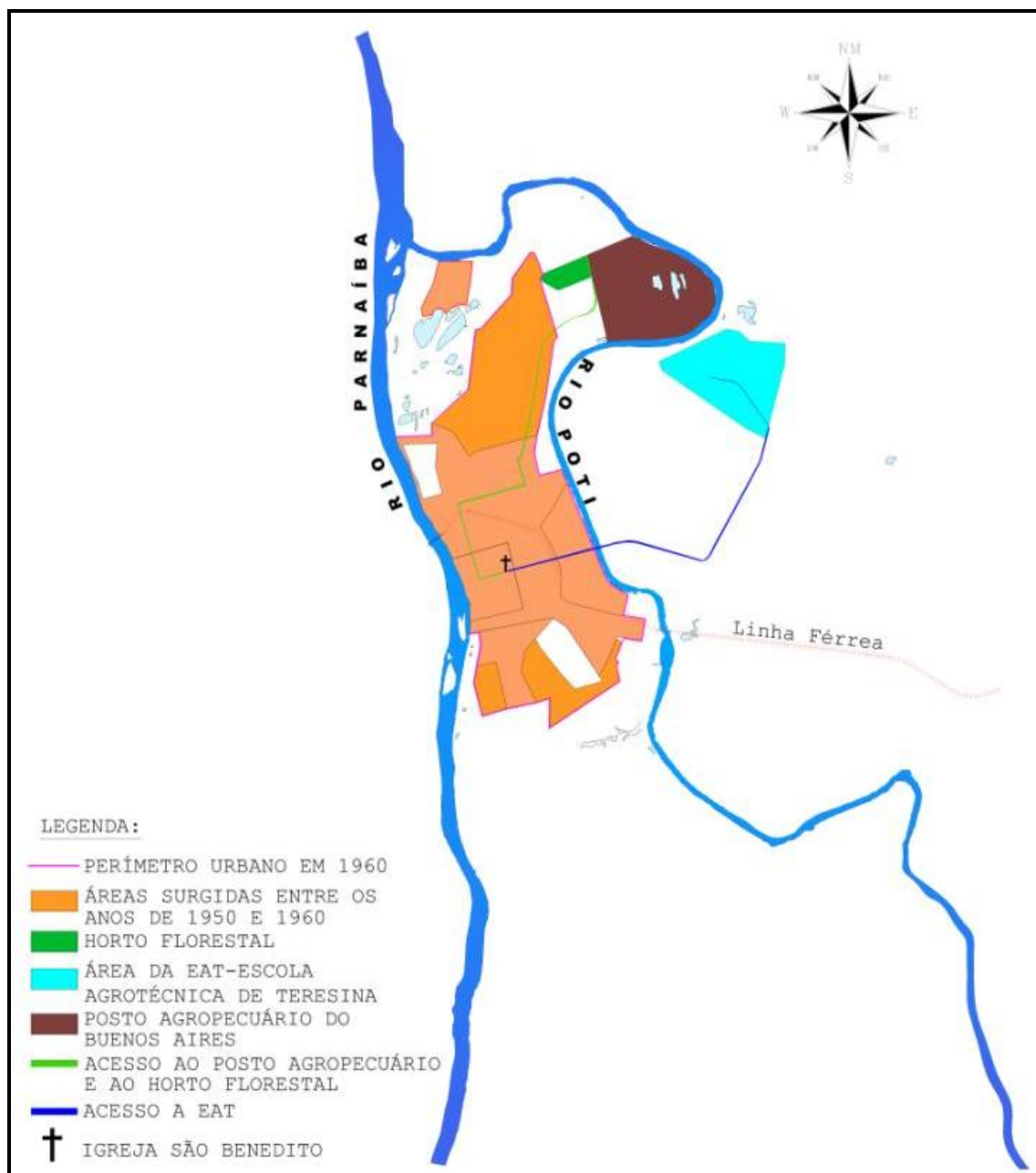
Nesse caso, as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização - essas rugosidades - constituem as coordenadas que orientam as novas ações.



Foto 17. Entrada da sede da Embrapa Meio Norte, no bairro Buenos Aires, em Teresina.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A presença do antigo Posto Agropecuário do Buenos Aires, sede da atual Embrapa Meio Norte, foi determinante para a escolha da área a ser instalada a Escola Agrotécnica de Teresina.



Mapa 08 – Sítio urbano de Teresina – 1960.

Fonte: Elaborado por Joana Leonara de Brito Vale, a partir de análises da dinâmica do sítio urbano de Teresina para esta pesquisa. Teresina, 2010.

A leitura e interpretação do mapa 08 possibilita identificar a localização das áreas da primeira escola agrotécnica do Piauí (atual Colégio Agrícola de Teresina), do Posto Agropecuário do Buenos Aires (onde atualmente está a sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Meio Norte) e do Horto Florestal³⁴ (hoje, o Jardim Botânico de Teresina).

³⁴ “Conhecido também como Jardim Botânico de Teresina, o Parque do Buenos Aires ou Antigo Horto Florestal, está instalado numa área de 38 hectares. Está situado na Av. Freitas Neto, 6.415, zona norte da cidade, no bairro Mocambinho, e compreende a maior área de preservação permanente da cidade” (FORTES, 2010, p. 99).

A leitura cartográfica mostra, ainda, a proximidade geográfica das áreas do posto agropecuário e da EAT, apenas separadas pelo rio Poti, daí a preferência (estratégica) de Pedro Freitas ao escolher o local para implantação da escola, como comentamos anteriormente. Outro aspecto a ser destacado é o distanciamento dessas instituições em relação à urbe teresinense, caracterizando bem os locais reservados a desempenhar atividades rurais.

O crescimento da cidade de Teresina até o ano de 1960, período em que se processava a última etapa da materialização do maior símbolo do projeto agrotécnico piauiense, é retratado pelos polígonos na cor bege. A espacialização dos polígonos bege denuncia a ocupação do solo teresinense com maior intensidade na direção ao Posto Agropecuário do Buenos Aires. Atente-se para o fato de as áreas da EAT e do posto agropecuário não estarem integrando o perímetro urbano teresinense à época de 1960, inclusive estando afastadas dele em decorrência da natureza das atividades a que se propunham desenvolver tais instituições.

O envolvimento de Pedro Freitas em disponibilizar o ensino agrícola de nível técnico à juventude piauiense, como já dissemos, era motivado por vários fatores sociopolíticos e econômicos e não somente pela ânsia e sentimento patriótico de ver o Piauí inserido numa nova fase de crescimento econômico. Analisando as ações desse projeto de criação do novo perfil agrário piauiense percebemos que, na verdade, tal projeto revelava-se mais como uma estratégia de continuidade da estratificação socioeconômica e estímulo à fixação do homem no campo.

As pretensões do principal representante do poder executivo piauiense da época em instalar a escola agrotécnica em Teresina não destoavam do planejamento nacional. Inúmeros projetos do governo federal, como, por exemplo, a Campanha Nacional de Educação Rural e a Rede Nacional de Divulgação Agrícola, eram voltados à implantação da educação agrícola, cuja justificativa era desenvolver as aptidões da população rural no manejo da terra estimulando assim sua fixação no campo, incutindo-lhes a ideia de comprometimento com o progresso econômico e social da comunidade em que viviam.

No ano de 1953, durante a visita ao Piauí de João Cleophas, então ministro da Agricultura, o governador Pedro Freitas apresentou-lhe motivos para a criação da Escola Agrotécnica de Teresina, objetivando principalmente a necessidade de formação de técnicos hábeis nos trabalhos rurais no intuito de alavancar o crescimento econômico estadual.

Seguindo os moldes já existentes em outras unidades federativas, o acordo para a construção da tão desejada escola foi firmado entre o estado e a União, onde esta última se responsabilizaria por metade das verbas necessárias à construção do empreendimento.

A imprensa local relatou a assinatura do convênio para a construção da escola e também de um centro de tratoristas, destacando o empenho de Pedro Freitas e o comprometimento de ambas as partes assinantes.

Graças aos esforços do Sr. governador Pedro Freitas, foi assinado recentemente, no Ministério da Agricultura, acordo com o governo do Piauí, para a instalação em nosso Estado da escola Agrotécnica e do Centro de Tratoristas. O estado como contribuição doará um terreno e o Ministério da Agricultura concorrerá com um milhão e duzentos mil cruzeiros para o início das obras, aquisição de tratores e outras máquinas necessárias para o funcionamento da referida Escola nas vizinhanças desta capital para a construção da Escola Agrotécnica e do Centro Tratorista, o que representa uma grande conquista de interesse e proveito para a coletividade (JORNAL DO PIAUÍ, 04.07.1954, p. 1.).

Note-se também menção à localização do empreendimento, à época, fora do perímetro urbano teresinense, característica esta primordial para o bom funcionamento da escola e adequado aprendizado dos alunos, uma vez que a natureza dos conhecimentos que lá seriam ensinados requeria tal condição.

Ainda no mesmo ano da assinatura do convênio, foram iniciadas as primeiras obras para erguer a Escola Agrotécnica de Teresina, sendo instaladas serra e olaria para produzirem o material que seria usado no início da construção. Um artigo do “Jornal do Piauí” do ano de 1955 destacou a importância da construção da escola para o nosso estado.

Para um Estado como o Piauí, cuja economia se baseia exclusivamente na agricultura, na pecuária e nas indústrias extrativas, um estabelecimento de ensino como o que ora aqui se inicia representa uma conquista altamente proveitosa, sobretudo para a nossa juventude estudiosa que, até hoje, não podia, senão com muito esforço e afastando-se do seu meio ambiente, adquirir conhecimentos no que diz respeito a trabalhos agrícolas (JORNAL DO PIAUÍ, 27.01.1955, p. 3).

No dia 28 de janeiro de 1955, às nove horas da manhã, em solenidade da aula inaugural da EAT, da qual participaram várias personalidades piauienses da época, como o governador Pedro Freitas, o governador eleito Gayoso e Almendra, os deputados

Epaminondas Castelo Branco, Gayoso Freitas, Clóvis Melo, Valdemar Leal, Milton Lima, os oficiais Cel. José Camilo e major Joaquim Freitas, além dos doutores Abelar Pinheiro Telles, Raimundo Medeiros e Evandro Rocha, do professor Alceu Brandão, o jornalista Clarindo Bastos, o Sr. Noé Fortes e funcionários do fomento agrícola, animal e vegetal.

A seguir temos o discurso do primeiro diretor da escola, Carlos Estevam Pires Rebelo³⁵, que foi publicado na íntegra pelo “Jornal do Comércio” em 1955.

Senhores:

Nesta data que ficará, por certo, distinta na história do ensino e das realizações agrícolas do Piauí, aqui nos reunimos para se fazer o lançamento da Pedra Fundamental do que será em breves dias a Escola Agrotécnica de Teresina.

O acontecimento que ora ocorre tem uma significação mais ampla e mais profunda de que, à primeira vista, poderia dar a perceber.

De há muito se ressentia o Piauí de um estabelecimento técnico a exemplo dos existentes nos outros Estados da federação que possibilitasse aos filhos desta terra uma orientação precisa no que se refere às práticas agrícolas.

[...]

A objetivação da Escola Agrotécnica de Teresina que se erguerá de agora em diante não é fruto conseguido ao acaso. Muito pelo contrário, foi devido aos esforços conjugados de ilustres piauienses e a boa vontade demonstrada do senhor ministro da Agricultura, Sr. Costa Porto, em prol do nosso desenvolvimento agropecuário.

Cabe ressaltar aqui a figura do Dr. Newton Beleza que, na direção da SEAV, tem dado todo o seu apoio à concretização desta obra.

Aos filhos de nossa terra, às figuras representativas no cenário político, os nossos aplausos pelos esforços despendidos junto aos poderes constituídos pelo perene trabalho a favor do desenvolvimento de nosso Estado.

Senhores: cumpre fazer especial referência ao trabalho empreendedor e profícuo da administração Pedro Freitas, auxiliado pelo espírito progressista do general Gayoso, pessoa não menos merecedora de elogios e destacado expoente na agricultura piauiense.

Finalizando estas despretensiosas palavras, faço votos para que a Escola Agrotécnica de Teresina tenha brilhante futuro, e, com acerto, desempenhe sua verdadeira finalidade na formação de uma mentalidade agrícola tão necessária à grandeza do Piauí. Tenho dito (JORNAL DO COMÉRCIO, 10.02.1955, p. 1.).

Em seu discurso, o diretor Carlos Estevam enfoca a primeira finalidade da criação da EAT ao mencionar que

³⁵ Engenheiro agrônomo nomeado primeiro diretor da Escola Agrotécnica de Teresina por meio da Portaria nº 933/54, do Ministério da Agricultura, em 09 de julho de 1954. Dirigiu a instituição por 22 anos (09/07/1954 a 1976).

A Escola Agrotécnica de Teresina, na sua espécie, a primeira do Estado, proporcionará aos jovens que nela ingressarem todos os elementos indispensáveis à melhoria de seus conhecimentos técnicos. Será ela a célula-mater, na formação de grupos que, vivendo no próprio meio e conhecedores das novas condições ecológicas, por certo só poderão melhorar a nossa agricultura com práticas racionais eficientes (JORNAL DO COMÉRCIO, 10.02.1955, p. 1.).

Coube ao primeiro diretor a escolha das terras onde se deveria edificar a EAT e também dos professores que lá foram trabalhar, além de fiscalizar as obras. A área³⁶ doada pelo estado à União estava situada a 9 Km da cidade Teresina e correspondia a “uma gleba de terras na localidade rural de “São João” e “Centro” da Data Covas” (UFPI, 2009), no município teresinense. Esse distanciamento da cidade, no início das atividades funcionais da instituição, causou dificuldades de acesso, cuja solução foi dada pela escola através da aquisição de um caminhão para transporte de alunos, professores e demais funcionários.

Entretanto, o euforismo e a satisfação do lançamento da pedra fundamental e, logo em seguida, o início das obras da Escola Agrotécnica foram substituídas pela decepção e, até certo ponto, sentimentos de incerteza a respeito da conclusão da obra. Já que desde o discurso do primeiro diretor até o dia da inauguração da instituição se passaram longos dez anos, durante os quais, para Castelo Branco (2010), existiram três etapas distintas para a edificação da EAT.

A primeira etapa ocorreu entre os anos de 1951 a 1954, quando “o governo Pedro Freitas iniciou a projeção da Escola, instalando a pedra fundamental em 1955, o cercamento do terreno, a compra da madeira, a construção da olaria e serraria” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 119). A segunda etapa coincidiu com administração estadual de Jacob Manuel Gayoso e Almendra, de 1955 a 1959, durante a qual foram abertos três poços tubulares, adquiriu-se um trator, construíram-se mais de 8.000 m de cercas de arame, abriu-se a estrada principal de acesso à escola, edificaram-se quatro residências para servidores da escola, com aquisição de materiais de construção (tijolos e madeira).

³⁶ Pelo convênio assinado entre os governos estadual e federal, foram criados a Escola Agrotécnica de Teresina, um Centro de Tratoristas e um Horto Florestal, sendo 200 ha para a escola, 100 ha para o centro e 69 ha para o horto, perfazendo um total de 369 ha, cuja administração ficaria a cargo do diretor da Agrotécnica.



Foto 18. Acesso ao CAT, Campus da Socopo – UFPI.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

Ao ser instalado, ainda com o nome de Escola Agrotécnica de Teresina, o CAT situava-se na área rural da capital. No decorrer da década de 1960, foi incorporado pela urbe que cresce em sua direção. Hoje, está localizado numa das áreas de especulação imobiliária da cidade.

Nesse período, concomitante ao projeto agrotécnico da EAT, outros projetos de ordem infraestrutural foram executados com o intuito de adaptar o Piauí à nova realidade nacional. Eles de certa forma também ajudaram a favorecer a agroindústria estadual, pois o Piauí era carente de ações que organizassem a administração pública. Tem-se, nesse sentido, a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado – CODESE, pelo governador Gayoso e Almendra. Sobre esse período Mendes (2003, p. 192) informa que

foram criadas seis empresas de economia mista:

1. Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957;
2. Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), mediante a aquisição do controle acionário do Banco Comercial e Agrícola do Piauí S/A, em 1958;
3. Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959;
4. Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA), em 1959;
5. Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e
6. Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962.

O funcionamento dessas empresas estatais, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da primeira Faculdade de Filosofia – FAFI

renderam à capital piauiense condição de usufruir de um novo momento de modernidade e desenvolvimento, como afirma Castelo Branco (2010, p. 121):

a cidade adquiriu um ritmo mais urbano, a transição de um novo momento econômico para o Estado se configurava com a organização da máquina administrativa. Desse modo, o Colégio Agrícola estava relacionado à rede de transformações que envolviam a cidade.

Em 31 de janeiro de 1959, o projeto agrotécnico da Escola de Teresina conhece o terceiro administrador estadual desde a assinatura do convênio entre os governos em 1953. Nessa data toma posse como governador do Piauí Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em cujo mandato que começou a terceira e última etapa de edificação da tão esperada instituição de ensino agrícola, que se tornou visível à sociedade piauiense depois de um longo período de construção, durante o qual sobre o projeto agrotécnico incidiram inúmeras críticas, dúvidas e incertezas, algumas delas noticiadas abertamente pela imprensa local.

As despesas do estado na última etapa de construção da EAT, giraram em torno de CR\$ 600.000,00, sendo destinadas à conclusão das unidades que compunham a estrutura funcional da escola, aos serviços de irrigação e rede elétrica e à compra de um trator, como foi registrado na Mensagem apresentada à Assembleia no ano de 1960. Mesmo com o empenho desse montante financeiro, não foi possível ao governo Chagas Rodrigues realizar a inauguração da Escola Agrotécnica de Teresina.

Após a cassação arbitrária dos direitos políticos de Chagas Rodrigues pelo regime militar, pela primeira vez na história política piauiense, um vice governador assumiu o maior cargo da administração pública estadual, em 03 de julho de 1962, de forma definitiva. Assim, Tibério Barbosa Nunes governou o Piauí até 31/01/1963. Em seu mandato, não foram verificadas ações de grande relevância para o andamento do projeto agrotécnico piauiense. Petrônio Portella foi o sucessor de Tibério Nunes e governou o estado de 31/01/1963 a 12/08/1966, tendo inclusive o privilégio de inaugurar o maior símbolo do projeto agrotécnico piauiense.

Esse governador priorizou os setores de infraestrutura e educacional. Efetivou a estadualização do BEP e implantou as empresas estaduais CEPISA, TELEPISA, AGRINPISA e FRIPISA. Na educação, expandiu a rede de ensino primário e médio, além de estadualizar a Faculdade de Odontologia (1965) e criar a Faculdade de Medicina (1966), as quais, mais

tarde, juntamente com as Faculdades de Direito (1931) e de Filosofia de Teresina (1952), constituiriam o embrião da Universidade Federal do Piauí (1971). Ainda, propôs a criação da Universidade Rural do Piauí e da Universidade do Estado do Piauí – UEP.

Observando o leque de medidas e ações postas em práticas pelos governantes piauienses em especial aquelas relacionadas aos setores de infraestrutura e da educação, é possível associá-las às práticas espaciais de Corrêa (2000) no tocante ao projeto agrário estadual. De acordo com o autor, as práticas espaciais “são meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução” (CORRÊA, 2000, p. 35).

Antes mesmo de ser inaugurada, a Escola Agrotécnica de Teresina deixou de existir, não porque seus projetos estruturais e funcionais não atendessem aos objetivos imputados à instituição, mas, sim, por causa do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, que alterou a denominação das escolas em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, estados e municípios. Na verdade, a EAT não foi extinta, mas apenas sua denominação foi modificada, passando a ser chamada de Colégio Agrícola de Teresina – CAT. O texto do Artigo 1º do referido decreto informava a mudança.

Art. 1º As Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Agrotécnicas da rede federal, em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, Estados e Municípios, passam a denominar-se as duas primeiras Ginásios Agrícolas e as últimas Colégios Agrícolas (BRASIL, 1964).

Desse modo, no nono dia do mês de maio de 1964, o maior símbolo do projeto agrotécnico piauiense, já sob a denominação de Colégio Agrícola de Teresina, foi inaugurado pelo então governador Petrônio Portella, dando fim à terceira etapa de sua longa edificação. Além do governador e autoridades locais, participaram da solenidade inaugural, realizada na própria área do Colégio, professores, alunos e demais funcionários da instituição, assistindo à aula inaugural ministrada pelo professor Cláudio Ferreira.

Para Castelo Branco (2010, p. 96-97),

Significando uma alternativa educacional, ao promover o ensino agrícola em nível técnico, a Escola passa a ser o referencial educacional para os estudantes oriundos do interior do Estado, que almejavam a carreira de técnico, para exercer o trabalho nas fazendas. Para a juventude piauiense, estudar na escola tanto significou o desejo de aprender os segredos da terra,

como possibilitou a oportunidade de continuação dos estudos que não eram oferecidos, até então, no Estado. Outra alternativa foi a proximidade entre a Escola e a capital, motivo que atraía os interesses dos jovens teresinenses para o ensino agrícola.

Dois aspectos são relevantes nas palavras da autora. O primeiro, por nós já comentado, é o público a que se destinava o CAT – os jovens³⁷ oriundos de cidades interioranas do Piauí, conforme diretrizes do Ministério da Agricultura. O segundo aspecto de certa forma está relacionado ao primeiro, pois, mesmo não sendo pensado prioritariamente para os jovens teresinenses, estes foram atraídos pela possibilidade do ensino agrícola, em razão da proximidade do CAT com a capital piauiense.

O Colégio iniciou suas atividades oferecendo 200 vagas para o curso de Mestria Agrícola. Para estudar no CAT era necessário ser aprovado no exame de admissão. Observando a origem dos 600 alunos que se inscreveram na primeira seleção confirmamos a veracidade dos dois aspectos por nós destacados nas palavras de Castelo Branco (2010): grande parte dos alunos residia nas cidades de Campo Maior, Piripiri, Altos, Paulistana, Ipiranga do Piauí, Oeiras, Ribeiro Gonçalves, Castelo do Piauí, Floriano, Água Branca, Parnaíba e Teresina; jovens do Maranhão e do Ceará também se inscreveram.

Talvez o primeiro grande obstáculo pelo qual os alunos do CAT passavam fosse o exame de admissão, cuja realização se dava em cidades escolhidas pela instituição, sempre do interior do estado, obedecendo-se a orientação do Ministério. Desse modo, equipes de funcionários do colégio viajavam para as cidades selecionadas, como Picos, Floriano e Parnaíba, e faziam a divulgação e aplicação das provas.

No ato da matrícula, os aprovados deveriam apresentar uma série de documentos que comprovassem sua realidade social e econômica (questionário socioeconômico) e algumas declarações. Uma dessas era de que o aluno deveria ter um responsável em Teresina, para justificar a saída do discente aos finais de semana da escola e, também, para assumir eventuais danos causados à instituição pelo aluno. A lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 ainda exigia dos aprovados ao curso de Mestria Agrícola, no ato da matrícula, a apresentação de atestado médico e cartão de vacina comprovando imunização contra poliomielite, varíola e sarampo.

³⁷ Por causa do regime de internato e semi-internato adotado pelo CAT para o sexo masculino, a presença feminina nas dependências escolares e demais áreas da instituição era restrita, com exceção de algumas professoras e funcionárias.



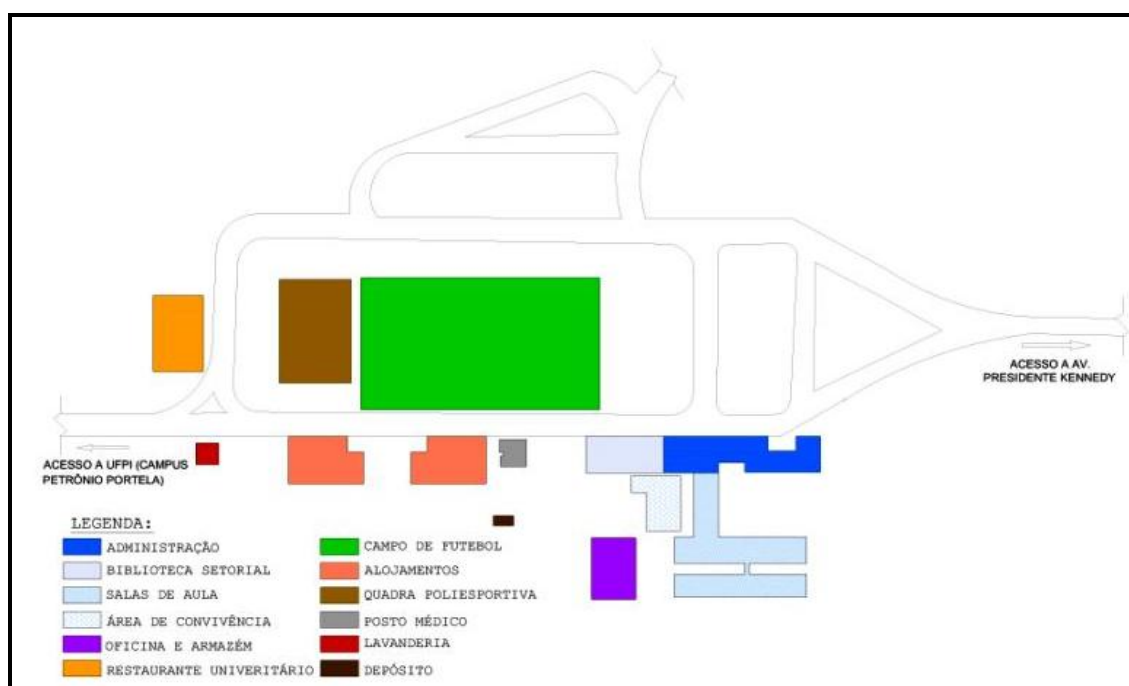
Foto 19. Biblioteca Setorial do CCA, Campus da Socopo – UFPI, em Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.



Foto 20. Alojamento do CAT.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

A biblioteca, por ser setorial (pertence ao CCA), atende alunos tanto do CAT como universitários da UFPI. Já os alojamentos são destinados apenas aos alunos do colégio, que continua com o regime de semi-internato.

Da estrutura física do CAT estavam disponíveis para os 41 alunos da primeira turma do Curso Ginásial Agrícola as dependências de dois alojamentos, um refeitório e salas de aula. A Diretoria também foi entregue por ocasião da inauguração. Atualmente, além das dependências já citadas, o colégio possui posto médico, biblioteca, laboratórios, lavanderia, quadra poliesportiva, um campo de futebol, área de convivência, oficina e armazém para armazenar insumos e depósito. Todas as dependências atuais do CAT estão cartografadas no mapa 09, a seguir.



Mapa 09 – Colégio Agrícola de Teresina – 2010.

Fonte: Elaborado por Joana Leonara de Brito Vale, a partir de análises da dinâmica do sítio urbano de Teresina para esta pesquisa. Teresina, 2010.

A rotina dos discentes iniciava-se antes das 7 h, com o toque do sino pelo inspetor, significando que o café da manhã estava pronto e servido. Três vezes por semana, após o café, havia aulas de Educação Física, preenchendo-se o restante do turno matinal com aulas teóricas. Após o almoço, às 12 h, iniciavam-se aulas práticas, perdurando por todo o turno vespertino. Às 18 h, era servido o jantar, e, depois de um breve período de descanso, os alunos tinham obrigatoriamente um horário de estudo, cuja duração era das 19 às 21 h. Ao término deste, o inspetor acompanhava os discentes até os alojamentos, para dormirem.

Nota-se a presença constante da figura do inspetor, que representavam a disciplina e a rigidez das normas escolares exigidas pelo diretor Carlos Estevam. Os inspetores acompanhavam os internos em todas as atividades diárias de segunda a sábado. A presença deles era constante, pois se alimentavam e dormiam no próprio colégio. Só saindo de lá aos sábados, quando os alunos eram liberados para passarem o final de semana na casa de parentes e/ou amigos na cidade. As atividades escolares reiniciavam às segundas-feiras. Todos (professores, alunos e servidores) se reuniam nas proximidades da Igreja de São Benedito à espera do veículo³⁸ que os transportava até o CAT. O percurso feito pelo caminhão pode ser visualizado no mapa 08.



Foto 21. Restaurante Universitário, Campus da Socopo – UFPI, Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.



Foto 22. Sala de Aula do CAT.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

O antigo refeitório do CAT, hoje transformado em Restaurante Universitário, disponibiliza diariamente refeições para alunos do colégio agrícola (grátis) e universitários da UFPI (R\$ 0,80). Nas salas de aula e laboratórios de informática e Ciências Físicas e Biológicas são ministradas aulas teóricas e práticas para os cursos técnicos em Enfermagem, Informática e Agropecuária, bem como para o Ensino Médio.

No segundo ano de funcionamento do Colégio Agrícola de Teresina, foi criado um projeto de comercialização da produção dos alunos nas aulas práticas, onde todos os

³⁸ No início da década de 1970, o caminhão foi substituído por um ônibus.

produtos (legumes, verduras e outros) eram comprados pela própria escola e usados na alimentação de discentes e servidores. Alguns chegaram a ser vendidos em espaços fora do colégio e os lucros divididos, no final do ano, entre os alunos, de maneira proporcional à produção vendida. Recebia mais quem vendesse mais.

Nas ideias de Tuan (1983) sobre Lugar temos a possibilidade de analisar a rotina de discentes, inspetores e demais funcionários no desempenho de suas atividades diárias na ótica da criação do lugar. Desse modo, podemos afirmar que os agentes sociais que vivenciaram as dependências do CAT, delas se apropriaram e por elas foram apropriados, estabelecendo-se relações entre ambas as partes, forjadas na experiência, no viver, no sentir o colégio e, também, no sentir-se dele. Com o passar do tempo, alunos e servidores do CAT transformaram o espaço da escola em lugar, o lugar deles, pois, segundo Tuan (1983, p. 203),

‘sentir’ um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. [...]. A afeição, por uma pessoa ou por uma localidade, raramente é adquirida de passagem.

Os últimos anos da década de 1960 representaram períodos de transformações e incertezas para o CAT. Em 1967, o presidente Costa e Silva assinou o Decreto Lei nº 60.731, de 19 de maio, vinculando todos os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e Cultura. A instituição teresinense passou, assim, para a coordenação do Departamento de Ensino Médio, fato que representou, de certa forma, uma conquista para os alunos do colégio, pois ao concluir o nível médio tiveram a possibilidade de ingressar no curso superior, alvo de constantes discussões na sociedade piauiense, com o intuito de se implantar uma universidade.

Em 1969, mesmo com a instalação do curso de Técnico Agrícola em nível médio, o CAT viveu um período de incertezas. A diminuição de alunos formados e a mudança dos discursos da política de desenvolvimento estadual, em consonância com o contexto sociopolítico e econômico-cultural nacional³⁹, criou dúvidas sobre o futuro da escola, oscilando entre o fechamento ou a transferência para Universidade Federal do Piauí, cujo projeto de criação havia sido aprovado pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968.

³⁹ A necessidade de maiores investimento no setor industrial passou a abastecer os discursos e decisões políticas com maior intensidade.

4.2 “COLÉGIO AGRÍCOLA AGORA SOB JURISDIÇÃO DA UFPI”⁴⁰

A criação de uma universidade tornou-se assunto bastante presente nos discursos de políticos e de vários setores da sociedade local que reivindicavam avanços para o estado. Tal situação é corroborada por Castelo Branco (2010, p. 154) ao relatar que

O discurso do Estado atrasado economicamente inquietava os políticos, então ligados ao governo Petrônio Portela, que lutavam pela instauração da universidade piauiense, desde 1931, e buscavam a realização da ânsia pelo ensino superior.

Passos (2001, p. 40) também contribui ao discorrer sobre o assunto afirmando:

A luta tem início com a publicação pela União Estadual dos Estudantes do brado: O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE, por vários dias, na coluna “Retalhos Universitários”, que o “Jornal O Dia” reservava para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Segundo um dos membros da diretoria da entidade (1º Orador) e ex-presidente do Diretório Acadêmico de Direito, Luiz Gonzaga Viana, a luta consistia, fundamentalmente, na veiculação da idéia através da imprensa; de pressão junto ao poder executivo e aos parlamentares federais, deputados e senadores e da propagação da bandeira em todas as ocasiões públicas, aproveitando o prestígio que gozavam na sociedade local.

O governo Petrônio Portella foi marcado por um grande número de realizações referentes à infraestrutura estadual, com a instalação de empresas estatais (TELEPISA, AGRINPISA, FRIPISA e CEPISA), início da construção da usina de Boa Esperança entre outras obras, e ao setor educacional, com a estadualização da Faculdade de Odontologia (1965), criação da Faculdade de Medicina (1966) e expansão da rede de ensino primário e médio. Petrônio também propôs à Assembleia Legislativa a criação da Universidade do Estado do Piauí⁴¹.

Em 1966, Petrônio Portella renunciou à administração pública estadual para disputar cargo eletivo, assumindo o Governo o Presidente da Assembleia Legislativa, José

⁴⁰ Manchete da reportagem do “Jornal O Dia”, de 06 de julho de 1976, que noticiava a incorporação do CAT pela UFPI.

⁴¹ No dia 10 de janeiro de 1964, o governo Petrônio Portella consegue aprovar, na Assembleia Legislativa do Piauí, a autorização para organizar a UEP, em regime de Fundação, conforme Lei nº 2.567, porém, sua instalação não foi efetivada. Somente em 1984 é criada a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Piauí – FADEP, precursora da atual Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Odon Maia Alencar, que respondeu pelo estado do Piauí no intervalo de apenas um mês. Logo após o cargo passou para Helvídio Nunes de Barros, o primeiro governador escolhido pelo sistema da Revolução de 1964 (eleito pela Assembleia Legislativa do Piauí) no dia 12/09/1966. Helvídio Nunes administrou o estado até 14/05/1970, sendo que, em seu governo, ocorreu um fato que se tornou o grande divisor de águas da história do ensino superior piauiense: criação da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

A primeira universidade do Piauí foi criada em 1968, agrupando o Instituto de Ciências Exatas e Naturais, o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem, todos em Teresina, e a Faculdade de Administração, em Parnaíba. A seguir temos os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, que criou a Universidade Federal do Piauí.

- Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí, sob a forma de fundação, que se regerá por estatuto aprovado em decreto, ouvido o Conselho Federal de Educação.
- Art. 2º - A Universidade Federal do Piauí, terá sua sede na cidade de Teresina, e seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes aos estabelecimentos de ensino que passarão a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas.
- Art. 3º - Integrarão inicialmente a Universidade Federal do Piauí:
 - 1) o Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
 - 2) o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras;
 - 3) a Faculdade de Direito;
 - 4) a Faculdade de Odontologia;
 - 5) a Faculdade de Medicina;
 - 6) a Escola de Enfermagem; e
 - 7) a Faculdade de Administração, em Parnaíba.
- Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão levadas à conta do Orçamento da União para 1969 nas respectivas dotações (BRASIL, 1968).

Apesar de criada em 1968, a UFPI só teve sua instalação realizada no dia 1º de março de 1971, nos últimos dias do governo de João Clímaco D’Almeida (15/05/1970 a 15/03/1971). Entre a publicação do

brado dos estudantes e a solenidade de instalação no “Clube dos Diários”, levou oito anos para ser materializada, envolvendo quatro Presidentes e três governadores; até entrar em funcionamento, haveria ainda um quarto governador, Alberto Tavares Silva (PASSOS, 2001, p. 59).

A foto 21 retrata, em visão aérea, a localização do Campus da Ininga da UFPI, em Teresina, na década de 1980. Em destaque, um polígono, na cor vermelha, delimita parte do terreno do campus universitário que foi inserido numa área com bastante vegetação natural ao seu redor. Atente-se para a proximidade ao rio Poti (linha azul), separador das zonas Norte (acima da linha azul) e Leste (onde está a universidade). A área situada entre o rio Poti e a universidade, demarcada pelas linhas amarelas, anos depois, viria a se tornar o bairro de Fátima, alvo de constantes ações de agentes socioespaciais urbanos, que, por meio da especulação imobiliária, constitui-se hoje numa das mais valorizadas da cidade.

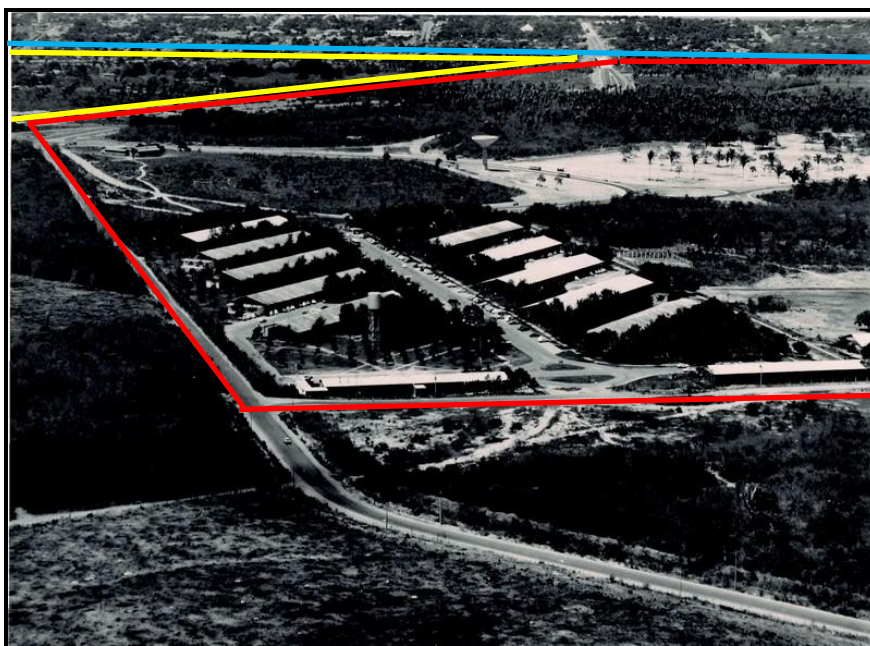


Foto 23. Vista aérea da UFPI, Campus da Ininga, em Teresina, no início da década de 1980.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1188883>.

Nos terrenos situados à esquerda e ao fundo da UFPI, não havia ocupação residencial ainda na década de 1980, fato que viria a ocorrer somente anos depois, constituindo-se o bairro Ininga nas décadas seguintes, o qual, igualmente, sofreria ações especulativas de agentes imobiliários atuantes nas áreas circunvizinhas. Outro aspecto a ser destacado na foto 21 é o tamanho da própria instituição de ensino superior que à época possui apenas onze Super Galpões (SGs), onde funcionavam a administração e as Unidades Acadêmicas, com exceção do CCA, que foi instalado no Campus da Socopo, como veremos a seguir.

Comparando-se as fotos 21 e 22, percebemos a intensidade da ocupação humana na área em torno da Universidade Federal do Piauí, haja vista que, na década de 1980, os

terrenos situados à frente, ao lado esquerdo e ao fundo do terreno da instituição foram completamente ocupados em sua maioria com residências. Tais terrenos, como já mencionado, apresentam uma grande valorização imobiliária sendo, portanto, locais de edificações cujos proprietários possuem um padrão financeiro destacado, como é o caso do Condomínio Villa Mediterrâneo, indicado pela seta laranja, na extremidade superior, e das residências dentro dos perímetros verdes nas extremidades inferiores (direita e esquerda) e superior direita da foto 22. Enfatizamos, ainda, a ampliação da infraestrutura da universidade, com a construção do Hospital Universitário (HU) ⁴².



Foto 24. Vista aérea da UFPI, Campus da Ininga, em Teresina, dias atuais.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1188883>.

Não só as terras circunvizinhas à UFPI, mas todas aquelas situadas na zona Leste, durante as décadas de 1970 e 1980, foram estimuladas à ocupação, inclusive pelo poder público municipal teresinense. Na perspectiva de diminuir os gastos com obras de infraestrutura indispensáveis à ocupação urbana para transpor limites naturais existentes nas outras áreas da capital piauiense, como as lagoas na zona Norte e o relevo acidentado na zona Sul, a PMT recomendou ocupar a zona Leste.

⁴² “O Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí possui 21.400 m², dos quais 15 mil m² foram ampliados. Com as reformas, o hospital disponibilizará à população 214 leitos, sendo 24 deles de UTI, 52 consultórios, além dos espaços para a prática, que incluem quatro salas de aula, laboratório áudio-visual e auditório com capacidade para 150 pessoas” (UFPI, 2010).

Considerando, ainda, o conflito com rios, as restrições à ocupação na Zona Sul (áreas de topografia acidentada e de proteção do manancial de abastecimento d'água) e a grande concentração de lagoas e áreas alagadiças na Zona Norte da cidade, é indicada a prioridade de ocupar a Zona Leste da cidade, no sentido de se retirar o máximo de funções urbanas do espaço entre os rios, diminuindo futuras despesas com serviços de infra-estrutura de grande porte para a transposição dos mesmos (PMT, 1993, p. 38).

A UFPI atualmente é composta por seis campi: Ministro Petrônio Portella⁴³ e Socopo, em Teresina; Ministro Reis Velloso, em Parnaíba; Amílcar Ferreira Sobral em Floriano; Professora Cinobelina Elvas, em Bom Jesus, e Senador Helvídio Nunes de Barros⁴⁴, em Picos. O processo de instalação das Unidades Acadêmicas no campus da Ininga se deu de forma gradual e um tanto lenta, cujas primeiras foram o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), em 15 de fevereiro de 1973, depois o Centro de Tecnologia (CT), em 28 de agosto de 1975, e o Centro de Ciências Agrárias (CCA), em 16 de março de 1978. Posteriormente, foram instalados mais dois centros: o Centro de Ciências da Educação (CCE) e o Centro de Ciências da Natureza (CCN).



Foto 25. Bloco de salas de aula do CCHL.

Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

O Centro de Ciências Humanas e Letras, um dos primeiros a ser instalado na UFPI, agrupa 13 cursos – 7 licenciaturas e 6 bacharelados.

⁴³ Também conhecido como Campus da Ininga, em alusão ao bairro onde está localizado.

⁴⁴ Também conhecido como Campus do Junco, devido ao bairro onde está situado.

Durante o processo de instalação do CCA, surgiu a possibilidade de incorporação do CAT pela UFPI. A intenção era que as dependências e a área do colégio abrigassem a futura Unidade de Ensino, haja vista a estreita relação entre as atividades e estruturas da escola com as necessidades dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária a serem implantados. A localização estratégica⁴⁵ do CAT acabou por pesar a favor de sua utilização pela UFPI em detrimento das outras áreas analisadas: a Fazenda Soares, área do estado situada próxima à cidade de União, e a Fazenda Palmares, área do Ibama⁴⁶ entre as cidades de Altos e Teresina.

A escolha pela área do CAT e de suas instalações é mais uma vez exemplo da aplicação do conceito de práticas espaciais de Corrêa (2000). Nessa ocasião podemos especificar a seletividade espacial, pois, segundo o autor, essa prática ocorre porque a escolha de determinado espaço é feita “segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos” (CORRÊA, 2000, p. 36).



Foto 26. Entrada do Campus da Socopo – UFPI, em Teresina.
Fonte: Acervo Pessoal de Márcio Iglésias A. Silva.

Após reuniões entre autoridades locais e do Ministério da Educação e Cultura foi apresentado um projeto contendo informações que direcionavam a instalação do Centro de Ciências Agrárias na área do CAT, na intenção de aproveitar e realocar toda a estrutura do colégio para os cursos superiores de Medicina Veterinária e Engenharia Agrônômica.

⁴⁵ Proximidade do Campus da Ininga da UFPI, da Embrapa no bairro Buenos Aires, do rio Poti e da Fundação Zoobotânico. Essa proximidade foi determinante para o enquadramento do CAT no projeto pedagógico e socioambiental de instalação do CCA.

⁴⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Desse modo, o CAT foi a opção para a instalação do Centro de Ciências Agrárias da instituição federal de ensino superior do Piauí, fato relatado pela imprensa teresinense com certo destaque. O “Jornal O Dia”, de 06 de julho de 1976, noticiou por meio de uma reportagem cuja manchete era “Colégio Agrícola agora sob jurisdição da UFPI”.

O Colégio Agrícola de Teresina deixou de ser uma entidade autônoma, passando à Jurisdição da Universidade Federal do Piauí; a Resolução nesse sentido foi autorizada pelo ministro Ney Braga, que, após a apreciação dos estudos técnicos, que lhe foi apresentado concluiu ser mais viável, em termos de economia e de qualidade de ensino, a incorporação do Colégio à Universidade. A Universidade Federal do Piauí incorporará todos ao seu patrimônio, todos os imóveis, edificações e terrenos, bem como equipamentos. Os corpos discentes e docentes e os funcionários estarão também sob administração da Universidade. Como ficará incumbida de toda a sua manutenção, a Universidade Federal do Piauí será beneficiária dos recursos orçamentários até então destinados ao Colégio Agrícola de Teresina (JORNAL O DIA. 06.07.1976. p. 3).

A incorporação do Colégio Agrícola de Teresina pela Universidade Federal do Piauí, de forma gratuita, foi oficializada pelo Decreto Lei nº 78.672, de 05 de novembro de 1976, no mandato do presidente Ernesto Giesel, após entendimentos entre autoridades locais com o então ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Os artigos 1, 2, 3 e 4 do decreto oficial explicavam as condições para tal processo, dentre as quais está a obrigatoriedade da UFPI em manter o Colégio Agrícola em funcionamento. A seguir o texto desse decreto, na íntegra:

Art. 1º Fica transferido com os seus bens, instalações, equipamentos e recursos financeiros, o Colégio Agrícola de Teresina para a Fundação Universidade Federal do Piauí.

Art. 2º Os imóveis de propriedade da União utilizados pelo Colégio Agrícola de Teresina, que se constituem de uma área de 360 hectares, situada no Município de Teresina Estado do Piauí, e respectiva benfeitorias, serão cedidos gratuitamente à Fundação Universidade Federal do Piauí.

Art. 3º A Fundação Universidade Federal do Piauí fica obrigada a manter cursos para a formação de técnicos em Agropecuária, ao nível de 2º grau.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio da União providenciará os atos necessários à cessão gratuita dos imóveis a que se refere o art. 2º, de acordo com o, disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 178, de 16 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1976).

Com a incorporação do CAT pela universidade pôs-se fim à administração autônoma do colégio e, assim, a partir de 1976, o Colégio Agrícola de Teresina viveria uma

nova fase de sua história, agora sob a administração da UFPI. Apesar dessa nova fase, a escola continuou cumprindo a função social primordial que lhe foi imputada desde sua idealização: formar técnicos capacitados aos tratos com a terra. “A primeira turma de Técnicos Agrícolas a nível de 2º Grau saiu em 1973, e a partir de 1976, o nome foi modificado para Técnico em Agropecuária, o que permanece até hoje” (UFPI, 2009). Nos dias atuais, o CAT possui cerca de 410 alunos regularmente matriculados, dos quais em torno de 85% são oriundos de cidades interioranas do Piauí, formando também jovens cearenses e maranhenses.

O período em que o CAT teve autonomia administrativa coincidiu com a maior intensidade da ocupação dos terrenos da atual zona Leste, refletindo a dinâmica urbana de Teresina. Desse modo, o produto urbano dos dias atuais é resultado das relações socioespaciais delineadas pelos agentes urbanos, tornando o espaço urbano teresinense “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1993, p. 11).

5 CONCLUSÕES

As pesquisas geográficas sempre relacionam o espaço a uma ou mais atividades humanas, pois estas, incondicionalmente, promovem alterações no espaço terrestre, o qual passa a ser denominado de geográfico. Assim, cabe ao pesquisador da área geográfica desvendar justamente os detalhes, os pormenores de determinada(s) ação(ões) modificadora(s) do espaço.

Nesse sentido, imbuído dessa curiosidade inerente aos pesquisadores nos propusemos a investigar a influência, importância e participação do Colégio Agrícola de Teresina no processo de expansão da malha urbana da capital piauiense. Assim, o CAT passou a ser o objeto de nossa pesquisa e, à medida que nos apropriávamos da história dessa instituição, cada vez mais descobríamos peculiaridades que nos instigavamva ainda mais a curiosidade a respeito do colégio.

Nas últimas décadas, temos presenciado um aumento considerável de pesquisas cujo foco são unidades educacionais, demonstrando a estreita relação entre a educação e o espaço onde ela é desenvolvida, executada, estimulada. Nessa perspectiva a educação representada por uma instituição de ensino formal atua reorganizando espacialmente o local onde é inserida, remodelando os fluxos à medida que cria os fixos.

O CAT, que, quando do início de seu processo de implantação em Teresina, chamava-se Escola Agrotécnica de Teresina, é comprovação de que o serviço educacional tem a capacidade de reorganizar um espaço à medida que (re)organiza e cria fluxos e fixos. Estes podem indicar, representar ações impetradas num dado local num período anterior, no passado, ou seja, têm a propriedade de revelar ou até mesmo de ser, as rugosidades do espaço conceituadas por Milton Santos.

Quando os indivíduos se apropriam do espaço, modificando-o, eles também são modificados à medida que dele se apropriam, se identificando com ele, isto é, vão criando laços de afetividade e identificação, onde as experiências e a vivência passam a orientar apropriação e as ações a serem executadas naquele espaço. A esse tempo o espaço não é mais apenas um espaço a ser ocupado, já que, transformado, ele já é um lugar, conforme expôs Tuan (1983). O lugar de um indivíduo ou de um ou mais grupos deles, pois aquele espaço

agora faz parte da rotina, da vida, das experiências, expectativas e perspectivas daqueles que dele se apossaram.

Os alunos, docentes, professores e demais funcionários da primeira escola agrotécnica do Piauí transformaram-na num lugar onde estabeleceram inúmeras relações de variada natureza entre si e com a instituição. Tais relações se desenharam antes mesmo de a escola ser instalada, haja vista que, devido ao contexto no qual foi concebido seu projeto de criação, passou a ser vista não só como um projeto educacional que melhoraria o ensino das técnicas agropecuárias no Piauí, mas como um complexo envolvendo aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade local da época.

A Escola Agrotécnica de Teresina foi o símbolo do projeto agrícola piauiense na segunda metade do século XX, quando a ideologia vigente afirmava que o Piauí era um “*estado essencialmente agrícola*”. Daí podermos afirmar que existia uma estrita relação entre a escola e a toda sociedade piauiense mesmo que a maioria dos cidadãos não tivesse possibilidades de usufruir das potencialidades dela diretamente. Assim, no ano de 1955, no governo de Pedro Freitas, foi lançada a pedra fundamental da EAT.

Todavia, a ansiedade pelo funcionamento deu lugar à decepção e aos sentimentos de dúvida e incerteza devido aos atrasos na construção da edificação que abrigava o sonho de desenvolvimento econômico do Piauí a partir das atividades agropecuárias. Passaram-se longos dez anos até a tão esperada inauguração. Várias mudanças aconteceram desde a escolha do terreno na localidade rural de “São João” e “Centro” da Data Covas para sediar a escola.

A troca do nome para Colégio Agrícola de Teresina, obedecendo à legislação nacional (Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964) talvez tenha sido uma das mudanças mais lembradas na história da instituição, mas, com certeza, a que causou maior impacto na estrutura funcional do CAT foi a sua incorporação pela Universidade Federal do Piauí, no ano de 1976, oficializada pelo Decreto Lei nº 78.672, de 5 de novembro. Por meio desse documento oficial, todo o patrimônio do CAT foi transferido para a UFPI, que passou a administrá-lo, mantendo-o em pleno funcionamento até os dias atuais, inclusive ainda oferecendo à sociedade piauiense os cursos técnicos em nível de 2º grau.

A materialização do maior símbolo do projeto agrícola piauiense no século XX, mesmo com parte de suas instalações ainda por serem concluídas, ocorreu no dia 09 de maio

de 1964, com a inauguração do Colégio Agrícola de Teresina, em solenidade presidida pelo governador Petrônio Portella. Ao longo dos anos de sua edificação e também após a sua inauguração, o colégio se configurou como um importante fator de expansão da zona urbana teresinense, pois sua localização guiou, em determinado momento, o processo de urbanização da capital piauiense.

Quando da ocasião do lançamento da pedra fundamental a escola agrícola distava cerca de 9 km da área urbana de Teresina, localizando-se na zona rural. Os mapas apresentados ao longo desta dissertação revelam um mosaico do crescimento urbano teresinense década a década desde a sua fundação até os dias atuais. Analisando-os com, precisão percebemos que entre as décadas de 1950 e 1970, as áreas próximas à sede do CAT foram sendo ocupadas paulatinamente e incorporadas à área urbana de Teresina. Fato este impulsionado grandemente quando ocorreu a instalação da UFPI na Zona Leste da cidade e a conseqüente incorporação do CAT por aquela instituição.

Tanto na escolha da área a sediar a EAT como na transferência da escola para a UFPI observamos que a tomada dessas decisões não aconteceu de forma repentina e sem maiores planejamentos. Nas duas situações ficou claro que as autoridades responsáveis pelos projetos de criação e transferência se utilizaram de informações para efetivar tais projetos, o que demonstra a presença das práticas espaciais – seletividade espacial, antecipação espacial e reprodução da região produtora – propostas por Corrêa (2000).

O estímulo à ocupação das áreas da Zona Leste de Teresina também evidencia a utilização de práticas espaciais no planejamento urbano proposto pela Prefeitura Municipal de Teresina na década de 1980, especialmente a prática da antecipação espacial. Prova disto é que o II PET propôs a ocupação da Zona Leste da cidade como forma de evitar despesas maiores com serviços de infra-estrutura de grande porte para transpor os aspectos naturais existentes nas outras zonas da capital, que impediam o crescimento urbano naquelas direções.

Por essa época, o CAT já se encontrava sob a administração da UFPI, sediando o Centro de Ciências Agrárias, no Campus da Socopo. Sua área com cerca de 200 hectares, quando da instalação, já estava localizada no perímetro urbano teresinense, confirmando, portanto, nossa hipótese de que o Colégio Agrícola de Teresina atuou como importante fator de expansão e de reorganização do crescimento urbano da capital piauiense a partir de 1954, momento em que se iniciou o projeto de sua criação, até 1976, ano em que perdeu a autonomia administrativa em decorrência de sua incorporação pela UFPI.

Portanto, neste estudo concluímos que a educação possui um papel importante na dinâmica espacial urbana, pois, à medida que são feitos elevados investimentos em oferta desse serviço, agrega-se em seu entorno uma série de outros investimentos, e até mesmo outros serviços, ou seja, uma série de fixos e fluxos. A instalação, em 1955, do Colégio Agrícola de Teresina exemplifica toda essa dinâmica gerada pela educação no espaço geográfico, pois redirecionou a ocupação da zona Leste da capital. Observa-se, ainda, que fluxos gerados pela educação no espaço não se restringem à mobilidade espacial de pessoas e mercadorias, incluindo também as ideias.

Haja vista que o projeto agrário piauiense da segunda metade do século XX, cujo maior símbolo era o CAT, é produto de inúmeras relações tecidas entre os grupos locais dominantes na esfera política, econômica e social. Ao entrar em funcionamento, o CAT promoveu mudanças significativas na fisionomia espacial urbana da capital piauiense. Nota-se que, transpondo suas conceituações enquanto instrumental de análise e compreensão de espaço e práticas espaciais, e de lugar, é possível afirmar que essa instituição educacional configurou-se como importante fator no processo de expansão da zona urbana teresinense, pois, com o passar dos anos, direcionou a malha urbana e foi englobada por ela, integrando-a.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Bibliográficas

ABREU, Irlane Gonçalves de. **O crescimento da Zona Leste de Teresina** – um caso de segregação? 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução pública no Brasil (1500-1889):** história e legislação. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

ARAÚJO, José Luís L. (Coord.) **Atlas escolar do Piauí:** geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **Carta CEPRO.** Teresina. v. 6, n. 1, p. 25 – 35, jan/jun. 1980.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Formação Social. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). **Piauí:** formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: FUNDAP, 1995. p. 85 – 111.

BRAZ, Ângela Napoleão. **Estruturação urbana de Teresina no período de 1852 a 1900.** [200_?]. (mimeo).

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. **Entre trilhas e veredas.** 2. ed Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010.

MONSENHOR CHAVES. **Obra completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia conceitos e temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15 – 47.

_____. **O espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 9 – 18.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão:** ensino e sociedade no Piauí (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade. In: ARAÚJO, Maria Mafalda B. de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). **Gente de longe:** histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006. p. 11-41.

FORTES, Raimundo Leôncio Ferraz. (Coord.) **Perfil de Teresina:** Econômico, Social, Físico e Demográfico. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC, 2010.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Perfil dos municípios piauienses.** Teresina, 1992.

_____. **Piauí em números.** 7. ed. Teresina, 2006.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Teresina** – pesquisas históricas. Teresina: Júnior, 1991.

IPHAN - Superintendência do Piauí. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX:** estabelecimentos das fazendas nacionais do Piauí. Dossiê de Tombamento. Teresina: IPHAN, 2008. v. 1.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multífaces da pobreza:** formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

MENDES, Felipe. As etapas do desenvolvimento do Piauí. **Scientia et spes:** revista do Instituto Camillo Filho. Teresina: ICF, ano 3. n. 6, p. 123-130, 2004.

_____. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. et al. A cidade de Teresina. **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro: IBGE. 31 (230): 1 – 244, set./out., 1972.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides et al. **Governadores do Piauí:** uma perspectiva histórica. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

NUNES FILHO, Djalma José. **A importância de uma escola para a história de uma cidade:** do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873-1897). 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). **Piauí:** formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: FUNDAP, 1995. p. 85 – 111.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascer:** conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. Brasília, 2003. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Planejamento integrado da cidade de Teresina**. Teresina, 1969.

_____. **Teresina: aspectos e características**, Perfil 1993. Teresina, 1993.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

REBÊLO, Emília Maria de C. Gonçalves. A urbanização no Piauí. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **Carta CEPRO**. Teresina. v. 18. n. 1, p. 99 – 114, jan/jun. 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205 – 224.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALE, Joana Leonara de Brito et al. **Configuração espacial e a estrutura urbana de Teresina da fundação a 1900**. Teresina, 2008. (mimeo).

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. O espaço geográfico nas pesquisas educacionais. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Org.) et al. **História da Educação - vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 400 – 417.

6.2 Documentais

BRASIL. Congresso. **Decreto nº 9.613 de 20 de agosto de 1946** – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Governo Federal: Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Congresso. **Portaria nº 20 de 16 de janeiro de 1945**. Ministério da Agricultura: Rio de Janeiro, 1945.

6.3 Hemerográficas

COLÉGIO Agrícola agora sob jurisdição da UFPI. **Jornal O Dia**, p. 3, 06.07.1976.

ESCOLA Agrotécnica do Piauí. In: **Jornal do Piauí**, p. 3, 27.01.1955.

ESCOLA Agrotécnica e Centro de Tratoristas. **Jornal do Piauí**, p. 1, 04.07.1954.

LANÇADA a pedra fundamental da Escola Agrotécnica de Teresina. **Jornal do Comércio**, p. 1, 10.02.1955.

MEMORIAL apresentado ao governador Juscelino Kubistcheck pelo governador Pedro de Almendra Freitas. **Jornal do Piauí**, p. 1, 01.01.1954.

6.4 Sites

BRASIL. Congresso. **Decreto nº 13.706 de julho de 1919** - Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=31744>. Acesso em: 21 de agosto de 2009.

BRASIL. Congresso. **Decreto nº 14.120 de 29 de março de 1920** – Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=30897>. Acesso em: 21 de agosto de 2009.

BRASIL. Congresso. **Decreto Lei nº 53.558 de 13 de fevereiro de 1964** – Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agro-técnicas. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1964-02-13;53558>. Acesso em: 19 de dezembro de 2010.

BRASIL. Congresso. **Decreto Lei nº 78.672 de 05 de novembro de 1976** – Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Teresina para a Fundação Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=193098>. Acesso em: 23 de dezembro de 2010.

BRASIL. Congresso. **Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=93498>. Acesso em: 19 de dezembro de 2010.

DANTAS, Euzeni. **Amarante, 137 anos de memória e história.** Disponível em: <http://www.meionorte.com/amarante/amarante-137-anos-de-memoria-e-historia-54093.html>. Acesso em: 05 de dezembro de 2010.

HJOBRAIL. **História de Crateús, CE, região Nordeste do Brasil** - fotos e dados. Disponível em: <http://www.hjobrasil.com/ordem.asp?secao=30&categoria=357&subcategoria=1323&id=4874>. Acesso em: 05 de dezembro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010** – Primeiros Resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 25 de novembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Mapas.** Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br/portalt/pmt/orgao/SEMPPLAN/doc/20080924-161-604-D.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2009a.

_____. **Teresina em Bairros.** Disponível em: http://www.teresina.pi.gov.br/portalt/pmt/orgao/downloads.php?org_codigo=14&cat_codigo=69. Acesso em: 13 de maio de 2009b.

_____. **Teresina em Dados.** Disponível em: http://www.teresina.pi.gov.br/portalt/pmt/orgao/downloads.php?doc_codigo=145&org_codigo=14&cat_codigo=70. Acesso em: 13 de maio de 2009c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Histórico UFPI.** Disponível em: <http://www.ufpi.br/ufpi2008/historico.php>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

_____. **Hospital Universitário.** Disponível em: <http://www.ufpi.br/page.php?pai=85&id=13>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.